

O PAPEL DE

ORGANIZADORES:
MARCOS FÁBIO BELO MATOS
MARCO ANTÔNIO GEHLEN

O JORNAL COMO
CORPUS DE
PESQUISAS NAS
ÁREAS DE
JORNALISMO E
COMUNICAÇÃO

(VOLUME 1)



EDUFMA

O PAPEL DE O *PROGRESSO*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor
Vice-Reitor

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho
Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos



EDITORA DA UFMA

Diretor
Conselho Editorial

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Prof^ª. Dra. Diana Rocha da Silva
Prof^ª. Dra. Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues
Prof. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro
Prof^ª. Dra. Maria Aurea Lira Feitosa
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Organizadores:

Marcos Fábio Belo Matos

Marco Antônio Gehlen

O PAPEL DE O PROGRESSO

**O jornal como *corpus* de pesquisas nas
áreas de Jornalismo e Comunicação**

(VOLUME 1)

São Luís



EDUFMA

2023

Copyright © 2023 by EDUFMA

Projeto gráfico, diagramação e capa *Francisco Batista Freire Filho*

Revisão *Marcos Fábio Belo Matos*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O papel de O Progresso: o jornal como corpus de pesquisas nas áreas de Jornalismo e Comunicação / organizadores: Marcos Fábio Belo Matos, Marco Antônio Gehlen. — São Luís: EDUFMA, 2023.

264 p.: il.

ISBN 978-65-5363-292-9

1. Jornal – Maranhão. 2. Jornal O Progresso – História - Imperatriz. 3. Jornalismo. 4. Comunicação. I. Matos, Marcos Fábio Belo. II. Gehlen, Marco Antônio.

CDD 070.172 812 1

CDU 070.23(812.1)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Marcia Cristina da Cruz Pereira CRB 13 / 418

Editado no Brasil [2023]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma.sce@ufma.br

Prefácio

Um jornal que nomeia um tempo e um lugar

O jornal *O Progresso*, que existe desde 1970, funciona como uma representação do que ocorria naquela região do sudoeste maranhense, num tempo em que estava em ebulição um crescimento, representado, principalmente, pela inauguração da rodovia Belém-Brasília e tudo o que chegou pelo asfalto: pessoas, ciclos econômicos, caminhões, telecomunicações, conflitos. O epicentro desta movimentação foi a cidade de Imperatriz, sede do jornal.

Fruto da junção de um gráfico e um jornalista (José Matos Vieira e Jurivê Macedo), desde o seu nascimento, *O Progresso* faz questão de se intitular e fazer representar como o arauto daquele momento bonançoso. E assim, com essa representatividade, cruzou as décadas e chegou até os dias de hoje – um periódico de meio século, que tem muita história para contar.

Parte dessa história está também representada neste livro, cuja ideia nasceu em 2019, quando os professores do Curso de Jornalismo, Marcos Antonio Gehlen e Marcos Fábio Belo Matos (que já tinham feito dupla em um projeto anterior de livro coletivo, intitulado: Comunicação, Jornalismo e Fronteiras Acadêmicas – Volumes 1 e 2) decidiram fazer uma publicação que servisse, entre outras coisas, para homenagear o cinquentenário do jornal, que se daria em 2020. A ideia foi atropelada pela pandemia da Covid-19, que nos prendeu em casa e alterou nossas rotinas de vida e de trabalho por, pelo menos, 2 anos e meio. O projeto só foi retomado em meados de 2023, com a convicção de que, mesmo já tendo perdido o *timing* do ani-

versário, ainda assim valeria a pena transformar os artigos recebidos em um livro – mantendo-se o objetivo analítico inicial.

Reunidos, os doze artigos que compõem esta publicação dão conta de vários aspectos de *O Progresso*: da sua potencialidade como documento histórico e social que merece um olhar mais atento da academia; da sua ação inovadora de ter possuído um encarte infantil, algo nunca feito no Maranhão e com bem poucas iniciativas congêneres nos demais estados; da sua estratégia de aproveitar, de forma muito ampla, os releases advindos, sobretudo, de setores públicos e os impactos que isso pode trazer para a criticidade dos seus leitores e para a qualidade da informação que é disseminada; do olhar para a sua construção imagética, por meio das fotografias.

Esperamos que este livro, que reúne 25 pesquisadores e pesquisadoras que, coletivamente, lançam um olhar arguto, a partir de diversas visões epistemológicas sobre o terceiro mais antigo jornal maranhense em atividade, possa circular entre estudantes, professores e pesquisadores das mais diversas áreas e demais interessados e seja encarado como um espelho a partir do qual se enxergue a sociedade de Imperatriz e região (fazendo jus ao slogan da publicação: “Expressão Regional”).

Aproveitamos para convidar você, leitor(a) e autor(a), para se juntar a nós em um segundo volume deste livro, que deverá ser publicado ainda em fins de 2024, fechando o projeto inicial, que era o de produzir um panorama com 30 artigos deste que é o mais importante jornal de Imperatriz e região e que representa, portanto, um pouco do que aqui se pensa e se faz.

Boa leitura!

OS EDITORES

SUMÁRIO

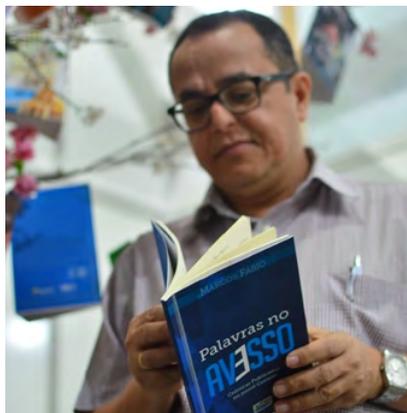
- 1.**
**JORNAL O PROGRESSO COMO
FONTE DE PESQUISA** **21**
DOMINGOS ALVES DE ALMEIDA
FRANCISCA DANIELA DOS SANTOS SOUZA
IDAYANE DA SILVA FERREIRA
IZANI MUSTAFÁ
NAYANE CRISTINA RODRIGUES DE BRITO
- 2.**
**A ESTÉTICA EM PROGRESSO: APONTAMENTOS
SOBRE A TRAJETÓRIA DO DESIGN EDITORIAL
NO JORNAL O PROGRESSO (DE 1979 A 2013)** **42**
RHAYSA NOVAKOSKI CARVALHO
- 3.**
**O HOMICÍDIO COMO NOTÍCIA NO JORNAL
O PROGRESSO: ANÁLISE DA EDITORIA DE
POLÍCIA ENTRE JANEIRO A JULHO DE 2011** **63**
LARISSA PEREIRA SANTOS
DENISE CRISTINA AYRES GOMES
- 4.**
**A “DEMONIZAÇÃO” DO MST NO JORNAL
O PROGRESSO: ANÁLISE COMPARATIVA DAS
MATÉRIAS PUBLICADAS NOS GOVERNOS DE
FHC (2001) E LULA (2004).** **83**
DAILANE SILVA SANTANA

5.		
OS REVESES DA (DES)ORDEM NO		
JORNAL O PROGRESSO (MA)		102
LETÍCIA FEITOSA BARRETO		
LAURA GLAPINSKI ZACCA		
DENISE CRISTINA AYRES GOMES		
6.		
O PROGRESSO DO TOCANTINS:		
CAPÍTULOS PARA ALÉM DO MARANHÃO		117
THAYS ASSUNÇÃO REIS		
RODRIGO NASCIMENTO REIS		
7.		
POLÍTICA, NOTÍCIAS E REPRESSÃO:		
A COBERTURA DE O PROGRESSO NAS		
ELEIÇÕES DE 1970 EM IMPERATRIZ-MA		133
ANTÔNIO CARLOS SANTIAGO FREITAS		
LEONAM ALVES DE SOUSA MORAES		
ROSEANE ARCANJO PINHEIRO		
8.		
UMA FONTE INESGOTÁVEL DE CONTEÚDO:		
UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O		
JORNAL O PROGRESSO E A ASSESSORIA		
DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA DE		
IMPERATRIZ		155
SARA CRISTINA DA SILVA RIBEIRO		

- 9.**
**JORNALISMO PARA CRIANÇAS MARANHENSES:
A HISTÓRIA DE O PROGRESSINHO, UM
SUPLEMENTO INFANTIL QUE CIRCULOU EM
IMPERATRIZ DE 1986 A 1987** **176**
GABRIELA ALMEIDA SILVA
THAÍSA BUENO
- 10.**
**O LEITOR INVISÍVEL: ANÁLISE DA PRESENÇA
DO LEITOR NO MATERIAL PUBLICADO SOBRE
A IMPLANTAÇÃO DA FÁBRICA SUZANO PAPEL
E CELULOSE, NO JORNAL O PROGRESSO E EM
BLOGS INFORMATIVOS DE IMPERATRIZ- MA** **203**
MARCOS FÁBIO BELO MATOS
LETÍCIA HOLANDA DE SOUSA
- 11.**
**RELEASE NOS JORNAIS O PROGRESSO E
CORREIO POPULAR, DE IMPERATRIZ (MA)** **225**
MARCO ANTÔNIO GEHLEN
- 12.**
**DE CANDIDATO A GOVERNADOR: AS
FOTOGRAFIAS DE JACKSON
LAGO NO JORNAL O PROGRESSO** **242**
ROSANA FERREIRA BARROS
MARCUS TÚLIO BOROWISKI LAVARDA

Autores e autoras desta edição:

ORGANIZADORES



Marcos Fábio Belo Matos

Licenciado em Língua Portuguesa, bacharel em Comunicação Social Jornalismo, especialista em Língua Portuguesa, mestre em Comunicação e Cultura, doutor em Linguística e Língua Portuguesa e pós-doutor em Comunicação. Membro do Grupo de Pesquisa em Língua, Discurso, Mídia e Educação (Lidime), da Ufma Imperatriz. Atualmente, é professor associado III dos Cursos de Pedagogia e Jornalismo do CCIIm, UFMA - Imperatriz. Autor de 34 obras, entre textos acadêmicos e literários. É membro da Academia Bacabalense de Letras (ABL), da Academia Imperatrizense de Letras (AIL) e do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI). Na gestão 2019-2023, foi Diretor de Comunicação e Vice-reitor da UFMA. E-mail: marcos.fabio@ufma.br



Marco Antônio GEHLEN

Pós-doutor em Ciência da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa, em Porto, Portugal; doutor em Comunicação pela PUCRS (2016), mestre em Agronegócios pela UFMS (2009), especialista em Comunicação Empresarial e graduado em Comunicação Social - Jornalismo. É professor adjunto e pesquisador no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz (MA), desde 2009. Foi coordenador do curso na gestão 2021-2022 e gestor de Infraestrutura da UFMA em Imperatriz na gestão 2022-2023. E-mail: marco.gehlen@ufma.br

AUTORES e AUTORAS:

Antônio Carlos Santiago FREITAS

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão (2021). Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela UFMA, Campus Imperatriz (2013). Realiza pesquisas sobre história do jornalismo, rotinas produtivas, jornalismo e convergência, jornalismo e poder, entre outras. Integra o Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (Joimp). E-mail: antoniocarlosfreitas92@gmail.com

Dailane Silva SANTANA

Pós-graduada em Saúde Mental pelo Instituto Nordeste de Educação Superior e Pós-Graduação (INESPO). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão e graduada em Serviço Social pela Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão – UNISULMA. E-mail: dailanedl@hotmail.com

Denise Cristina Ayres GOMES

Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (UFF). É graduada em Jornalismo pela UFPA. Professora adjunta e coordenadora do curso de Tecnologia em Design Educacional da Universidade Federal de São Paulo e colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz (MA). Coordena o Grupo de Pesquisa Imaginarium - Comunicação, Cultura, Imaginário e Sociedade. E-mail: denise.ayres@unifesp.br

Domingos de ALMEIDA

Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com bolsa Capes do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG). Doutor em Mídia e Cotidiano na Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Integração Contemporânea da América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Graduado em Comunicação Social - Jornalismo na UFMA. E-mail: domingos.jzufma@gmail.com

Francisca Daniela dos Santos SOUZA

Pós-graduada em Assessoria de Comunicação Empresarial e Institucional (2020), lato sensu, na UFMA de Imperatriz. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela UFMA de Imperatriz (2016). Durante a graduação realizou pesquisas e trabalhos de assessorias voltadas para o jornalismo de terceiro setor em Imperatriz e Açailândia (MA). Atualmente está como CEO do Portal Assobiar (portalsobiar.com.br), um Portal de jornalismo independente, colaborativo e digital na região sul maranhense, conhecida como Região Tocantina. E-mail: daniela@portalsobiar.com.br

Gabriela ALMEIDA

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista pela CAPES. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM - UFMA) e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela mesma instituição. E-mail: gabrielaalmeida.gc@gmail.com

Idayane da Silva FERREIRA

Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão - PPGCOM - UFMA (2021 - 2023). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (Joimp) da UFMA (2021 - Atual). Especialista em Assessoria de Comunicação Empresarial e Institucional pela UFMA (2020). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFMA (2016). Assessora de comunicação da Associação Justiça nos Trilhos (2016 - 2021). Diretora de registros da Editora Balaiada do Centro de Cultura Negra Negro Cosme (2020). Co-fundadora do Portal Assobiar (2020). Tem interesse pelos temas: Jornalismo científico, Jornalismo ambiental, Jornalismo de dados, Lei de Acesso à Informação (LAI), Negritude, Direitos Humanos e Literatura. E-mail: idayaneferreira@gmail.com

Izani MUSTAFÁ

Jornalista por formação e professora adjunta da Graduação e da Pós-Graduação de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), coordena o Grupo de Pesquisa Rádio e Política no Maranhão (RPM), cadastrado no CNPq, e é diretora de comunicação da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. Pesquisa rádio, radiojornalismo, rádios universitárias, podcast e mídias sonoras. E-mail: izani.mustafa@gmail.com

Larissa Pereira SANTOS

Mestra e Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Jornalista formada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz. Possui

graduação em licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: lariiperoxo@gmail.com

Laura Glapinski ZACCA

Jornalista formada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz. Atualmente é produtora de conteúdos audiovisuais no Youtube e podcasts, com o “Canal Luna Solis” e colunista no site Notícias da Região Tocantina. E-mail: lauraa.zacca@hotmail.com

Leonan Alves de Sousa MORAES

Jornalista, formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz. Atualmente atua no como Designer Gráfico Editorial do Curso de Inglês Acessível (CIA). E-mail: leonanas@gmail.com

Leticia Feitosa BARRETO

Jornalista, formada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz.

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM / UFMA), em 2021. Atualmente atua como estrategista digital e copywriter na SmartMed Marketing Médico. E-mail: leticiabarreto.estrategiamkt@gmail.com

Leticia Holanda de SOUSA

Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: letyhollanda@gmail.com

Marco Antônio GEHLEN

Pós-doutor em Ciência da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa, em Porto, Portugal; doutor em Comunicação pela PUCRS (2016), mestre em Agronegócios pela UFMS (2009), especialista em Comunicação Empresarial e graduado em Comunicação Social - Jornalismo. É professor adjunto e pesquisador no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz (MA), desde 2009. Foi coordenador do curso na gestão 2021-2022 e gestor de Infraestrutura da UFMA em Imperatriz na gestão 2022-2023. E-mail: marco.gehlen@ufma.br

Marcos Fábio Belo MATOS

Licenciado em Língua Portuguesa, bacharel em Comunicação Social Jornalismo, especialista em Língua Portuguesa, mestre em Comunicação e Cultura, doutor em Linguística e Língua Portuguesa e pós-doutor em Comunicação. Membro do Grupo de Pesquisa em Língua, Discurso, Mídia e Educação (Lidime), da Ufma Imperatriz. Atualmente, é professor associado III dos Cursos de Pedagogia e Jornalismo do CCIIm, UFMA - Imperatriz. Autor de 34 obras, entre textos acadêmicos e literários. É membro da Academia Bacabalense de Letras (ABL), da Academia Imperatrizense de Letras (AIL) e do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI). Na gestão 2019-2023, foi Diretor de Comunicação e Vice-reitor da UFMA. E-mail: marcos.fabio@ufma.br

Marcus Túlio Borowski LAVARDA

Atua na área de imagem, especialmente em fotografia, fotografia documental e fotojornalismo. Atualmente desenvolve projetos em fotografia, audiovisual e marketing. Tem graduação em Publicidade e Propaganda, especialização em Imagem e Som, mestrado em

História e doutorado em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É docente vinculado ao curso de Jornalismo, da Universidade Federal do Maranhão, desde 2010. Membro do Comitê de Ética da UFMA e compõe o Conselho Editorial da Edufma. Entre 2020 e 2023 atuou como curador do Festival Guarnicê de Cinema, projeto de extensão universitária. E-mail: marcustulio77@gmail.com

Nayane Cristina Rodrigues de BRITO

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/UFSC). Mestra em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Docência do Ensino Superior pelo ESEA. Membro dos seguintes grupos de pesquisas: Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (GIRAFÁ), Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP) e Grupo de Pesquisa Rádio e Política no Maranhão (RPM). E-mail: nayanebritojornalista@gmail.com

Rhaysa Novakoski CARVALHO

Doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de Imagem, Estética e Cultura Contemporânea. Mestre em Comunicação pela UnB. É jornalista e diagramadora, formada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: novakoski.rhaysa@gmail.com

Rodrigo Nascimento REIS

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com bolsa Faperj Nota 10. Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e jornalista pela Universidade

Federal do Maranhão, campus de Imperatriz. Atualmente realiza pesquisa de pós-doutorado sobre “Desinformação e Descrédito da Ciência” com financiamento CNPq/Fapema na UFMA Imperatriz. E-mail: rodrigoreisitz@gmail.com

Rosana Ferreira BARROS

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM - UFMA). Especialista em MBA- Direção de Arte para TV, Cinema e Vídeo pela Universidade Estácio de Sá. Jornalista formada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). É técnica multimídia do curso de jornalismo da UFMA- Imperatriz. E-mail: rosana.barros@ufma.br

Roseane Arcanjo PINHEIRO

Professora adjunta do Curso de Jornalismo, Campus Imperatriz. Doutora em Comunicação pela PUCRS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP). Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas. Realiza pesquisas sobre os seguintes temas: história do jornalismo, história das mídias, história dos jornalistas. Realiza trabalhos interdisciplinares sobre memórias de comunidades. Faz Pós-Doutorado sobre a trajetória de jornalistas de rádio e TV no Nordeste (2023 -2024). É presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-MA. Integrou a diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (2015-2019). E-mail: roseane.ap@ufma.br

Sara Cristina da Silva RIBEIRO

Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Especialista em Literatura e Ensino pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e em Assessoria de Comunicação Empresarial e Institucional pela Universidade Federal (UFMA). Jornalista pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e graduada em Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). E-mail: sararibeiro.jornalista1@gmail.com

Thaísa BUENO

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão – Campus Imperatriz, Doutora em Comunicação pela PUC-RS. Mestre em Letras pela UFMS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cibercultura (GCiber). E-mail: thaisabu@gmail.com

Thays Assunção REIS

Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG-COM/UERJ). Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Jornalista formada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Desenvolve pesquisas sobre jornalismo local e regional, história do jornalismo, geografias da comunicação, ciberjornalismo e jornalismo móvel. Email: thays.jornalista@gmail.com

JORNAL O PROGRESSO COMO FONTE DE PESQUISA

DOMINGOS ALVES DE ALMEIDA
FRANCISCA DANIELA DOS SANTOS SOUZA
IDAYANE DA SILVA FERREIRA
IZANI MUSTAFÁ
NAYANE CRISTINA RODRIGUES DE BRITO

1. Introdução

Ao observar um jornal, podemos verificar e refletir sobre alguns temas divulgados e também sobre certos silêncios a respeito de determinados temas. Portanto, como enfatiza Pinheiro, o “jornal não é espelho da realidade” (PINHEIRO, 2018, p. 9). Os jornais guardam memórias da cidade, das pessoas e do contexto social, político e histórico. São, por isso, importantes fontes de pesquisa científica para a academia. São fontes essenciais para se reconhecer a história de um local, de uma comunidade, de uma região ou de uma personalidade. Como salienta Assunção, “sejam escritos à mão, datilografados ou impressos, os jornais têm a capacidade de nos transportar para os tempos de outrora, fazem com que imaginemos o cotidiano [...]” (ASSUNÇÃO, 2018, p. 11). Os impressos apresentam aos pesquisadores uma riqueza de informação a ser explorada, descoberta e retratada com outros aspectos críticos e mais amplos.

Em circulação desde a década de 1970, o jornal *O Progresso* é utilizado por pesquisadores como fonte de pesquisa, para a verificação do seu conteúdo de maneira a apreender os contextos sócio-his-

tóricos abordados, o conteúdo jornalístico, as imagens e ainda como base para pesquisas históricas relacionadas à cidade de Imperatriz, situada no Sul do Maranhão.

Este artigo tem o objetivo de verificar os estudos do campo da comunicação que tiveram o impresso *O Progresso* como objeto empírico. Como estratégias metodológicas realizamos um levantamento dos trabalhos (artigos, monografias e dissertações) tendo o jornal como objeto de estudo, fizemos também uma análise descritiva de oito artigos publicados em periódicos e em 12 anais de eventos científicos.

As buscas começaram no Acervo Setorial do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz, local onde estão arquivados os Trabalhos de Conclusão de Curso dos acadêmicos, livros, revistas e jornais impressos da região. Foram registradas 16 monografias com diferentes abordagens, algumas somente citando o jornal e a maioria analisando o conteúdo produzido pelo impresso.

A partir desse registro inicial, pesquisamos na Plataforma Lattes o currículo dos 16 discentes dos TCCs encontrados no acervo, com a hipótese de que poderiam apresentar os resultados do trabalho final do curso em eventos científicos, publicar em revistas ou livros. Para a nossa surpresa, somente seis estudantes deram continuidade aos estudos e transformaram as monografias em outros trabalhos científicos ou elaboraram novos estudos sobre o jornal *O Progresso*.

Na Plataforma Lattes também verificamos os currículos dos atuais professores do curso de Jornalismo da UFMA. Alguns artigos encontrados nos currículos dos acadêmicos também estavam registrados nos dos discentes. Em função disso, consideramos somente um trabalho. Além disso, fizemos buscas no google acadêmico para verificarmos possíveis estudos de pesquisadores de outras instituições.

A partir da Plataforma encontramos projetos de pesquisas desenvolvidos por alguns docentes do Curso de Jornalismo da UFMA/Imperatriz que tiveram *O Progresso* como o principal ou um dos objetos empíricos. Entre eles: *Produção das notícias nos jornais de Imperatriz e região entre as décadas de 70 e 90*, coordenado pela professora Roseane Arcanjo Pinheiro; as pesquisas da docente Denise Cristina Ayres Gomes - *Mitologias do real: o jornalismo como promotor do imaginário da cidade de Imperatriz* e *A construção da loucura nos jornais Folha de S. Paulo e O Progresso*; o projeto *Discurso Visual: a fotografia de Jackson Lago nas capas do jornal O Progresso*, coordenado pelo professor Marcus Tulio Borowiski Lavarda; e as pesquisas do professor Marcos Fabio Belo Matos com *O Papel do Progresso: uma análise de discurso sobre a implantação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz-MA*, *Discurso e Identidade: a Construção do Discurso do Maranhão do Sul na Mídia Impressa de Imperatriz* e *Os contradiscursos sobre a implantação da fábrica Suzano de papel e celulose em Imperatriz*. Os estudos colaboraram para a quantidade de produções de artigos sobre o impresso.

No levantamento registramos 64 trabalhos, com distintos formatos: artigos para eventos, revistas, livros, monografias e dissertações. Constatamos que para uma análise mais contundente, os resultados foram analisados separados, a partir dos seus diferentes formatos. Para este artigo, por exemplo, selecionamos apenas os 12 artigos publicados em anais de eventos científicos e oito artigos divulgados em periódicos. Nas verificações elencamos as seguintes categorias de análise: Locus de apreensão dos objetos empíricos dos artigos e Metodologias, para todos os trabalhos; Qualis dos periódicos somente para artigos publicados em revistas; e Abrangência dos eventos científicos para os estudos apresentados em eventos e verificados nos anais.

O texto foi organizado inicialmente com a Fundamentação Teórica focada na historiografia de *O Progresso* e abordagens sobre impressos como fontes de pesquisas. Em seguida foi apresentado o mapeamento dos trabalhos com as análises descritivas dos artigos verificados.

2. Jornal O Progresso

O Jornal *O Progresso* é um dos mais antigos periódicos em circulação na cidade de Imperatriz. Foi fundado em 3 de maio de 1970 pelo empresário José Matos Vieira e pelo advogado e jornalista Juri-vê de Macêdo. Inicialmente possuía quatro páginas e formato 32 x 43, e era semanal, circulando aos domingos. O slogan do impresso “semanário noticioso e independente”. Atualmente, possui a dinâmica de circulação diária, exceto às segundas-feiras.

O veículo surge na década do pujante desenvolvimento econômico de Imperatriz, marcado ainda no final dos anos de 1960 e alavancado pelos diversos ciclos de exploração como da madeira, gado, arroz, minério e de terras, bem como pelo início das obras de construção da rodovia Belém-Brasília, que interligou a cidade às principais vias de escoamento da região.

O momento econômico da época, que coincide com a descoberta do garimpo da Serra Pelada, teve influência direta na fundação e na nomenclatura do impresso, conforme nos explicam Brito e Pinheiro: “O jornal recebeu este nome pelo desenvolvimento acelerado em que a cidade se encontrava” (BRITO e PINHEIRO, 2011, p. 10). Neste período, Imperatriz era a cidade com o maior número de habitantes que estavam trabalhando no garimpo. (ASSUNÇÃO, 2018). Sobre a dinâmica pela qual a cidade atravessava, Gomes *et. al* (2018) explicam que:

A cidade passava por um intenso processo de expansão, resultado dos projetos desenvolvimentistas iniciados em 1960 na Amazônia Legal que atraíram grandes fluxos migratórios. A região se transforma radicalmente e perde o caráter rural para dar lugar à explosão demográfica, à urbanização desordenada e, conseqüentemente, à violência. (GOMES et. al., 2018, p. 663).

Assim como a cidade de Imperatriz, ao longo dos anos, *O Progresso* também sofreu vários processos de transformações. O primeiro, em outubro de 1975, quando passa a ter circulação diária, de terça a domingo e triplica o número de páginas para 12. Depois mudou para 16, quantidade que mantém nos dias atuais. Em 1986, “torna-se um dos primeiros jornais do Maranhão e do interior do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a informatizar o seu setor de pré-impressão. Isso tudo altera profundamente sua feição gráfica” (FRANKLIN, 2015, p. 2). No ano de 2019, conforme explicam Matos e Almeida (2012), o jornal *O Progresso* apresenta os seguintes aspectos estruturais:

a) sua tiragem é de 5.350 exemplares nos dias úteis, passando para 6.450 aos domingos; b) sua impressão é feita com máquina própria, em offset; c) formato tabloide francês, capa colorida e páginas interiores em preto e branco e 16 páginas, distribuídas por 9 editoriais: Política, Cidade, Regional, Polícia, Esportes, Social, Geral, Tocantins e, aos domingos, Cultura, editada pela Academia Imperatrizense de Letras. (MATOS; ALMEIDA, 2012, p. 5).

Além disso, o impresso é o terceiro mais antigo do Maranhão e é o único em circulação na versão impressa em Imperatriz. Com o slogan “Expressão Regional”, *O Progresso* é, também, o principal veículo impresso do interior do estado do Maranhão. A cobertura ultrapassa as fronteiras de Imperatriz e abrange cidades do Sul do estado do Pará, parte do Sul e Sudoeste maranhense, São Luís e Norte do Tocantins (FRANKLIN, 2015).

Tendo completado meio século de existência, *O Progresso*, embora sem concorrência local, mantém-se como referência para consultas sobre os processos histórico-econômico-social-político-cultural pelos quais atravessou Imperatriz e regiões vizinhas. Os profissionais do jornal além de escreverem para a versão impressa, também alimentam o site e o perfil mantido na rede social *Facebook*. Ambas as plataformas foram incorporadas recentemente pelo veículo.

3. Jornal O Progresso como fonte de pesquisa

Jornais, documentos, fotografias, vídeos, cartas e áudios são materiais que trazem consigo rastros e vestígios da existência de um passado, com memórias e nas histórias (BARBOSA, 2019). São objetos que ficam à disposição de pesquisadores que desejam interpretá-los e reconstituir uma parte do passado. Segundo Barbosa, “os vestígios do passado, sejam eles um testemunho ou um documento só se transformam em fontes históricas no momento em que o pesquisador lhes atribui essa qualificação” (BARBOSA, 2019, p. 15). A fonte existe por causa da pergunta e do olhar do pesquisador.

Muitos investigadores científicos tentam acessar o passado por meio da análise dos documentos existentes no passado e que tenham alguns vestígios, observa Barbosa (2018). De acordo com ela,

essa interpretação eivada da subjetividade do pesquisador tem a marca da época em que foi produzida e está permanentemente sujeita a novas interpretações, revisões, reformulações. É com base nessa suspensão constante e nesse aspecto provisório que o conhecimento científico pode avançar. (BARBOSA, 2018, p. 22).

Um documento, um jornal, traz consigo uma intencionalidade e tem uma relação direta com o seu presente histórico. Quando um jornal se constitui em fonte, explica Barbosa, ele produz uma

“fala memorável em que o passado é apresentado como portador de significâncias que dizem respeito muito mais a um ideal presumido do que deve ser fixado no futuro” (BARBOSA, 2018, p. 23). E é nessas entranhas da fonte que é possível extrair significados sobre o mundo daquela época, completa Barbosa.

O jornal, como outros meios de comunicação, utilizando as suas narrativas, atestam com fidedignidade o que se passou porque “produzem uma articulação textual baseada na noção de testemunho” (BARBOSA, 2015, p. 14). Para a autora, os meios de comunicação, entre eles o jornal, produzem “uma memória presumidamente válida e comum, inserindo-a na história e não na memória” (BARBOSA, 2015, p. 14).

Com base nessas observações, compreendemos que os jornais contêm em suas narrativas e descrições a representação de uma época da sociedade, transformando-se, portanto, numa importante fonte de pesquisa. As notícias mostram as relações de poder estabelecidas em determinados períodos, revelam o contexto social e político, importantes para compreender porque muitos temas ganham destaque, alguns pouco destaque e outros são silenciados.

4. Análises dos trabalhos sobre o jornal o progresso

Verificamos que o jornal *O Progresso* é citado em diversos estudos científicos, entre monografias, dissertações, livros, artigos em periódicos e anais de eventos. Para este artigo, para obter análises mais precisas, focamos nos trabalhos que foram publicados em periódicos e anais de eventos. A seguir, em dois tópicos, apresentaremos as análises de 20 estudos sistematizados em gráficos e seguidos de análises descritivas; 12 de eventos científicos e 8 publicados em periódicos.

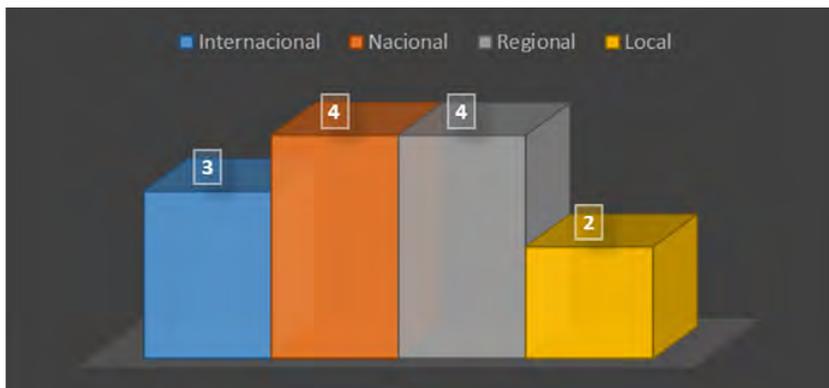
4.1 Artigos apresentados em eventos científicos

Na verificação dos artigos apresentados em eventos científicos foram registrados 28 trabalhos. Contabilizamos apenas um quando o mesmo artigo estava registrado em diferente momento. Desse total tivemos acesso on line somente a 12. Pelas buscas feitas nos sites dos eventos e por conhecermos alguns seminários e congressos, verificamos que a falta de acesso aos demais 16 artigos está relacionada aos seguintes fatores: determinados anais de eventos, mesmo registrados nos currículos lattes dos pesquisados, ainda não estão disponíveis para acesso; alguns trabalhos foram disponibilizados somente em anais em formato de CD; nove estudos foram apresentados nos Simpósios de Comunicação da Região Tocantina (SimCom), organizada pelo curso de Jornalismo da UFMA de Imperatriz, e ainda não estão no ciberespaço; um trabalho apresentado no 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) não pôde ser observado porque na página do encontro os anais não abrem.

No entanto, constatamos que alguns artigos apresentados nos eventos que não foram acessados pela web, posteriormente foram publicados em periódicos ou livros, o que facilita o acesso para outros pesquisadores interessados nos estudos do jornal *O Progresso* e para a nossa pesquisa.

Assim, somente 12 trabalhos foram analisados, a partir das seguintes categorias: Abrangência dos eventos – uma verificação quanto ao alcance do evento em nível internacional, nacional, regional e local, concomitantemente com o estudo; Locus de apreensão dos objetos empíricos dos artigos – produto, produção e recepção; e as Metodologias utilizadas. O Gráfico 1, a seguir, disponibiliza os quantitativos da abrangência:

Gráfico 1 – Abrangência dos eventos científicos



Fonte: Os autores.

As pesquisas sobre o jornal *O Progresso* ultrapassam as fronteiras da cidade de Imperatriz e são conhecidas em eventos da região Nordeste, no sul do país, em encontros nacionais e internacionais. Os três eventos internacionais ocorreram no Brasil com discussões sobre semiótica, ciberjornalismo e educação, como o V Colóquio Semiótica das Mídias, o VIII Fórum Internacional de Pedagogia e o 7º Congresso Internacional de Ciberjornalismo.

Os investigadores estiveram em quatro encontros nacionais e quatro regionais. Entre eles, uma pesquisa foi apresentada no 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), ocorrido em Curitiba, em 2002; dois trabalhos foram localizados no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em 2016; um estudo teve espaço no 11º Encontro Nacional de História da Mídia (Alcar), ocorrido em 2017.

Todos os congressos regionais registrados são as edições do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Intercom Nordeste, em diferentes anos e locais. Encontramos dois textos

publicados nos anais do Intercom Nordeste de 2017, um em 2010 e outro em 2016. Registramos somente um trabalho publicado nos anais do XII Simpósio de Comunicação da Região Tocantina (Sim-Com), em Imperatriz, em 2018.

O levantamento dos artigos em eventos locais teria sido superior se o SimCom de anos anteriores também tivesse os anais publicados on line e se outros eventos com anais em CD também pudessem ser acessados em páginas da internet.

Gráfico 2 – Locus de apreensão do objeto empírico dos artigos



Fonte: Os autores.

Dos artigos verificados, todos têm o jornal *O Progresso* como objeto de pesquisa. No Gráfico 2 analisamos qual o Locus de apreensão do empírico. Constatamos que 10 das pesquisas, a maioria, estão focadas na verificação do produto, no texto publicado no impresso. Consideramos o artigo *O consumo cultural dos jornalistas do jornal O Progresso*, elaborado por dois ex-alunos do curso de Jornalismo da UFMA, William Morais e Thays Reis (2016), com apreensão

aproximada da produção. A partir da aplicação de um questionário com 15 questões a três repórteres e ao editor do jornal, os autores identificaram o consumo cultural desses profissionais envolvidos na produção do impresso.

O trabalho com foco na Recepção foi realizado pelo professor do curso de Jornalismo da UFMA Marcos Fábio e, na época, com a bolsista Letícia Holanda, intitulado *O leitor invisível: análise da presença do leitor no material publicado sobre a implantação da fábrica Suzano papel e celulose, no jornal 'O Progresso' e em blogs informativos de Imperatriz-MA*. Eles selecionaram 10 matérias (entre notícias e reportagens) que veiculavam informações sobre a implantação da Fábrica Suzano de Papel e Celulose em Imperatriz, para observarem a presença do leitor nas páginas do jornal *O Progresso* e de oito blogs informativos imperatrizenses. O artigo foi resultado de um projeto de pesquisa do docente com o título *O Papel do Progresso: a midiatização da implantação da Fábrica Suzano Papel e Celulose em Imperatriz*.

Também resultado de uma pesquisa mais ampla denominada de *Identidades e Mediações: interfaces entre a mídia e a cultura em Imperatriz – MA*, coordenada pela docente do curso de Comunicação Social da UFMA de São Luís, Letícia Cardoso, o artigo mescla a análise da produção e do produto. A professora, em parceria com a acadêmica Denise Silva, no período bolsista PIBIC, elaboram um texto a partir da verificação de 30 edições do impresso publicados entre 22 de novembro e 31 de dezembro, e 22 edições entre 15 de abril e 15 de maio, com o objetivo de compreenderem como se dava o agendamento da cultura local pelo discurso jornalístico no jornal. Além da análise dos textos divulgados pelo impresso, as pesquisadoras entrevistaram três profissionais para entender quais eram “os critérios de noticiabilidade usados pelo jornal *O Progresso* para a divulgação de matérias de cunho artístico cultural” e como se dava

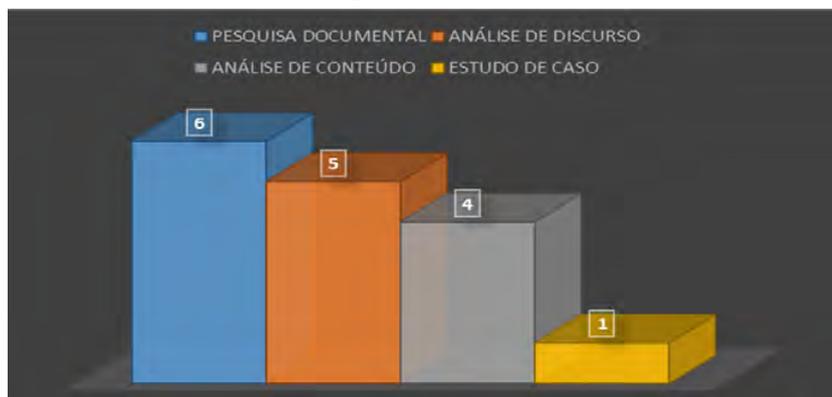
“o processo de produção das pautas destinadas à temática” (CARDOSO, SILVA, 2010, p. 2).

Na perspectiva de Silva (2008), a predominância das pesquisas com textos jornalísticos é decorrente de acesso mais fácil aos materiais, melhores custos e tempo:

[...] é mais viável gravar telejornais e radiojornais, guardar exemplares de revistas, recortar jornais impressos ou arquivar páginas da internet do que conseguir autorização das empresas para se pesquisar dentro das redações ou mesmo a disponibilidade dos profissionais para entrevista e do que também entrevistar leitores; custos da pesquisa – é mais barato investigar produtos do que processo de produção ou modos de recepção, posto que muitos dos resultados divulgados em congressos ou publicados são fruto de trabalho individual e não do de equipes; tempo de duração da pesquisa [...] (SILVA, 2008, pp. 6-7).

Para a autora ainda falta uma tradição de pesquisas nos campos da produção e da recepção de produtos jornalísticos. O Gráfico 3 aborda as Metodologias utilizadas para a elaboração dos textos.

Gráfico 3 – Metodologias utilizadas pelos pesquisadores



Fonte: Os autores.

Condizente com os resultados do Gráfico 2, em que dez artigos têm como Locus empírico a verificação do texto produzido e divulgado no jornal *O Progresso*, as Metodologias utilizadas relacionam-se diretamente com as análises do conteúdo produzido para o impresso. Ao averiguar os trabalhos percebemos que nem todos os autores deixam explícito o método adotado. Assim, optamos por indicar no Gráfico 3 as estratégias metodológicas indicadas pelos autores. Alguns artigos utilizam mais de uma abordagem metodológica para obter os resultados da pesquisa. Por isso os quantitativos no gráfico ultrapassam o número de trabalhos analisados.

A pesquisa documental, análise de discurso e análise de conteúdo, respectivamente (6), (5) e (4), estão entre as metodologias mais usadas, um reflexo dos métodos utilizados nas pesquisas dos professores do curso de Jornalismo da UFMA de Imperatriz que estudam sobre o jornal *O Progresso*. Por ser um impresso em circulação desde a década de 1970, seis estudos fazem uso da pesquisa documental, geralmente como uma técnica, para conseguir o material a ser analisado. Afora os métodos visualizados no gráfico, em dois artigos foram feitas entrevistas como técnicas de pesquisa e em um houve a aplicação de questionário.

Por meio dos trabalhos, foram discutidos temas como o cotidiano do município de Imperatriz, o crescimento econômico, as problemáticas sociais, a violência de maneira geral representada nas páginas do impresso, as abordagens sobre a cultura local, o consumo cultural dos produtores de notícias. As análises e reflexões dos artigos, sobretudo por meio dos discursos e conteúdos, fornecem contestações sobre o conteúdo jornalístico do impresso estudado.

4.2 Artigos publicados em periódicos

O mapeamento aqui descrito se refere aos artigos publicados em revistas científicas, observando a publicação de pesquisas relacionadas ao jornal *O Progresso* citadas no currículo lattes de cada docente do curso de Comunicação Social/Jornalismo, campus Imperatriz (MA). Os trabalhos encontrados foram publicados em edições de Goiânia, Palmas, Rio de Janeiro, João Pessoa e Florianópolis, entre os anos de 2012 e 2018. Para esta Análise descritiva foram encontrados oito trabalhos.

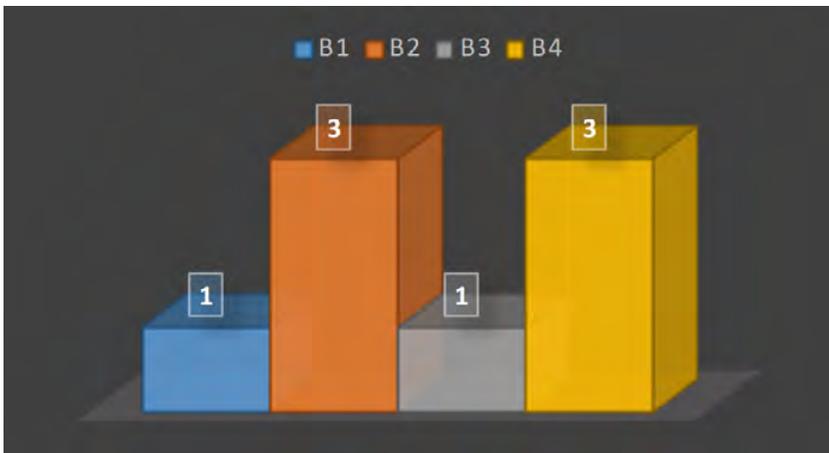
Por ser um impresso que se mantém “vivo”, desde a década de 1970, e do impresso ter aproximadamente 16 mil edições disponibilizadas em formato digital, *O Progresso* possui abertura para diversas pesquisas acadêmicas para o curso e região. Atualmente, o impresso tem a versão online disponibilizada em arquivo digital em formato PDF. As pesquisas publicadas em periódicos analisam os diferentes discursos presentes nas matérias jornalísticas do impresso, além de uma análise das fotografias de capas, como é o caso do estudo intitulado *De candidato a governador: as fotografias de Jackson Lago no jornal O Progresso*, disponível no site da Revista Brasileira de História da Mídia (2013), que utilizou como método análise de conteúdo, análise das imagens e análise de discurso.

Dos oito exemplares verificados, sete têm o jornal *O Progresso* como único objeto empírico. Em um dos artigos, o impresso é analisado com mais dois jornais de nível estadual. As pesquisas tiveram análises que retrataram aspectos políticos da cidade: as fases de campanhas eleitorais, instalação da empresa Suzano no município e a violência.

É necessário destacar que as pesquisas possuem registros em revistas científicas de qualis B1 (1); B2 (3); B3 (1); e B4 (3) respec-

tivamente, de acordo com apresentação do Gráfico 4. Os trabalhos foram publicados nas seguintes revistas: Revista Observatório; Litera Online; Revista Brasileira de História da Mídia; Comunicação & Informação; Revista Latino-Americano de Jornalismo; Mídia e Cotidiano e Estudos de Jornalismo e Mídia.

Gráfico 4 – Qualis dos periódicos



Fonte: Autores

Conforme visualizado no Gráfico 5, sete pesquisas têm como Locus de apreensão o produto e uma mescla a verificação da recepção e produto. Além disso, os pesquisadores delimitaram o Corpus a partir do objetivo de cada estudo.

Gráfico 5 – Locus de apreensão do objeto empírico dos artigos



Fonte: Autores

A pesquisa que analisa recepção e o produto está nomeada de *A produção dos atores culturais de Imperatriz na internet e suas interações com o Jornal 'O Progresso'*, publicado na revista *Mídia e Cotidiano* (2017) em que os pesquisadores fizeram um levantamento das redes e mídias sociais do impresso e analisaram o conteúdo e a interação do jornal com o público.

Esse estudo foi realizado pela doutoranda do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Thays Assunção Reis, e pelo Doutor em Comunicação e professor do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Sérgio Luiz Gadini. Eles averiguaram as interações entre a informação produzida por eles e a publicada pelo Jornal *O Progresso* na primeira quizena do mês de agosto de 2015.

No trabalho eles identificaram os pontos de presença do jornal na internet, periodicidade das publicações; a origem do conteúdo (próprio ou compartilhado de outros usuários) e a interação com

outros usuários. Os pesquisadores também realizaram a análise do jornal, sobretudo, na identificação das matérias culturais, para compreender os sentidos de cultura constituídos pelo impresso.

Por fim, observaram que os atores culturais ainda fizeram uso incipiente da web como canal de difusão e que os poderes político e econômico de Imperatriz são apontados pelo jornal como os principais produtores culturais. Sendo que os demais atores culturais praticamente não aparecem ou são minimizados.

São perceptíveis no Gráfico 6 os variados tipos de metodologias utilizadas pelos pesquisadores: Análises discursivas (3); Análise de conteúdo (2); Pesquisa documental (2); Análise de conteúdo online (1); Estudo de caso e proposta (1) e Abordagem qualitativa das teorias do imaginário (1).

Gráfico 6 – Metodologias utilizadas pelos pesquisadores



Fonte: Os autores

Vale ressaltar que as pesquisas publicadas nos periódicos são resultados de monografias, grupos de pesquisas, dissertações e, uma das publicações analisadas, foi resultado do Trabalho de Conclusão de Curso/Peça prática: *Virando a página: uma proposta para renovar o único caderno de literatura em circulação na imprensa de Imperatriz (MA)*. As autoras Diana Costa e Reis Hyana propuseram a reformulação do caderno literário do jornal *O Progresso* utilizando como técnica a entrevista aberta com o editor da página, um escritor do caderno, o editor-chefe responsável e a presidente da Academia Imperatrizense de Letras.

Considerações Finais

O jornal *O Progresso* é o único impresso imperatrizense que completou 50 anos, atravessou diversas gerações e continua em circulação. O periódico carrega as histórias e memórias de Imperatriz desde a década de 1970 e registrou as principais mudanças sociais, políticas e econômicas, como o desenvolvimento provocado pela chegada da multinacional Suzano e a construção da BR-010, mais conhecida como Rodovia Belém-Brasília. Essas e outras abordagens tratadas nas matérias jornalísticas do impresso são importantes fontes de pesquisas científicas. O que torna relevante para o campo jornalístico e comunicacional um veículo de comunicação como *O Progresso* porque nele estão guardados em forma de informação muitos registros do cotidiano de uma cidade e de uma região.

Os estudos que foram apresentadas nos âmbitos da UFMA, em monografias e grupos de pesquisas, ultrapassam os muros da academia porque são apresentados em eventos científicos internacionais, nacionais, regionais e locais, e passam a ser disponibilizados

nos anais dos congressos, seminários e encontros e nos sites dos periódicos, geralmente on line.

Neste primeiro mapeamento dos trabalhos, a partir de uma Análise descritiva, averiguamos que a maioria dos estudos, cerca de 90%, têm como Locus de apreensão o produto, o conteúdo do jornal. Pouco sabemos sobre os leitores do veículo impresso e, menos ainda, como ocorre a rotina de trabalho que envolve a apuração e a produção dos textos jornalísticos de *O Progresso*. Logo, sabemos que são necessárias mais pesquisas para examinar a recepção deste produto e como se dá o processo de produção do informativo.

Nem todos os artigos apresentam de maneira clara as Metodologias adotadas. Alguns destacam as teorias utilizadas como um dos aspectos metodológicos. Com o mapeamento e a análise descritiva percebemos a predominância de metodologias paralelas com o Locus de apreensão - produto. Pressupomos que estudos focados na produção e na recepção irão exigir outras estratégias metodológicas e diferentes abordagens teóricas.

Infelizmente, algumas das pesquisas não apresentaram no Resumo e na Introdução os caminhos metodológicos adotados no estudo de forma objetiva, impedindo que nosso artigo fosse mais abrangente. No entanto, pretendemos desenvolver outros artigos tendo como fonte de pesquisa o mapeamento dos trabalhos sobre *O Progresso*.

Referências

ASSUNÇÃO, Thays. **História da Imprensa em Imperatriz** – São Luís, EDUFMA, 2018.

BARBOSA, Marialva. **Meios de comunicação: lugar de memória ou na história?** *Contracampo*, Niterói, V. 35, Nº 01, pp. 07-26, abr./jul., 2016.

_____. **Comunicação, história e memória:** diálogos possíveis. Revista Matrizes, São Paulo, V. 13, nº 1, jan/abr 2019.

_____. **Uma história da imprensa (e do jornalismo):** por entre os caminhos da pesquisa. Intercom – RBCC. São Paulo, Mai./ago. 2018. V.41, n.2, p.21-36.

BARROS, Rosana Ferreira; LAVARDA, Marcus Túlio Borowiski. De candidato a governador: as fotografias de Jackson Lago no jornal O Progresso. **Revista Brasileira de História da Mídia.** Porto Alegre/ São Paulo. Alcar: Sociocom. Jul./dez. 2013. V. 2. Nº 2.

BUENO, Thaisa; ALVES, Marcelli; COSTA, Diana; REIS, Hyana. ‘Virando a página: uma proposta para renovar o único caderno de literatura em circulação na imprensa de Imperatriz (MA)’. **Revista Comunicação & Informação.** Goiânia. Out./dez. 2017. V. 20, Nº. 3, p. 49-63.

CARDOSO, Letícia Conceição Martins; SILVA, Denise de Sousa da SILVA. A cultura noticiosa do Jornal O Progresso no agendamento da cultura em Imperatriz. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2010, Maceió. **Anais do Intercom Nordeste**, pp. 1-8.

GOMES, D. C. A. *et. al.* IMPERATRIZ, O POVO E A FAMA: a violência imaginária no jornal O Progresso (MA). **Revista Observatório**, Palmas, V. 4, Nº. 4, 2018.

MATOS, Marcos Fábio Belo; SOUSA, Letícia Holanda de SOUSA. O Papel do Progresso: uma Análise da Presença da Fábrica Suzano de Papel e Celulose em O Progresso. In: XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2016, São Paulo. **Anais do Intercom Nacional**, pp. 1-15.

MORAIS, William Castro; REIS, Thays Assunção. O consumo cultural dos jornalistas do jornal O Progresso. In: XXXIX CONGRES-

SO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2016, São Paulo. **Anais do Intercom Nacional**, pp. 1-10.

PINHEIRO, R. A. Jornalismo, campo cultural e poder: notas sobre um jornal regional. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, Ano IX. Nº. 17, 2016.

REIS, Thays Assunção; GADINI, Sérgio Luiz. A produção dos atores culturais de Imperatriz na internet e suas interações com o Jornal O Progresso. **Revista Mídia e Cotidiano**, Artigo Seção Temática/Livre. Rio de Janeiro. 10 de agosto de 2017. V. 11, Nº 2, p. 233.

A ESTÉTICA EM PROGRESSO: APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DO DESIGN EDITORIAL NO JORNAL O PROGRESSO (DE 1979 A 2013)

RHAYSA NOVAKOSKI CARVALHO

Considerações iniciais

Entendendo o design editorial como elemento de configuração e reconfiguração de veículos impressos enquanto ferramenta de comunicação, este artigo traça apontamentos sobre a trajetória estética do jornal imperatrizense *O Progresso*, a partir da década de 1970 até o ano de 2013. Para tanto, o estudo adota como base metodológica a análise visual das páginas aliada à investigação das rotinas produtivas do periódico de circulação diária mais antigo de Imperatriz, Maranhão.

Importante para a manutenção da sobrevivência e identificação com seu público consumidor, a apresentação e organização visual dos jornais assumiu papel fundamental no desenvolvimento e perpetuação dos veículos impressos. Em linhas gerais, Mota (2007 *apud* DAMASCENO, 2012, p. 22) define design editorial como “uma área de atuação específica do design gráfico que se dedica à elaboração de projetos para publicações – edições como livros, jornais e revistas”. Na perspectiva aplicada ao jornalismo impresso, esses projetos determinam a forma como as notícias e outros elementos gráficos serão apresentados e as características visuais da publicação, determinando, dessa maneira, a sua identidade (MOTA, 2007 *apud* DAMASCENO, 2012).

A aplicação do design editorial à página impressa passou por diversos momentos ao longo da prática jornalística, com variações consideráveis de região para região do país. Essas diferentes configurações podem ser explicadas pela influência dos avanços tecnológicos, ligados, sobretudo, aos equipamentos de reprodução gráfica e ao acesso a programas de editoração. Nesse sentido, esse artigo apresenta o percurso visual do jornal *O Progresso* de acordo com o estudo da autora sobre a trajetória do design editorial nos veículos impressos de Imperatriz. Carvalho (2016), classifica a evolução gráfica dos jornais diários imperatrizenses em três principais fases: era textual (1979 a 1985), era iconográfica (1985 a 1997) e era policrômica (de 1998 até os dias atuais). Cada um desses períodos deve ser detalhado ao longo do texto.

Com sua primeira edição datada em 3 de maio de 1970, o jornal *O Progresso* se tornou diário¹ (com circulação de terça-feira a domingo) somente em 1 de setembro do ano de 1979. Estabelecido como o mais antigo periódico ainda em circulação em Imperatriz, o impresso passou por todas as eras visuais identificadas por Carvalho (2016), tendo os concorrentes como principal motor para mudanças empreendidas ao longo dos anos e podendo ilustrar, a sua maneira, a trajetória visual do jornalismo impresso local.

No princípio, era o verbal

De acordo com a pesquisa de Thays Assunção (2011), tanto a chegada de veículos de comunicação impressos quanto a preocupação gráfica com a apresentação da página foram tardias em Impera-

¹ A classificação de jornal diário adotada por este artigo segue o conceito da Associação Nacional de Jornais (ANJ), que define como diários os periódicos que possuem circulação em, no mínimo, quatro dias da semana.

triz, visto que a cidade foi fundada em 1852, e os primeiros periódicos locais apareceram somente na década de 1930, mais de 80 anos depois. A expansão desses meios, por sua vez, só pode acontecer após 40 anos de seu aparecimento, a partir da década de 1970. Esse cenário pode ser justificado pelo aquecimento econômico acionado durante o período de descoberta da Serra Pelada e da criação da rodovia federal BR-010, quase cem anos após a fundação do município.

É a partir desse quadro histórico que surge a primeira fase do design editorial nos impressos diários de Imperatriz. A era textual é caracterizada por uma apresentação simples e predominantemente verbal, mas com conteúdo voltado para o cotidiano da região e do estado. A linotipia, que já estava ultrapassada há alguns anos na maior parte do território nacional, foi a grande novidade de impressão implementada nos anos de 1970. As linhas e os espaços em branco são elementos gráficos muito valorizados nesse primeiro momento, colocando o componente verbal em perspectiva privilegiada e valorizando a produção jornalística em seu caráter mais celular: o textual. Essa configuração se dá, até mesmo, pela falta de tecnologias que possibilitassem a captação e revelação facilitada de imagens e de um sistema ágil de impressão.

Sendo o primeiro exemplar diário do município, a edição de 1 de setembro de 1979 de *O Progresso* não apresenta grandes novidades quanto ao modelo que circulava anteriormente. O periódico já era impresso no sistema de linotipia desde 1973. *O Progresso* exibia um formato aproximado do germânico francês, com dimensões totais de 46,5 cm por 32 cm. A quantidade de páginas variava entre oito e 12.

Figura 1 - O Progresso, edição de 1 de setembro de 1979



Fonte: da própria autora.

Ao observar a capa do jornal (ver figura 1), pode-se notar a presença de um leiaute simétrico, ou seja, com uma composição estática, na qual os elementos são dispostos proporcionalmente, dando a ideia de equilíbrio (COLLARO, 2000). Nesse modelo gráfico de fácil montagem, as duas fotos existentes foram inseridas em lados opostos, seguindo uma diagonal de um extremo ao outro do papel. A disposição escolhida balança o peso que as imagens possuem na página.

Já os títulos e textos, também, seguem uma divisão regular, tendo a manchete principal dividindo a folha ao meio, duas chamadas e o logotipo dispostos acima da primeira foto, e três chamadas inseridas abaixo da segunda imagem. Nessa disposição, esses elementos ocupam a zona privilegiada do olhar do leitor, mostrando

a valorização dos títulos e logotipo pelo design, que prezava pela palavra como âncora da página.

A apresentação visual das notícias é leve. A diagramação busca respiros e os espaços entre colunas é amplo, o que Sousa (2001) afirma dar a sensação de limpeza e luminosidade na página, facilitando e tornando a leitura mais prazerosa. Mesmo com a existência da tecnologia que possibilitou a impressão de retratos, não era observado a presença de fotografias, uma variável bem recorrente no miolo de *O Progresso* durante os primeiros anos de circulação, contando com a maior parte do espaço preenchido por textos densos, e muitas das – poucas – imagens que existiam eram ilustrações. Com isso, as linhas se mostraram os principais recursos visuais empregados na diagramação do periódico em sua primeira década de circulação diária.

Nesse período, a existência e o desenvolvimento da composição mecânica não excluía a dificuldade de se diagramar o jornal manualmente. De acordo com o jornalista Coriolano Miranda Rocha Filho, que foi paginador do periódico entre o final dos anos de 1970 e o começo de 1980, o processo de produção do jornal era muito cansativo.

Era mais demorado, até porque os repórteres redigiam as matérias e só depois eram repassadas para o linotipista, que era um tipo de digitador. Ele escrevia aquela matéria para passar para o chumbinho, cada bloquinho do chumbinho era uma linha de matéria. Então demorava muito, e a diagramação também era demorada, durava mais de uma hora por página (ROCHA FILHO, 2016).

Coriolano conta que os funcionários passavam a noite montando o jornal, com grande parte desse procedimento envolvendo recorte e colagem das matérias e imagens nas folhas para impressão, tudo era medido e milimetrado. A atenção era redobrada, pois, no mínimo descuido, as chapas de chumbo poderiam se soltar e

“amassar” as letras, fazendo com que todo o processo tivesse que ser reiniciado.

Pode-se afirmar que, de maneira geral, os primeiros passos das publicações diárias de Imperatriz seguem muitas características da fase da imprensa escrita denominada de tipográfica. Segundo a classificação apresentada por Freire (2009), nesse período, que tem início com as primeiras publicações jornalísticas e se estende até a década de 1960, quando se fala do Brasil, os jornais possuíam, entre outras características, poucos recursos visuais (restritos a linhas e floreios gráficos) e, em um primeiro momento, tipografia restrita a poucas famílias de fontes.

Influências de uma nova era

A exploração do ouro de Serra Pelada foi intensificada nos primeiros meses de 1980 e, a partir desse período, Imperatriz começou a viver uma intensa fase de crescimento e modernização (FRANKLIN, 2005). Diante disso, Assunção (2011, p. 30) afirma que, imerso em uma ideologia progressista, o município “se cobre não apenas de novos cenários que anunciam o desenvolvimento da cidade, como também dos ecos dos jornais que disseminam pelos quatro cantos o discurso de um novo tempo”. Essa nova era pode ser vista, também, nas páginas dos jornais com maior circulação, que, seguindo a tendência descrita, começaram a investir em novas tecnologias.

Dessa maneira, o ano de 1986 inaugura a segunda fase do design editorial de Imperatriz, a era iconográfica. A pesquisa revelou que a década de 1980 foi um dos períodos com transformações mais significativas na linha evolutiva dos periódicos (CARVALHO, 2016). Isso se deve, especialmente, à implantação do sistema de im-

pressão em *offset*, um dos avanços tecnológicos mais influentes, se não o mais, na valorização do design das páginas. O novo sistema, aliado ao processo de informatização iniciado no mesmo período, agilizou a produção jornalística, deu certo rigor à diagramação e fez crescer o uso de diferentes elementos visuais, como ilustrações, fotografias e tipografias diferenciadas. O jornal *O Progresso* foi um dos pioneiros dessas inovações, apresentando boas surpresas e revelando o fim da década como uma das fases mais férteis no campo jornalístico para o veículo e, conseqüentemente, para toda a região.

A edição escolhida para representar *O Progresso* na década de 1980 traz resultados bem avançados advindos da implementação de técnicas e tecnologias, que começaram a ser introduzidas na rotina produtiva do veículo quase um ano antes. Mesmo tendo adquirido o maquinário após seu concorrente da época, *Jornal de Imperatriz*, o periódico soube utilizar melhor a novidade. A impressão do sistema *offset* possibilitou a valorização do uso de fotografias, que aparecem em tamanho maior e mais legíveis, o que não era comum antes disso, por conta da dificuldade de reprodução do antigo sistema.

Apesar de a imagem nos dias atuais ser uma forma de comunicação natural e eficiente, Freire (2007, p. 54) explica que o processo de valorização das fotografias e ilustrações influenciou substancialmente o modo de fazer e ler jornais, pois é quando “o texto verbal passa a conviver com as imagens”, fazendo com que a inserção de fotografias e ilustrações reconfigurasse as páginas dos veículos impressos. Esse movimento desafiou os jornalistas, que viam o material não verbal como um grande enigma, prioritariamente técnico e distante de sua realidade.

Na figura que mostra a capa do jornal (Figura 2), vemos as fotografias ocupando grande parte da página, em localização privilegiada, correspondente à área de foco visual do leitor. As chamadas,

antes realizadas com pequenos textos e sem apoio visual, são substituídas por fotografias e por boxes contendo os títulos, acima do logotipo. A escolha desses leiautes descarrega o peso dos textos na primeira folha e chama a atenção do leitor para o que está no interior da publicação de maneira mais direta e objetiva. A hierarquia continua sendo definida pelo tamanho da tipografia.

Figura 2 - O Progresso, edição de 1 de janeiro de 1987



Fonte: da própria autora.

Entre os outros elementos apontados por Freire (2007) como responsáveis pela reestruturação das publicações impressas

como produtos jornalísticos, está a inserção de colunas mais estreitas. De um grid engessado formado por três colunas, em 1979, *O Progresso* apresenta, a partir de 1986, uma composição disposta em sete (sem alterar o tamanho total da página impressa). O aumento do número de colunas otimizou o espaço no jornal, possibilitando a criação de arranjos mais livres. Um ponto negativo dessa transformação foi o espaço pequeno demais para a demanda de conteúdo. Os espaçamentos entre colunas, fotos e boxes tiveram que ser diminuídos para abarcar o contingente de notícias e publicidade, prejudicando os espaços de respiro. Foi aí, então, que *O Progresso*, ingressou em uma contradição. De uma década para outra, o veículo saiu de um visual limpo, mas sem tanta qualidade de impressão, para uma publicação com qualidade superior, mas visualmente pesada.

Essa dicotomia pode ser explicada pela falta de profissionalização da técnica, quando se fala de programação visual, que não foi capaz de acompanhar devidamente a tecnologia implementada na época. Nesse sentido, o então editor, Adalberto Franklin (2016), afirma que muitos foram os avanços, em um curto período para a equipe se adaptar. Além do sistema de impressão, os funcionários do jornal tiveram que se familiarizar às novas máquinas, que passaram a fazer parte do dia a dia da redação. *O Progresso* iniciava, no ano de 1987, o processo de digitação eletrônica. Como os textos já eram digitados em computadores, a partir de desse ano, é identificado o início da padronização da tipografia, ou seja, os textos e títulos passaram a ser de uma única, ou de poucas famílias de fontes. Além de criar uma identidade, a homogeneidade dos tipos garante qualidade ao projeto editorial (FREIRE, 2007).

Como forma de acompanhar o crescimento econômico e populacional característico da década, o jornal teve um aumento sig-

nificativo de suas tiragens. De acordo com Franklin, em apenas dois anos a tiragem passou de 600 a quatro mil exemplares diários. O número de páginas do jornal, também, foi ampliado. Seguindo a tendência de segmentação da informação, *O Progresso* inova ao criar o 2º Caderno, aumentando o montante do periódico para 16 páginas.

Os desenhos e ilustrações ganharam espaço especial nas páginas de *O Progresso* no fim da década, com a publicação de charges e histórias em quadrinhos. Segundo o que foi relatado por Adalberto em sua entrevista, o veículo era o único diário que trazia charges no município. Os artistas responsáveis pelas charges foram os irmãos Nilson e, depois, Gilson Takashi, que concretizaram um antigo desejo do editor. “Eu sempre quis um jornal com charge. Eu acho que a charge é uma mensagem jornalística, bem humorada, que eu acho relevante no jornalismo” (FRANKLIN, 2016).

A partir de meados da década de 1980 o jornalismo impresso local vivenciou anos muito frutíferos e de grandes avanços, especialmente em questões tecnológicas. *O Progresso*, pela primeira vez, enfrentou uma concorrência em seu campo específico de atuação e se sobressaiu, trazendo novidades em relação ao adversário e buscando aperfeiçoamento, apesar dos equívocos e dificuldades, que, de certa maneira, fizeram parte da construção da estética impressa da época. A visão e a pro atividade da figura do editor foram decisiva nesse processo, uma vez que o responsável pela redação, além de profissionalizar a atividade jornalística, mostrou atenção especial à organização visual, o que dinamizou e construiu novas formas de se informar por meio da página impressa.

Após, e por causa, dos investimentos tecnológicos realizados pelos impressos na década anterior, os anos de 1990 marcam o ponto de partida para a consolidação do jornalismo em Imperatriz. Adalberto Franklin (2005) explica que o período que sobreveio à ex-

pansão empreendida nos anos 1980 no município foi de indefinição quanto à própria identidade econômica. Segundo ele, foi somente no final do milênio que Imperatriz pôde se estabelecer como centro de serviços especializados, contando com contingente de profissionais especializados nas mais diversas áreas.

Seguindo esse mesmo ritmo, a década representou, para os impressos locais, uma fase de desordem visual, especialmente nos primeiros anos, caracterizada pelo uso excessivo de elementos gráficos, como tipografias (inclusive fontes fantasia), efeitos de computador, mudança constante de artes de colunas fixas, exagero na composição (muita informação misturada), entre outras coisas. Ao mesmo tempo, havia, também, a demanda de profissionalização e busca por identidade, causada – e solucionada –, principalmente, pela informatização das redações e necessidade de inserção na era digital.

O desenvolvimento do processo de informatização das redações tornou a presença dos computadores cada vez mais essencial para a produção dos impressos. Nos veículos locais, essa tecnologia ganha força a partir dos anos 1990, trazendo o próximo passo de grande relevância para a profissionalização e valorização do design de jornais: a editoração eletrônica. Segundo Pivetti (2006), além da disponibilização de uma nova gama de ferramentas para manipulação de textos, imagens, fontes tipográficas e estudos de diagramação, esse processo resultou em uma revolução dramática no sistema de trabalho gráfico e, notadamente, o jornalístico.

Com a saída de Adalberto Franklin do quadro do jornal, a diagramação de *O Progresso*, por sua vez, perde o patamar equilibrado, alcançado durante os anos 1980. Com isso, percebe-se como é importante a figura do editor na organização das informações. De acordo com Jorge Pedro Sousa (2001), o chefe de redação é o responsável, entre outras coisas, por aceitar ou rejeitar fotografias e

infográficos, pela planificação da primeira página e por definir o destaque a dar para cada tema. As decisões tomadas por esse profissional conduzem a forma como o diagramador pensará a organização das páginas (SOUSA, 2001).

Em 1988, quem assume a diretoria de redação do *Progresso* é o jornalista Coriolano Filho. A partir daí, o número de folhas é reduzido e o periódico já não publica mais charges e quadrinhos. Mesmo assim, são preservadas muitas características visuais. Em 1992, Coriolano deixa o veículo e o jornalista Antônio Costa vai para o cargo, permanecendo até 1997. Durante esse tempo, os espaçamentos e a tipografia são padronizados, com a adoção de uma família de fonte específica para títulos e textos. Outros elementos visuais, no entanto, são subtraídos, com as fotografias perdendo destaque e a hierarquia das matérias sendo excluída.

O conservador avança: em descompasso para o equilíbrio

Ao caminhar para um período de consolidação das mudanças, tecnologias e práticas empreendidas durante a década, em 1998 tem início a terceira fase da trajetória visual dos jornais locais: a era policrômica. Esse período é marcado pelo surgimento do jornal *Folha do Dia*, que dispunha de uma estrutura editorial diferenciada e cores em quatro páginas, incluindo as fotografias. O veículo, com apresentação visual mais profissionalizada, agregou ao jornalismo local as tendências nacionais de incorporação das características da internet, das revistas e da televisão.

Os avanços empreendidos no *Jornal Capital* e, principalmente, no *Folha do Dia*, parecem não ter causado tanto impacto em *O Progresso*, em um primeiro momento. Depois de uma aparente

relutância, o periódico, já com 28 anos e sob a direção de Sérgio H. Godinho, adere às cores, apresentando um leiaute diferenciado a partir de novembro de 1998, com cores primárias (amarelo e azul) aparecendo em pontos específicos da capa e contracapa dos dois cadernos e do caderno extra. Mais uma vez, a concorrência faz com que *O Progresso* mude sua estética e caminhe para a modernização de suas páginas.

Após o fechamento do *Folha do Dia*, os impressos imperatrienses parecem ter estagnado na fase litográfica descrita por Eduardo Nunes Freire (2007). Durante os anos 2000, *O Progresso* continuou usando somente cores primárias em detalhes da publicação. Todo o restante do jornal, incluindo as fotografias, textos e títulos nas páginas destaque, era impresso em preto e branco. As máquinas utilizadas na impressão eram as monocores, nas quais só é possível imprimir uma cor de cada vez – por isso a escolha de cores primárias. No que diz respeito à tecnologia, essa década não mostrou muitos avanços no jornalismo impresso local. De acordo com o próprio diretor executivo de *O Progresso*, Sérgio H. Godinho,

Em relação à evolução dos equipamentos, foi da década de 1980 para 1990, que teve uma mudança radical. Quando saímos do Linotipo e passamos para *offset*, e aí foi indo. De lá para cá, a evolução foi menor, foi evoluindo assim, os programas de computador mais poderosos, mas a sistemática é a mesma: do computador para o vegetal, do vegetal para gravar a chapa, e da chapa para gravar na impressora. Foi uma evolução mais tecnológica, do que uma mudança (GODINHO, 2016).

Uma das principais características desse período é a inconsistência visual de *O Progresso*, que fez dos exemplares um campo de experimentação de diversas possibilidades de arranjos, cores, cabeçalhos, tipografias, linhas e diversos outros elementos. Segundo os

funcionários da redação, todas as alterações visuais são propostas pelo dono do jornal, que, geralmente, apresenta o projeto gráfico já pronto para ser utilizado, realizando poucas modificações junto a eles. Sérgio explica que “a decisão de mudança do leiaute do jornal foi sendo tomada aos poucos. Foram sendo introduzidos novos designers, mas pouco” (GODINHO, 2016). Conforme o depoimento do diretor, não foram empreendidas grandes mudanças na organização das informações, e a ideia era, justamente, manter a diagramação que já vinha sendo empregada nos últimos anos, o que reafirma a postura saudosista e tradicional do veículo.

No campo do jornalismo, também, não estavam sendo investidos muitos recursos. Contando com uma equipe reduzida de jornalistas, a grande maioria das notícias estampadas nas páginas do jornal eram de assessoria ou agências. Foram identificadas poucas reportagens e fotografias assinadas. A falta de conteúdo próprio é decisiva no design, que acaba por não ter o que valorizar.

Com uma infinidade de referências estéticas e um grande movimento de valorização do design editorial em todo o Brasil, a partir dos últimos anos, os jornais impressos diários de Imperatriz têm a oportunidade de alavancar grandes mudanças estéticas. Com o fechamento do *Capital* em 2010, o jornal *O Progresso* volta a ser o único diário a circular na cidade por, aproximadamente, um ano. Durante esse tempo, ele conservou o mesmo projeto gráfico dos anos 2000, empreendendo poucas modificações e seguindo como celeiro de conteúdo de assessoria.

Em novembro de 2012, *O Progresso* enfim apresenta um jornal colorido – na capa e contracapa dos dois cadernos. Sérgio H. Godinho admite a influência do novo concorrente nesse avanço. “O *Correio Popular* me obrigou a transformar o meu jornal em colorido” (GODINHO, 2016). Durante sua fala, o empresário ainda

comenta sobre a influência de outros veículos e da compra de novas máquinas.

Todos esses jornais tiveram uma parcela no sucesso do jornal *O Progresso*. Todos. O *Correio*, que foi o último, me obrigou a ser colorido, me obrigou a comprar máquinas novas. Eu tinha uma máquina antiga, muito antiga, mas que era muito boa. E eu tinha paixão por aquela máquina, não queria trocar de jeito nenhum, só que com ela eu não tinha condições de fazer o colorido todo o dia em tempo. Porque ela fazia o colorido, mas não dava de fazer a tempo de colocar o jornal na rua (GODINHO, 2016).

As máquinas que Sérgio cita são as impressoras monocores. Para imprimir as quatro cores com mais rapidez, o diretor comprou dois aparelhos bicolores, o que possibilitou a aplicação de duas cores de cada vez em cada uma delas. Além do investimento tecnológico, o veículo apostou, pela primeira vez, no profissional, ao contratar, no início de 2013, a diagramadora Valéria Amorim, com o objetivo de empreender mudanças no visual do periódico, supervisionar a diagramação e cuidar dos produtos digitais do jornal. Os investimentos acarretaram resultados expressivos no modo de apresentação do conteúdo jornalístico.

Como pode ser visto na capa da edição do dia 7 de setembro de 2013 (Figura 5), em que as ideias de reformulação aplicadas já foram amadurecidas, *O Progresso* tem um visual totalmente diferenciado de tudo aquilo que já experimentou, e, também, muito próximo do que o *Correio* apresentava. O logotipo do jornal apresenta a mesma configuração do adversário, com letras vazadas em um retângulo em uma tonalidade escura de azul, conservando a mesma tipografia usada durante os últimos anos, o que se mostra, ainda, um traço de conservadorismo.

Figura 5 - O Progresso, edição de 7 de setembro de 2013.



Fonte: da própria autora.

O uso de fotos maiores e jornalísticas passou a ser muito comum em boa parte dos exemplares, diminuindo a presença de textos na primeira página, hierarquizando as informações com maior eficiência e deixando claro para o leitor quais são os principais assuntos encontrados no miolo da publicação. Apesar disso, é corriqueiro encontrar situações em que foto-destaque não corresponde à manchete principal, colocada acima da imagem. Disposições assim são graves erros de diagramação e organização editorial, deixando o consumidor confuso sobre o conteúdo que é exposto na capa e prejudicando a apreensão do que se quer comunicar. As cores, assim como no *Correio Popular*, passaram a ser recursos comunicativos.

Entre as deficiências citadas pela diagramadora Valéria Amorim – contratada para trabalhar com foco nas redes sociais – nas páginas internas de *O Progresso* “faltava hierarquização das matérias, padronização de tipografia e legibilidade e tinha má distribuição das publicidades por páginas” (AMORIM, 2016). Mesmo com a resistência dos diagramadores mais antigos do jornal, o trabalho deu uma nova aparência geral à composição das páginas do veículo.

Apesar de uma diagramação ainda pesada, por conta da grande quantidade de textos, houve limpeza na ordenação das informações, principalmente por conta do aprimoramento de alinhamentos e do uso de colunas e espaços em branco. Valéria Amorim aponta que o design editorial em *O Progresso*, apesar de mudanças pontuais e adoção de cores, manteve suas características pela resistência dos funcionários em empreender mudanças significativas, a começar pelo dono que, mesmo a tendo contratado para reformular o visual da publicação, pediu que a base do jornal não fosse modificada.

As dificuldades em transformar e atualizar a estética do veículo, aproximando-o do que é seguido pelos demais jornais brasileiros, passam por obstáculos técnicos e de produção, principalmente no

que diz respeito a material humano capacitado ou aberto a modernizações. O que se pode notar é que, mais uma vez, os profissionais não acompanharam a evolução tecnológica, que, mesmo sendo implementada e trazendo transformações na esfera visual, não surtem efeito de transformações visuais reais.

O que se pode destacar quanto ao design editorial dos impressos locais, durante a década de 2010, é que, assim como Freire (2007) aponta em seus estudos sobre a temática, as páginas dos jornais procuraram reproduzir o mosaico de opções que está disponível aos leitores, pela televisão e pela internet. Mais do que transformações movidas pelos avanços tecnológicos, praticamente esgotados a essa altura, levando em consideração a realidade local, as mudanças empreendidas durante o período estiveram no campo do conceitual. Os instigantes das novidades empreendidas foram os novos olhares da prática jornalística, que, por consequência, incidem na estética das publicações.

Nesse sentido, é importante reforçar a ideia de que a concorrência foi fundamental para despertar, ainda que parcialmente, o veículo mais tradicional e conservador da cidade para a nova era do design de notícias, vivenciada pelos impressos de todo o país desde o início do milênio. Após o surgimento do *Correio Popular*, o jornal *O Progresso*, praticamente, copia seus passos, como forma de se atualizar e, desse modo, se equiparar ao adversário de bancas e garantir seu espaço no “novo” mercado que se desenvolvia.

Considerações finais

Como o jornal mais antigo da cidade, o percurso visual de *O Progresso* se confunde com a história do design editorial dos impressos locais, mesmo que sua atuação e transformações empreendidas

tenham sido mais passivas e movidas pelos diários que surgiam com propostas diferenciadas, mas logo tinham sua continuidade inviabilizada por diversos motivos. O investimento em tecnologia e organização visual, neste caso, se deve à necessidade de se adaptar ao mercado para sobreviver, mas sem mudanças que demandassem maiores inovações e orçamento mais específico.

Entendendo o jornal como um dispositivo que reúne, além dos acontecimentos noticiáveis de uma região, uma vasta gama de influências culturais, sociais, ideológicas e tecnológicas, as páginas do principal impresso diário da história de Imperatriz puderam revelar, por meio da forma como eram organizadas esteticamente, grande parte dessas configurações e como as relações entre os demais veículos da cidade se deram ao longo dos tempos. O design editorial, nesse caso, foi o viés de análise que pode destrinchar os processos de produção do periódico e apresentação das notícias, promovendo, assim, novos olhares acerca da trajetória do impresso local.

Um ponto a se ressaltar é o período de 1986 a 1988, que, por se mostrar uma fase de significativas transformações e de intensificação da prática jornalística, mereceria um estudo mais específico do periódico. Com uma análise mais aprofundada do jornal durante o período de implantação das novas tecnologias, outras características, ligadas a diversos vieses, poderiam ser levantadas e apresentadas, enriquecendo a bibliografia na área e valorizando os bons exemplos de jornalismo em nossa cidade.

Referências

AMORIM, Valéria. **Valéria Amorim**: depoimento via e-mail [fev. 2016]. Entrevistadora: Rhaysa Novakoski Carvalho. Imperatriz, 2016.

ASSUNÇÃO, Thays Silva. **Imprensa em Imperatriz – MA:** uma proposta de periodização dos jornais impressos (1932 – 2010). 2011. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, 2011.

CARVALHO, Rhaysa Novakoski. **O desenho de uma trajetória:** design editorial nos jornais diários de Imperatriz (MA), de 1979 a 2013. 2016. 141 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Imperatriz, 2016.

COLLARO, Antônio Celso. **Projeto gráfico:** Teoria e prática da diagramação. São Paulo: Summus, 2000.

DAMASCENO, Patrícia Lopes. **O design editorial da cultura:** um estudo do projeto gráfico do Segundo Caderno do jornal Zero Hora. 2012. 306f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Porto Alegre, 2012.

FRANKLIN, Adalberto. **Adalberto Franklin:** depoimento [jan. 2016]. Entrevistadora: Rhaysa Novakoski Carvalho. Imperatriz, 2016.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve História de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2005.

FREIRE, Eduardo Nunes. **O design no jornal impresso diário.** Do tipográfico ao digital. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.291-310, dez. 2009.

GODINHO, Sérgio A. O. **Sérgio A. O. Godinho:** depoimento [jan. 2016]. Entrevistadora: Rhaysa Novakoski Carvalho. Imperatriz, 2016.

PIVETTI, Michaela. **Planejamento e Produção Gráfica no Im-**

presso: a linguagem jornalística e a experiência nacional. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2006.

ROCHA FILHO, Coriolano. **Coriolano Rocha Filho:** depoimento [jan. 2016]. Entrevistadora: Rhaysa Novakoski Carvalho. Imperatriz, 2016.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação:** o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo: Summus, 1985.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso.** Porto: Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-estereotipizacao-discurso-fotojornalístico.pdf>.

O HOMICÍDIO COMO NOTÍCIA NO JORNAL O PROGRESSO: ANÁLISE DA EDITORIA DE POLÍCIA ENTRE JANEIRO A JULHO DE 2011¹

LARISSA PEREIRA SANTOS

DENISE CRISTINA AYRES GOMES

Introdução

A cidade de Imperatriz, situada no sudoeste do Maranhão, é marcada por uma forte cultura da violência desde as décadas de 70 e 80 do século passado. O grande número de crimes por encomenda tornou o município conhecido como a “capital nacional da pistolagem”. Daí decorre a importância da pesquisa em compreender como o homicídio é representado no principal jornal impresso da cidade, *O Progresso*. O estudo identifica a tipologia dos homicídios, mapeia as fontes e como estão representadas, identifica as motivações dos crimes e como são narrados.

Considera-se que o homicídio é o tipo de delito que contribui efetivamente para o aumento das práticas de violência. Em todo o país acontecem aproximadamente 50 mil homicídios por ano. De acordo com o “Mapa da Violência 2011”, em 2008 Imperatriz ocupava a 44^a posição na lista dos municípios com o maior índice de homicídios, sendo a primeira cidade do estado do Maranhão a ser mencionada no estudo².

1 Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Imperatriz: capital nacional da pistolagem? A construção do homicídio no jornal O Progresso”, defendido no curso de Comunicação Social/Jornalismo, na Universidade Federal do Maranhão (Imperatriz) em dezembro de 2011.

2 O indicador de 50 mil homicídios por ano foi superado em 2013, de acordo com o Atlas da Violência (2018). De 2013 para 2016, a evolução dos homicídios ocorridos no Brasil

Em um primeiro momento, buscou-se referencial teórico a fim de abordar o jornalismo como operador de sentidos e produtor de representações sobre a violência. Temas como jornalismo policial, violência e homicídio foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo que se fundamentou na teoria construcionista do jornalismo. Foram catalogadas 638 matérias da editoria de polícia veiculadas em 175 edições do jornal, entre o dia primeiro de janeiro a 31 de julho de 2011.

O trabalho utiliza a análise de conteúdo como método por ter a finalidade de buscar “pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados” (HERSCOVITZ, 2008, p.123). Além disso, permite fazer uma abordagem dos elementos qualitativos e quantitativos, importante recurso para esta pesquisa.

A partir de uma abordagem construcionista, buscou-se embasamento sobre a produção de notícias com auxílio da teoria do *newsmaking*, para entender como é a rotina de produção jornalística, especialmente a editoria de polícia. Para tanto, enfatizou-se a teoria das fontes, considerando sua importância na definição e construção dos acontecimentos.

O homicídio como notícia

O homicídio é uma das formas de violência mais preocupantes. É o tipo de crime que aumenta consideravelmente as estatísticas sobre a violência no Brasil e também é o indício do crescimento de

subiu de 50 mil para 65 mil, aproximadamente. Trazemos aqui a atualização segundo o relatório Atlas da Violência 2018 já que o Mapa da Violência desse mesmo ano traz um levantamento somente sobre os homicídios cometidos por armas de fogo.

outros problemas relacionados como o tráfico de drogas e o porte ilegal de armas.

O homicídio, o suicídio, o infanticídio e o aborto integram os crimes contra a vida. O artigo 121 do Código Penal brasileiro define homicídio simples como o ato de matar alguém. Segundo Teles (2006) as definições de homicídio, infanticídio e aborto ainda causam muitas dúvidas e, para diferenciá-los, é preciso saber os momentos que delimitam a existência humana.

O homicídio é a destruição da vida extrauterina, praticada por outro ser humano, ou seja, a destruição de uma vida que se desenvolve fora do útero. Além disso, ainda existem os tipos de homicídios, que podem ser considerados dolosos ou culposos. Entende-se por dolo, a consciência e a vontade de realizar o crime.

Tratando-se de crime de resultado, haverá homicídio doloso quando o sujeito ativo realizar uma conduta com consciência e vontade de produzir o evento morte do sujeito passivo – dolo direto ou determinado -, ou quando, consciente de que sua conduta é capaz de produzir a morte, mesmo sem a desejar, o agente não se importar com sua produção, isto é, aceitá-la, se ela acontecer – dolo eventual (TELES, 2006, p. 8).

Já o homicídio culposo é aquele em que o agente deixa de prever um resultado danoso, que ele não deseja e, às vezes nem prevê, mas que poderia ter sido evitado. Essas são as bases em que o direito explica as normas que compõem o artigo 121 do Código Penal e tratam de homicídio.

No caso do jornalismo, é indiscutível que o Código Penal seja tomado como embasamento para a descrição e a investigação de fatos que envolvem o crime, sobretudo o homicídio. O repórter policial precisa conhecer leis, códigos e estatísticas atualizadas que o

ajudem a exercer com qualidade as técnicas e os princípios éticos da sua profissão.

O jornalismo policial abrange conhecimento de direito, sociologia, questões culturais, educação, economia, política para, a partir disso, correlacionar esses temas com o fenômeno da violência. A qualificação profissional é que faz a diferença nesse momento, e os crimes não podem ser considerados fatos isolados em uma sociedade.

Percebe-se que, em muitos jornais, os repórteres trabalham na mesma editoria há vários anos, realizando uma rotina de trabalho que já se tornou cansativa e mecânica. A estrutura do texto, a diagramação da página, os enfoques e as fontes, nenhum detalhe muda. O repórter responsável pela cobertura policial que permanecer restrito às versões de policiais, se limita ao registro dos fatos sem contextualização ou criticidade. A sociedade mudou, os leitores mudaram e o jornalismo precisa acompanhar essas transformações.

Estudos como o “Mapa da Violência 2011” podem servir de apoio para a construção de notícias que abordam a violência. O documento é realizado pelo Instituto Sangari em parceria com a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), Ministério da Saúde e Ministério da Justiça. O mapa traz informações quantitativas sobre as cidades com o maior número de homicídios registrados, além de realizar uma análise das prováveis causas dos crimes. O homicídio é considerado um dos delitos mais evidentes, pelo fato de acarretar a morte por meio do uso da violência contra o outro.

De acordo com os “Mapas da Violência” dos últimos anos, mesmo com a redução da criminalidade em algumas regiões brasileiras, a situação é preocupante. Segundo Waiselfisz (2008), até o ano de 1999, os polos dinâmicos da violência localizavam-se nas grandes metrópoles e capitais, a partir dessa data, identificou-se o deslocamento para o interior dos estados. Entre os anos de 1998 e 2008,

o número total de homicídios divulgados pelo “Mapa da Violência 2008” passou de 41.950 para 50.113, o que representou um aumento de 17,8%, margem superior ao aumento da população brasileira, que foi de 17,2% no mesmo período.

Durante essa década, os estados brasileiros evidenciaram um crescimento significativo de homicídios, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, com destaque para o estado do Maranhão, que “a partir de números bem modestos, em 1998, evidencia um crescimento de 367% no lapso de 10 anos” (WAISELFSZ, 2011, p. 23).

Na última década houve um crescimento dos índices de homicídio no Maranhão, quando comparado aos demais estados brasileiros, e na cidade de Imperatriz, em relação às demais cidades do Maranhão. Em Imperatriz foram registrados 158 homicídios em 2006 e 172 casos em 2008, segundo o “Mapa da Violência” divulgado em 2011 que faz um levantamento até o ano de 2008.

A construção do homicídio no Jornal *O Progresso*

Imperatriz começou a ter visibilidade em âmbito nacional a partir da década de 1960 diante dos avanços econômicos, políticos e sociais que ocorreram na cidade. Com a construção da rodovia Belém – Brasília durante o governo de Juscelino Kubitschek, o município ganhou notoriedade e passou a ser considerado o segundo polo econômico, político e populacional do estado do Maranhão.

O crescimento da cidade acarretou o aparecimento do jornal “O Progresso” em três de maio de 1970. Embora outros periódicos já tivessem circulado na região desde os anos de 1930, *O Progresso* permanece ainda hoje em circulação, com publicações de terça a sábado. O periódico foi fundado pelo tipógrafo e empresário José Matos Vieira e o advogado e jornalista Jurivê de Macêdo. Nos primeiros

anos, o jornal dispunha apenas de um linotipo e uma impressora de meia folha. *O Progresso* circulava uma vez por semana e, logo depois, passou a ser bissemanário.

Em outubro de 1975, José Matos Vieira vendeu o jornal para o ex-promotor de justiça de Imperatriz, Sérgio Antônio Godinho. O novo proprietário investiu no jornal e adquiriu novas máquinas. A partir daí, o jornal passou a ser administrado por Jurivê de Macêdo e pelo advogado Agostinho Noletto. Depois da nova administração, *O Progresso* passou a circular de terça a domingo e aumentou de quatro para 12 páginas.

Circulando quase todos os dias, muitas dificuldades apareceram, o jornal foi vendido novamente e as atividades paralisaram por vários meses. Em 1978, Sérgio Godinho reassumiu *O Progresso* e o jornal voltou a circular. No ano de 1986, os proprietários fizeram investimentos no jornal e compraram máquinas modernas como impressoras e computadores, além de adequações tecnológicas que tornaram o jornal destaque na cidade e na região tocantina.

De acordo com o site do jornal *O Progresso*, atualmente o periódico tem como editor Coriolano Filho e a direção de Sérgio Henrique Godinho. *O Progresso* é um jornal pensado para atingir a região tocantina e tem como *slogan* “expressão regional”. A publicação circula de terça a domingo, tem o formato tabloide e apresenta sete editorias, distribuídas em 14 páginas. De terça a sábado, é composto por dois cadernos, o primeiro apresenta as editorias de política, cidade e polícia. O segundo caderno engloba as editorias de esporte, Tocantins, social e geral. Na edição de domingo, além dos dois cadernos, *O Progresso* oferece o caderno “Extra”, de quatro páginas, e o “Caderno de Domingo”, com sugestões de CDs, livros, resumos de novelas e dicas de beleza.

Durante a realização desta pesquisa, a editoria de polícia era de responsabilidade do repórter Aldemar Pereira de Oliveira, conhecido

como Dema. O jornalista, que atua no jornal há 19 anos, também era editor de esporte. A rotina profissional é intensa; começa às nove horas da manhã e se estende até as 20h aproximadamente. Dema trabalha de segunda a sábado, folgando no domingo e feriados.

A pesquisa identificou 73 matérias noticiando 87 casos de homicídios. A quantidade deste tipo de crime presente nas páginas de polícia do jornal *O Progresso* é maior que o número de matérias selecionadas, porque aparece mais de um caso de homicídio veiculado em uma mesma matéria.

Na editoria de polícia, as matérias tratam de temas como: prisões, ações policiais, assaltos, acidentes de trânsito, suicídios, afogamentos, latrocínios e outros assuntos que aparecem de forma aleatória, como manifestações, projetos, reuniões de membros ligados à segurança pública e confraternizações.

A definição desses temas aconteceu mediante a frequência com que aparecem no jornal. *O Progresso* divulga notícias sobre prisões, assunto que mais aparece na editoria de polícia. As prisões estão em primeiro lugar na listagem dos temas noticiados distribuídas em 207 matérias, na maior parte, registrando o tráfico de drogas como causa (32,4%). Este último é identificado como motivador não só das prisões, mas também aparece em notícias sobre homicídios, assaltos e ações policiais que envolvem matérias sobre campanhas, apreensão de drogas, armas, jogos ilegais, enfim, todas as atividades ligadas à polícia. Foram identificadas 153 matérias com a temática ação policial (23,9%), ocupando a segunda posição dentre os temas mais veiculados.

Os homicídios ocupam o terceiro lugar na listagem dos mais noticiados, com 73 matérias sobre o tema (11,4%). Os assaltos são frequentes nas páginas policiais, somando 56 matérias (8,7%), aparecendo na quarta posição. Os acidentes de trânsito ocupam a quinta posição com 47 matérias que abordam o assunto (7,3%).

Um fator interessante observado entre os meses de janeiro a julho de 2011 no jornal *O Progresso* é que os suicídios fizeram parte dessas estatísticas. Em sexto lugar, foram identificadas sete matérias que abordaram casos de pessoas que cometeram suicídio (1,0%). Tais publicações relatam nome, idade, endereço da vítima e descrevem como aconteceu o suicídio, o que denota a falta de ética com a prática jornalística. Os seguintes trechos exemplificam a atuação do jornal: “[...] o corpo foi encontrado por familiares pendurado em uma corda no quarto onde ele dormia, no fim da tarde de ontem” (O PROGRESSO. 15 mar 2011. Polícia, p. 8). “Zairo, que era tecladista da banda Talismã, segundo a polícia, deu cabo da própria vida, detonando um tiro de revólver no ouvido” (O PROGRESSO, 14 jun 2011. Polícia, p. 8). “Maria de Jesus suicidou-se no quarto que dormia e foi encontrada por familiares pendurada em uma corda” (O PROGRESSO, 05 abr 2011. Polícia, p.08).

Ainda foram identificadas três matérias sobre afogamentos (0,4%) e duas sobre latrocínios (0,3%), em sétimo e oitavo lugar, respectivamente, completando a listagem dos temas que mais aparecem na editoria de polícia do jornal *O Progresso* no período analisado.

Dos 87 casos de homicídios identificados no jornal, 53 dizem respeito a assassinatos ocorridos na cidade de Imperatriz (61%) e 34 dos casos veiculados se referem a homicídios em outras cidades (39%), como João Lisboa, Senador La Roque, Governador Edison Lobão, Açailândia, São Luís, entre outras. A cobertura reitera o caráter regional do periódico cujo *slogan* é “expressão regional”. Isso também se deve ao fato de que os municípios vizinhos, a maioria desmembrados de Imperatriz, ainda não possuem veículo de comunicação próprio (exceto a cidade de Açailândia).

O estudo revela que os finais de semana são mais violentos na cidade, no entanto, para atender às exigências das rotinas produ-
ti-

vas, o jornal veicula os homicídios na terça-feira principalmente, já que na segunda-feira o repórter faz um apanhado das ocorrências e não há circulação do periódico. “Os acontecimentos estão em concorrência com os outros acontecimentos. Cada dia jornalístico é um novo dia. Há dias ricos em acontecimentos com valor-notícia e outros dias pobres em acontecimentos com valor-notícia (TRAQUINA, 2008, p. 90).

A tipificação dos homicídios no jornal *O Progresso*

Sobre as tipificações dos homicídios veiculados pelo jornal *O Progresso*, 36 crimes foram praticados com o uso de arma de fogo (revólver, pistola, etc.), o que corresponde a 68%. Foram cometidos 14 homicídios com o uso de arma branca (faca, facão, canivete, etc.), ou seja, 26% dos casos. Em três dos casos de homicídios veiculados (6%), os tipos de armas não foram identificados. De acordo com o Mapa da Violência (2016), o número de homicídios por armas de fogo em Imperatriz foi crescente, de 99 praticados em 2012, para 137 em 2014.

O jornal *O Progresso* utiliza linguagem sensacionalista com jargões policiais. Os crimes são descritos de forma semelhante na maioria das matérias. “Perpetrado”, “executado”, “morte instantânea”, “desferiu”, “matador”, “elemento”, “algoz”, são expressões que se repetem nas matérias. O discurso jornalístico instiga o leitor a usar a imaginação, sentir-se emocionado, características do *fait divers*.

Além da descrição sobre o tipo de arma utilizada, algumas matérias relatam detalhes da morte, dramatizando o fato, de forma a estimular que o leitor imagine a cena do crime. “Clemilton foi alvejado inicialmente com dois tiros nas costas quando tentava fugir do seu algoz, mas não aguentou e caiu. O criminoso chegou até ele e desferiu mais três tiros na cabeça, os chamados tiros de misericórdia”

(O PROGRESSO, 26 abr 2011. Polícia, p.08). “[...] foi assassinada com vários golpes de faca, que deixaram inclusive suas vísceras expostas, fato ocorrido por volta de 8h30, na Vila Cafeteira” (O PROGRESSO, 25 jun 2011. Polícia, p.08).

Esses trechos mostram como é a linguagem utilizada pelo jornal para descrever os casos de homicídios. O discurso jornalístico de *O Progresso* utiliza-se do *fait divers* criminal para atrair o leitor por meio do uso da imaginação, relatando o acontecimento como algo espetacular, perigoso e atraente. As notícias possuem a característica da imanência, isto é, não precisam de contextualização e explicam-se por si mesmas. Há “o reforço dos aspectos mais críticos, o reforço do lado emocional, a natureza conflitual” (TRAQUINA, 2008, p.92).

A motivação dos homicídios no jornal *O Progresso*

Os principais motivos que contribuíram para a prática do homicídio, entre as matérias analisadas, foram as discussões, a maioria ocorridas em bares e festas, e desavenças entre vizinhos. O tráfico de drogas também foi identificado como uma das razões que causaram as mortes. Além disso, outros assassinatos aconteceram por vingança e questões passionais.

Neste item analisado, chama a atenção a quantidade de homicídios em que os motivos não foram esclarecidos. Dos 53 delitos veiculados, 26 não explicam a motivação do fato. Títulos como “Crime misterioso no Parque das Palmeiras intriga polícia” (O PROGRESSO, 01 jan 2011. Polícia, p.10) e “Polícia investiga crime misterioso em Imperatriz” (O PROGRESSO, 29 mar 2011. Polícia, p.10) são comuns, mostrando que não é feita nenhuma investigação além do que é relatado nos Boletins de Ocorrência (BO), prática confirmada pelo repórter do jornal: “Nós não estávamos aqui mais, então

normalmente se usa o boletim de ocorrência como também as informações da polícia, porque normalmente o repórter policial não acompanha um crime. Quando ele chega, já aconteceu”.³

De acordo com Murilo Alves, pesquisador da Universidade Estadual do Maranhão, os crimes de pistolagem estão associados ao tráfico de drogas. Nas décadas de 1970 e 1980, esse tipo de crime estava relacionado à grilagem de terras. “As mortes causadas por questões agrárias diminuem, e a droga passa a ser a principal motivação dos crimes. Hoje quando você vê um crime de mando, é mais uma queima de arquivo”.

Dos 53 casos de homicídios veiculados em Imperatriz em *O Progresso*, dez apresentaram a discussão como principal motivação para os crimes (19%). O tráfico de drogas se apresenta como motivação principal em oito casos (15%). De acordo com o jornal, cinco homicídios ocorreram por questões passionais (9%) e três por vingança (6%). As duas últimas categorias foram utilizadas para diferenciar os crimes cometidos em decorrência de discussões entre casais e dos assassinatos ocasionados por vingança, mas que os envolvidos não mantinham relação afetiva.

Esse diferencial é necessário visto que um homem que comete um homicídio porque foi traído pela esposa é também um ato de vingança. De acordo com a procuradora de Justiça de São Paulo, membro da comissão responsável pela reformulação do Código Penal Brasileiro, Luiza Nagib Eluf, a sociedade brasileira é vingativa, e os crimes passionais em sua maioria também acontecem por tal motivação.

Os casos de vingança se referem a homicídios que ocorreram por causa de outros assassinatos ou ameaças. Geralmente o agressor

3 ALVES, Murilo Barros. Professor do Departamento de Matemática da Universidade Estadual do Maranhão - CESI/UEMA. Entrevista concedida em 26 de outubro de 2011.

é um irmão que pretende se vingar ou alguém que revidou uma discussão, ocasionando a morte. Nos cinco casos de homicídios motivados por questões passionais, os envolvidos são casais ou ex-casais que há algum tempo se desentendiam, motivados por ciúme. Tanto as vítimas quanto os agressores são homens e mulheres entre 25 e 48 anos de idade. Desse modo os crimes motivados por questões passionais também apresentam um teor de vingança, entretanto, com base nas diferenças mencionadas, optou-se por separá-los.

A relação entre crimes motivados por questões passionais e por vingança foi comprovada com a identificação de dois casos de homicídios envolvendo uma mesma pessoa. O primeiro caso aconteceu no dia 14 de junho de 2011, a matéria intitulada “Deficiente físico é assassinado pela ex-mulher no Parque Amazonas” (O PROGRESSO, 14 jun 2011, Polícia, p.8) relata um assassinato, motivado por questões passionais. Nove dias depois, a mulher que assassinou o ex-marido é morta por vingança, fato que aconteceu no dia 23 do mesmo mês. O agressor foi um parente da vítima mencionada no primeiro caso.

Por fim, destaca-se um caso de homicídio motivado por confrontos entre policiais e bandidos. A matéria intitulada “Homem morre em confronto com policiais militares” (O PROGRESSO, 19 mar 2011, Polícia, p. 8) estampou a capa do jornal com o título: “Homem é morto pela polícia no Bacuri” (O PROGRESSO, 19 mar 2011, p.1). O texto jornalístico apresenta apenas a versão da polícia para explicar o fato. O trabalho da polícia militar é descrito de forma detalhada, relatando uma perseguição policial que acarretou a morte de um homem de 27 anos.

Foi feita uma perseguição e os militares avistaram o homem, que depois foi identificado por Natanael Sena da Silva, escondido em uma caixa d'água que se encontrava no chão no quintal de uma

casa. Os policiais solicitaram que Natanael saísse da caixa d'água, ocasião em que ele, seguindo os militares, saiu empunhando uma arma do tipo garrucha. Foi quando os policiais militares efetuaram dois disparos contra Natanael, que caiu. Ele ainda foi socorrido pelos próprios policiais, mas deu entrada no Socorrão em óbito (O PROGRESSO, 19 mar 2011, Polícia, p.08).

Nenhuma testemunha do fato ou familiar da vítima foi mencionada na matéria, mostrando que o jornalista se restringiu às informações cedidas pela polícia. A utilização de boletins de ocorrência como fonte das matérias faz com que o texto jornalístico acabe sendo contaminado por jargões policiais como “militares avistaram o homem”, “ocasião em que ele [...]”, “militares efetuaram dois disparos” (O PROGRESSO, 19 mar 2011, Polícia, p. 8).

Apenas esse exemplo de homicídio envolvendo policiais foi identificado, entretanto percebe-se que o policial é representado como o detentor da informação correta, da qual não cabe desconfiar.

As fontes no jornal *O Progresso*

Elementos fundamentais no processo de construção da notícia, as fontes dão maior credibilidade ao relato. Elas “desempenham um papel principal na geração da notícia” (ALSINA, 2009 p. 13). A maioria das matérias analisadas, no entanto, não cita o discurso direto das fontes. Estas são mencionadas de maneira indireta e superficial, muitas vezes não aparecendo nome e vínculo de parentesco com a vítima ou com o agressor, quando se trata de informações cedidas pelos familiares. “A família de Flávio, entretanto, disse que ele não tinha o costume de mexer com mulher de ninguém, principalmente com a do acusado” (O PROGRESSO, 10 fev 2011, Polícia, p.08).

“Segundo informações de familiares, ele usa remédio controlado, tem depressão e problemas psicológicos” (O PROGRESSO, 29 jul 2011, Polícia, p. 8).

Outras matérias citam informações de testemunhas do fato, entretanto, não esclarecem quem é e não utilizam a fala das fontes. De acordo com o repórter Aldemar de Oliveira, as testemunhas geralmente não são encontradas e quando aparecem, têm medo de falar. Fato que não foi comprovado com a análise das matérias, muitos casos de homicídios citam que as informações foram cedidas por testemunhas. “Segundo informações, um dos acusados do crime é o homem identificado apenas pelo prenome de Elson” (O PROGRESSO, 27 jan 2011, Polícia, p.8).

Ainda foram identificadas notícias que não citam nenhuma fonte, percebe-se que há falta de informações importantes, como a procedência da vítima e como aconteceu a fuga. Os dados mencionados no exemplo descrito abaixo são característicos de boletins de ocorrência ou discurso de algum policial.

Na manhã dessa segunda-feira (25), Jhonny Simão Fernandes, que fugiu da Delegacia Regional na madrugada do último domingo (24), foi encontrado morto à margem da estrada vicinal que dá acesso ao povoado da Água Boa. Ele foi alvejado com cinco tiros de pistola (O Progresso, 26 abr 2011, p. 8).

O texto acima não possui as informações necessárias de uma matéria jornalística, restringindo-se a uma nota informativa. A notícia não apresenta ao leitor a contextualização do tema, não esclarece os fatos como, por exemplo, informar sobre a fuga da delegacia e consequentemente fazer um levantamento da segurança nos distritos policiais. Fatores que antecedem ou são consequentes à ocorrência não são considerados.

Matérias como essas compõem um total de 35% dos casos de homicídios veiculados no jornal. Apresenta-se o relato do acontecimento como se o repórter estivesse presente e não precisasse de confirmação alguma para dar veracidade ao fato. Quando mencionadas, as fontes são utilizadas de acordo com a autoridade que têm e, por isso, possuem credibilidade. Como as fontes institucionais possuem a autoridade para falar sobre determinados assuntos, estas foram as mais acessadas na elaboração da notícia pelo jornal *O Progresso*. Dos casos veiculados, 34% utilizam as informações cedidas por delegados, peritos e policiais. As fontes não institucionais (familiares e testemunhas) aparecem em menor quantidade, e o agressor foi identificado em apenas dois dos casos veiculados. Entretanto o discurso dessas fontes não foi utilizado de forma direta nas matérias.

Percebe-se que nas matérias, cujas fontes não foram identificadas, o repórter de polícia usou o B.O. para elaborar a notícia. O fato é que mesmo citando apenas o boletim de ocorrência, esse documento também não foi mencionado. O repórter de polícia do jornal *O Progresso* afirmou que o jornalista policial precisa estar “entrosado” com a polícia, entretanto 36% das matérias não identificam nenhuma fonte. “A melhor fonte que tem para matéria de polícia são os policiais, mas a gente usa também os boletins de ocorrências”⁴.

Em 29 casos de assassinatos veiculados, aparece a citação de apenas uma fonte (55%), em cinco dos casos veiculados aparecem mais de uma fonte (9%), e 19 casos não identificam a fonte (36%). A polícia responde aos critérios de acessibilidade, autoridade, produtividade e credibilidade. Para Mauro Wolf (1987), estes dois últimos critérios são alguns dos principais que levam os jornalistas a procurar determinadas fontes.

4 OLIVEIRA, Aldemar Pereira de. Repórter policial do jornal *O Progresso de Imperatriz/MA*. Imperatriz. Entrevista concedida em 03 de novembro de 2011.

Assim, o repórter se baseia na honestidade da fonte, ou seja, na credibilidade. O fator produtividade diz respeito às razões pelas quais as fontes institucionais são mais usadas. Elas fornecem o material suficiente para a produção da notícia, permitindo que os meios de comunicação não recorram a várias fontes para obterem as informações necessárias. “Todo mundo tem as fontes. A ponte para a notícia de polícia logicamente é a polícia, então o repórter policial tem que estar devidamente entrosado com os policiais”.⁵

Por isso os B.O's são mais acessíveis e facilitam o processo de produção da notícia, além de evitar maior comprometimento do veículo que se respalda no relato policial. A autoridade policial possui legitimidade para manter a ordem e o consenso na sociedade. A autoridade se refere ao procedimento dos jornalistas que preferem fazer referência a fontes que ocupem posições institucionais de respeitabilidade.

“Presume-se que essas fontes sejam mais credíveis, quanto mais não seja porque não podem permitir-se mentir abertamente e porque são também consideradas mais persuasivas em virtude de as suas acções e opiniões serem oficiais” (GANS 1979 *apud* WOLF, 1987, p.99). Esse critério origina a recorrência a fontes que representem poder econômico e ou simbólico.

Considerações finais

Esta pesquisa identificou que os crimes de pistolagem ainda são comuns na cidade, porém estão ligados ao tráfico de drogas. No principal jornal impresso da cidade, *O Progresso*, os crimes considerados de pistolagem não figuram nas páginas policiais, sobretudo

5 OLIVEIRA, Aldemar Pereira de. Repórter policial do jornal *O Progresso* de Imperatriz/MA. Imperatriz. Entrevista concedida em 03 de novembro de 2011.

porque são descritos de forma factual e descontextualizada. Essa motivação aparece na entrevista com o repórter responsável pela editora de polícia e nos estudos sobre violência, mas não se apresenta como motivação dos crimes relatados no jornal. Não existem apuração e investigação do repórter, há apenas o registro dos fatos a partir dos Boletins de Ocorrência e de informações cedidas pela polícia. A maioria das motivações dos assassinatos não é identificada, evidenciando, dentre outros fatores, a falta de comprometimento do jornalista com a informação.

Centrando-se no fato, o periódico evoca o mito da transparência jornalística, colocando-se como um “fiel” reproduzidor das informações cedidas por fontes oficiais sem imiscuir-se na problemática da violência. Assim, o jornal evita o aprofundamento e a contextualização dos fatos, mostrando a violência como um fenômeno tópico e de ordem privada. Os indivíduos anônimos passam então a figurar nas páginas policiais como vítimas de um “algoz” que, na maioria das vezes, não é identificado. E assim, dia após dia, os crimes se sucedem sem que haja uma explicação que os transcenda, mas apenas motivações de indivíduos desviantes que consumiram drogas e pagaram um “preço” alto com a própria vida.

Com base nesses critérios e em uma rotina produtiva que divide o tempo do repórter entre a editora de polícia e a de esporte, este se encarrega de produzir as notícias que são mais acessíveis. Os homicídios se encontram relatados na editoria de polícia somando espaço com temas como prisões, ações policiais, assaltos, acidentes de trânsito, suicídios, afogamentos, latrocínios e outras temáticas que aparecem de forma aleatória, como manifestações, projetos, reuniões de membros ligados à segurança pública e confraternizações.

Aparecendo em terceiro lugar na listagem dos temas mais veiculados pelo jornal, o homicídio é abordado de forma pontual e

isolada. Com uma linguagem sensacionalista e de cunho moralista, o acusado, mesmo não tendo sido julgado e condenado, é sempre tratado como criminoso. A principal fonte utilizada é a polícia, característica que contamina o texto jornalístico de jargões policiais e termos técnicos de peritos.

A pesquisa revelou que o jornal utiliza a política da “boa vizinhança” para ter acesso às informações. Além das fontes oficiais, o jornalista ainda recebe auxílio de pessoas ligadas a funerárias e outros veículos de comunicação.

As armas de fogo são responsáveis por 68% dos homicídios cometidos nos primeiros sete meses do ano de 2011 em Imperatriz. Os jovens estão mais envolvidos com a criminalidade e são maioria entre as vítimas e os acusados. Essa faixa etária está mais vulnerável às práticas de violência e o envolvimento no tráfico de drogas. Vítimas e acusados são representados pelo jornal de forma dicotômica, o que demonstra a função do jornalismo na busca do consenso social.

A editoria de polícia é destinada principalmente ao comportamento do desviante, aquele que está fora das normas e é mostrado de forma moralista. Do mesmo modo, o cidadão que não exerce uma atividade produtiva é reforçado pelo jornal como o marginal que merece punição. As notícias sobre crimes são constituídas a partir do consenso, uma ordem social estabelecida. O crime é noticiável na medida em que rompe esse consenso e representa a transgressão às normas aceitas pela sociedade.

Referências

ADORNO, Sérgio. Homicídio e violação dos direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 43-73, 2003.

- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Clássicos da Comunicação Social).
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ASSUNÇÃO, Thais Silva. **Imprensa em Imperatriz - MA: uma proposta de periodização dos jornais impressos (1932 -2010)**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo). Curso de Comunicação Social- habilitação em Jornalismo. Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Imperatriz, MA, 2011.
- BARREIRA, César. Violência e cordialidade na sociedade brasileira. In: PORTO, Maria Stella Grossi; DWYER, Thomas Patrick (orgs.). **Sociologia e Realidade: pesquisa social no século XXI**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de Conteúdo. In: LAGO, Cláudia;
- BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, 2002.
- SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Edipucs, 2006. (Coleção Comunicação 22).
- TELES, Ney Moura. **Direito Penal**. São Paulo: Atlas, 2006.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2008.
- WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil**. Flacso Brasil, 2016.

_____. **Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil.** São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Editora Presença, 1987. Disponível em: <http://www.scribd.com>. Acesso em 02 abr 2011.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S.A.** São Paulo: Moderna, 1996.

ZANFRA, Marco Antônio. **Manual do Repórter de Polícia.** Edição de 2009. Disponível em: <http://www.comunique-se.com.br>. Acesso em 09 jul 2011.

A “DEMONIZAÇÃO” DO MST NO JORNAL O PROGRESSO: ANÁLISE COMPARATIVA DAS MATÉRIAS PUBLICADAS NOS GOVERNOS DE FHC (2001) E LULA (2004).

DAILANE SILVA SANTANA

Introdução

A questão agrária brasileira faz parte intrínseca da nossa história, desde a colonização e estão envolvidos neste contexto os aspectos políticos e sociais. Esta pesquisa tem como proposta mostrar como o jornal *O Progresso* representou o MST nos anos de 2001 e 2004, fazendo uma análise comparativa entre o penúltimo ano do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso e o segundo ano da primeira gestão da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva - Lula. Visto que um é de princípios neoliberais e o outro de base socialista, como afirmam vários pesquisadores.

O MST surgiu em meados de 1984 e hoje é considerado um dos movimentos sociais mais organizados do país. Mas esse mesmo movimento social muitas vezes é retratado pela mídia conservadora como violento, e integrado por vândalos e desordeiros. Por esse motivo, não é possível falar de reforma agrária sem citar o MST que, em mais de 20 anos de luta, tenta cada vez com mais força colocar o movimento na pauta política brasileira.

Desta forma a pesquisa tem por objetivo analisar esses aspectos e discutir os resultados da pesquisa verificando os valores-notícias e das fontes observadas em cada matéria selecionada.

A história do MST e a luta pela Reforma Agrária

O MST é um dos movimentos sociais mais organizados do país. Surgiu em meados de 1984, cenário no qual o regime militar chegava ao fim e começava o período de redemocratização do país. O movimento realizou o I Encontro Nacional dos Sem Terra entre 20 e 22 de janeiro de 1984, que é o ponto de partida da organização do grupo que tem como um dos principais objetivos, segundo o site oficial, a realização da reforma agrária democratizando o acesso a terra e produzindo alimentos.

O MST representa as massas, que lutam pela terra, reforma agrária e mudanças na sociedade. Entre os objetivos do movimento estão:

1- construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital; 2- A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade; 3 Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas. (MORISAWA, 2001 p. 153).

A reforma agrária sugerida pelo MST tem como intuito proporcionar melhorias na economia do país. Mas o movimento vem lutando contra elites latifundiárias representadas pela UDR (União Democrática Ruralista) que tentam anular a reforma agrária e desestabilizar os movimentos engajados na luta pela terra.

A esse respeito Gisele Ramos Onofre e Júlio Cesar Suzuki (2008, p. 1026) destacam:

[...] infelizmente os integrantes da UDR representam à arregimentação do patronato rural, sendo assim possuidores de grande quantidade de capital. Por isso possuem forte poder nas decisões políticas, utilizando até mesmo como prática, o enfrentamento e a violência contra os trabalhadores sem-terra. Dessa forma autoritá-

ria e impositiva conseguem a proteção e manutenção da estrutura fundiária vigente no país.

Embora os conflitos enfrentados com a UDR, a relação do MST com o Estado Federal acontece de maneiras diferenciadas, pois cada governo é diferente, proporcionando assim uma maior aproximação ou não. Contudo, o movimento utiliza mecanismos próprios através de reivindicações para pressionar o Estado:

Apesar da distância existente entre os movimentos sociais e o Estado, o MST não é alvo de repressão política direta. O MST luta por avanços democráticos pela via institucional e utiliza as ocupações de terra, seguidas da formação de acampamentos com centenas de famílias sem terra, como principal mecanismo de pressão. (MARTQUES, 2006, p.184).

O MST luta por novas relações de produção no campo, percebendo assim o latifúndio como o problema maior a ser enfrentado nas reivindicações manifestadas por eles. Desta maneira para que haja a superação do retrocesso da luta pela terra, o principal caminho seria a efetivação da reforma agrária e a igualdade no campo.

Governos FHC/Lula e o MST

No período de 1994 a 1998, assume a presidência do país o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Neste governo os projetos voltados para a reforma agrária tiveram mais incentivos nos primeiros quatro anos, quando sobreveio um plano de assentamento com a previsão de extinguir os latifúndios e com a intenção de solucionar o problema agrário do país.

Nesse período o MST realizou várias ocupações para pressionar o governo a cumprir propostas de interesse do movimento. Assim, FHC propôs em seu primeiro mandato a necessidade da refor-

ma agrária, realizando uma ampla política de assentamentos. Com isso o governo visualizava efetivar a extinção dos problemas agrários.

Com a reeleição no seu segundo mandato (1999 a 2002) a política agrária foi coercitiva, fazendo assim com que acontecesse um retrocesso na luta pela terra. O Estado instituiu medidas para dificultar as ações dos trabalhadores rurais, em especial o MST.

Desse modo, criou duas medidas provisórias: uma em que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terras e outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e por quatro anos quando ocupadas mais de uma vez. (FERNANDES, 2003, p. 2).

Assim, as dificuldades e retrocessos para a efetivação da reforma agrária e pela justiça no campo continuaram.

Em 2002 o PT, que é um partido de viés socialista democrático consegue eleger Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) para presidente, e com isso - sendo ele um dos líderes no período da fundação do PT - os camponeses confiavam em mudanças no cenário agrário, mas ao contrário do que se esperava do partido vigente, que condiz com a ideologia do MST, não alterou em muito os projetos que viessem solucionar de fato a reforma agrária.

A eleição da primeira gestão do governo Lula (2003-2006) teve o apoio do MST. Havia a perspectiva de um governo ofensivo na implantação da reforma agrária, considerando que esta era uma promessa de Lula. Em 2003, membros do MST participaram, junto com um grupo de especialistas coordenados por Plínio de Arruda Sampaio, da elaboração do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). (FERNANDES, 2008, p. 4).

Ao contrário da política coercitiva do segundo mandato de FHC, o então presidente Lula realizou um modelo de implantação

mais amplo e assim passou a ter o apoio dos trabalhadores rurais, como destaca Janaina Trajano (2010, p. 8) “uma característica marcante no governo Lula, qual seja a sua diplomacia permitiu a não criminalização pela luta por terra e, por consequência, o governo pode contar com o apoio de todos os movimentos sociais agrários”.

O MST assumiu campanha por Lula nas eleições presidenciais por considerá-lo o candidato mais identificado com suas posições a respeito das questões agrárias. Mas tinha consciência de que, mesmo com sua vitória, teriam de prosseguir na luta, porque o Congresso continuaria tendo maioria de conservadores e os meios de comunicação permaneceriam monopolizados (MORISSAWA, 2001, p. 145).

Embora o MST tenha apoiado Lula durante a campanha e conseqüentemente para a elaboração de planos para a implantação da reforma agrária é visto que esta não foi aplicada como havia sido proposto no PNRA. O plano da reforma agrária no governo Lula foi substituído por um programa de assentamento, restrito a áreas improdutivas ou ilegais. Embora sendo um governo progressista foram os proprietários de terras os grandes favorecidos pelo Estado.

Oliveira¹ afirma que o ex-presidente Lula enterrou a reforma agrária nos dois mandatos, desenvolvendo uma política compensatória de assentamentos, diante da intensidade dos conflitos no campo e a pressão dos movimentos sociais de luta pela terra.

Comparando os dois governos percebem-se poucas mudanças e avanços no cenário agrário do país. O pesquisador Herivelto Fernandes Rocha (2009) da Universidade Estadual Paulista, expõe dados atuais da luta pela terra, mostrando que durante os dois últimos anos do segundo mandato de FHC “85 mil famílias ocuparam

¹ OLIVEIRA, 2009 apud ENGELMANN, Solange I e GIL, Aldo Duran. **A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST**. Revista Eletrônica do CEMOP – Nº 02 – setembro de 2012. Disponível em: <http://www.memoria-operaria.org.br/revista-eletronica/solan-ge_e_aldo_duran.pdf> Acesso em: 18 dez 2012.

terras em 542 ações”. Especificamente em 2001 segundo fontes da DATALUTA² ocorreram 273 ocupações com 44.927 mil famílias em ocupações. No mesmo ano foram implantados 431 assentamentos com 38.879 mil famílias numa área de 1.767.715 de hectares.

Segundo o autor no primeiro mandato de Lula “foi registrado o recorde nas ações dos movimentos socioterritoriais” Rocha (2009). Entre os anos de 2003 e 2006 registraram-se 331 mil famílias em ocupações de terras. Especificamente em 2004 de acordo com dados da DATALUTA aconteceram 662 ocupações com 111.447 mil famílias em ocupações. Também se registraram no mesmo ano, 458 acampamentos com 35.167 mil famílias, numa área de 1.970.396 de hectares.

Em uma análise comparativa entre os dois governos algumas mudanças são percebidas, mas isso mostra principalmente, que apesar dos números diferenciados entre os governos a política fundiária não avança.

MST e a mídia

Os trabalhadores rurais e a sociedade brasileira comprometida com as questões sociais há muito tempo esperam por uma reforma. E a maior perspectiva do MST é garantir que, na prática, a categoria de trabalhadores rurais do nosso país esteja assegurada pelo Art. 184 da Constituição Federal de 1988, que afirma:

Desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte

2 Banco de Dados da Luta pela Terra.

anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Desta forma, no processo da luta pela reforma agrária os líderes do movimento perceberam que para ganhar mais espaço e serem vistos pelo poder público deveriam estar presentes no meio urbano.

Em muitos casos a imprensa - que é designada pelo conjunto dos veículos de comunicação que exercem o jornalismo e outras funções informativas - ao noticiar o MST menciona as ocupações realizadas pelo movimento como invasão. A imprensa nem sempre informa que as áreas ocupadas com os acampamentos sem-terra, são por princípios, em terras griladas, latifúndios por exploração e fazendas improdutivoas.

O público leitor, que de certa forma é diretamente influenciado pelo conteúdo ao qual tem acesso, vê a notícia como o acontecimento real, tendo a notícia veiculada como inteiramente verídica, sendo que esta não é imparcial por quem a produz, pois sempre haverá um juízo de valor que penderá para um dos lados.

A liberdade de imprensa é fundamental em qualquer democracia, mas isso não significa a manipulação, omissão e mentiras na divulgação dos movimentos sociais incluindo o MST, que muitas vezes é mostrado por não agradar a oligarquias políticas e fazendeiros.

A luta pelo domínio do imaginário é visível na imprensa [...] a imprensa visa formar um imaginário do sem-terra sem objetivos definidos, do sem-terra que invade, do sem-terra que não faz bom uso da terra (CREPALDI, 2008, p. 5).

Segundo Eduardo Ferreira Souza (2004), que aborda em sua obra o tratamento da revista *Veja* ao MST, os veículos de comunicação de grande porte do país visam manter a ordem econômica. Desta forma, repudiam tudo aquilo que venha indagar sobre tal modelo. Assim, transmitem a imagem do sem-terra como indigentes, pre-

guiçosos e anti-higiênicos fato que demonstra a incompatibilidade destes camponeses com o estilo de vida do leitor de classe média da revista, levando-os a ter a visão dos sem-terra como indignos de se inserirem na sociedade.

Assim, como esclarece Souza (2004) “a estruturação do discurso da notícia reflete as disparidades da sociedade em que vivemos sua divisão em classes sociais e os conflitos decorrentes das relações entre elas”.

Jornalismo como construção da realidade

A notícia, como resultado de uma técnica de produção, tem que ser uma história de fácil assimilação.

De acordo com Rafael Marroquim (2010, p.12), da Universidade Federal de Pernambuco “os jornalista contam histórias, geram conhecimento e arregimentam uma teia discursiva que assume papel central nas sociedades modernas”. Ele passa a ser um mediador dos fatos, fazendo interpretações para o público acerca da realidade social:

O jornalista, além de ser o identificador e o selecionador de um acontecimento, é aquele que possui a tarefa de relatar o acontecido, de trazê-lo para a esfera de existência simbólica e produzi-lo a partir do referencial próprio do ato de fazer a notícia. A linguagem, portanto, é o fecho simbólico dessa relação entre a constituição do jornalismo pela realidade social e a contribuição do jornalismo para a institucionalização e legitimação da realidade social (PONTES E SILVA, 2009, p. 54).

O jornalismo segundo Jorge Pedro Sousa (2001, p. 13) “deve ser comunicação útil. Informar, jornalisticamente falando, também significa noticiar [...] problemáticas socialmente relevantes, esteja ou não relacionados com a ação dos agentes de poder”.

A compreensão da linguagem é essencial para compreensão da realidade. “As objetivações comuns da vida cotidiana são mantidas primordialmente pela significação linguística. A vida cotidiana é, sobretudo a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes”, afirmam Berger e Luckman (2007).

Assim percebe-se que somente após a divulgação pelos meios de comunicação é que a realidade social passa a ser interpretada. E os valores-notícia passam a ser essenciais para a produção das notícias.

Mario Wolf (2008, p. 202) diz que a noticiabilidade é o poder dos fatos de se transformar em notícia e que esse grau é medido pelos valores-notícia que são “o conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção da notícia”

Os critérios substantivos dos valores-notícia de seleção são destacados pelo pesquisador português Nelson Traquina (2008) como: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflitos/controvérsias, infração e escândalos.

A *morte* é um assunto que os jornalistas sempre dão destaque, principalmente quando há quantidades de corpos, já a *notoriedade* é a necessidade de fontes oficiais, levando em consideração a hierarquia de quem está envolvido no fato.

Outro valor notícia é a *proximidade*, que se relaciona com a imediação geográfica, mas a cultural também é um fator relevante neste critério. Também é considerado valor notícia a *relevância*, que é o acontecimento mais recente, é o que vai ganhar prioridade para publicação.

O *tempo* também é um valor notícia e relaciona-se a outros como: atualidade – que pode ser o uso de ganchos para aconteci-

mentos já noticiados; efêmero – que é o acontecimento de pouca duração, como datas importantes que ganham destaques anualmente e o ritmo – que são os acontecimentos que se estendem, e por diversas vezes são abordados.

Igualmente são valores-notícia a *notabilidade* que é o foco dado de forma mais evidenciada ao acontecimento e não a problemática. Quanto mais pessoas envolvidas em tal acontecimento maior a possibilidade de se tornar notícia. E o *inesperado*, que é o acontecimento que surpreende, são os mega-acontecimentos, que sempre são susceptíveis de virar notícia.

E por fim os valores-notícias *conflitos/controvérsias* que são os acontecimentos que envolvem violência/disputas verbais e representam aquilo que sai da normalidade; *infração* que são os acontecimentos que envolvem vítimas fatais, e quando envolvem personalidades importantes possui grande valor-notícia e os *escândalos* que são também os acontecimentos que quebram a normalidade, como os *conflitos/controvérsias*.

Portanto, são estes os critérios que ajudam o jornalista a selecionar os fatos significativos e relevantes para que se tornem notícia.

O papel das fontes

Para a construção da matéria são necessárias informações provenientes de instituições ou pessoas que presenciam algum evento. “As fontes são quem são porque estão diretamente ligadas a sectores decisivos da atividade política, econômica, social ou cultural” (TRAQUINA, 2005, p.190).

A fonte pode ser qualquer pessoa que esteja envolvida ou que seja conhecedora de certos assuntos ou fatos. O jornalista utiliza-se

destas fontes que fornecem informações para a construção da notícia. Mas nem todas são relevantes.

Por isso, Nilson Lage (2006), classifica as fontes quanto à natureza. Assim, estão divididas como, a) oficiais, oficiosas e independentes; b) primárias e secundárias e c) testemunhas e experts.

De acordo com o autor as fontes oficiais são sustentadas pelo ‘Estado e por empresas e organizações’. As fontes oficiosas são aquelas em que não existem autorização de fala por parte daqueles que representam alguma entidade ou indivíduo. E as fontes independentes como destaca o autor, são livres, pois não estão ligadas a nenhuma relação de poder ou ‘interesse específico em cada caso’.

Quanto à natureza das fontes, Lage também classificou as primárias e secundárias:

As fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números. Fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais. (LAGE, 2006, p. 65 e 66).

Com relação às fontes testemunhais o autor destaca que o relato é realçado “pela emotividade, e modificado pela perspectiva”. Assim, o testemunho mais seguro é o mais imediato, pois, quanto mais próximo o tempo do acontecimento mais fidedigno é o relato.

Finalizando a classificação das fontes quanto a sua natureza, Lage (2006) também denomina as fontes experts, que se referem àquelas fontes que também são consideradas secundárias, pois geralmente são procuradas para descreverem versões de determinados assuntos.

RESULTADO DA PESQUISA

Na produção da pesquisa percebeu-se que o jornal *O Progresso* no período de 24 meses em que estão inseridos os anos de 2001 e 2004, publicou o total de 44 matérias sobre o MST, dessas, 21 citam o nome do movimento no título da matéria. Desta maneira, para a formulação dessa pesquisa acadêmica, optou-se por separar apenas as notícias em que o MST foi citado no título da matéria para serem analisadas.

As matérias em que o MST é citado no título durante todo o ano de 2001 somam sete, e outras 10 matérias citam o MST apenas no corpo do texto.

Desta forma verificou-se que durante o ano de 2001, período em que o ex-presidente Fernando Henrique estava à frente da presidência do Brasil, foram publicadas 17 matérias relacionadas ao MST.

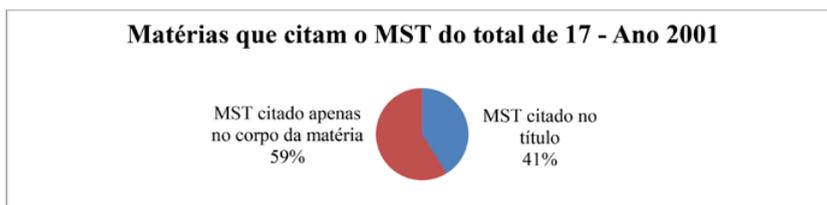


FIGURA 01- Percentual de matérias em que o MST é mencionado no título ou corpo da matéria durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

No ano de 2004, as matérias que mencionam o MST no título contabilizaram 14 e outras 13 matérias citam o nome do movimento apenas no corpo do texto das notícias. Desta forma verificou-se que no ano de 2004, período em que o ex-presidente Lula estava na presidência do país foram publicadas 27 matérias relacionadas ao MST contabilizando assim 10 matérias a mais que no governo de FHC.

Matérias que citam o MST do total de 27 - Ano 2004

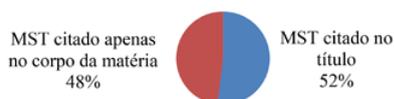


FIGURA 02 - Percentual de matérias em que o MST é mencionado no título ou corpo da matéria durante o governo de Lula.

Os valores notícia identificados nas sete matérias que citam o MST no título no ano de 2001 foram: Notabilidade com destaque em 50% das matérias publicadas; Relevância em 30% do total de matérias e Notoriedade e Infração cada uma em 10% de todas as publicações no ano de 2001.

Os valores notícias são essenciais para a produção jornalística visto que é com a utilização deles que o jornalista seleciona os elementos apropriados para a produção final do produto informativo.

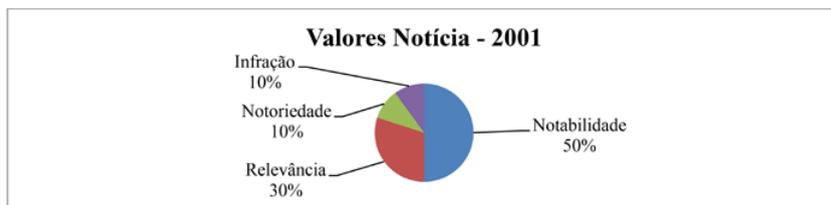


FIGURA 03 - Percentual de valores notícia nas matérias analisadas no ano de 2001.

No ano de 2004 os valores notícia mais utilizados na produção jornalística foram: Notabilidade em 26% das publicações; Notoriedade em 22% das matérias; Relevância em 22% do total de matérias; Conflito e Controvérsia e Infração foram utilizadas cada uma em 13% de todo o material analisado e por fim o valor notícia Tempo – efêmero, que foi utilizado em apenas 4% das matérias.

Verifica-se que no ano de 2004 foram identificados nas matérias analisadas dois valores notícias a mais que no ano de 2001. Isso justifica-se pelo fato de que no referido ano foram publicadas sete matérias a mais que no ano de 2001.

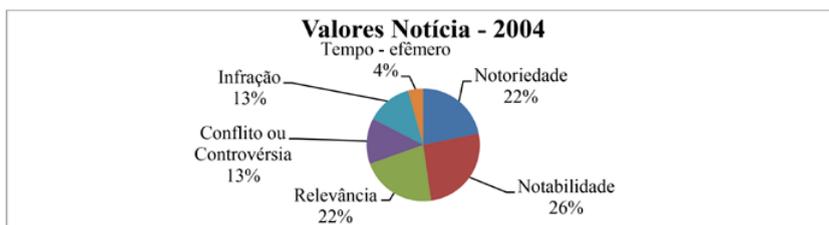


FIGURA 04 - Percentual de valores notícia nas matérias analisadas no ano de 2004.

Outra questão também analisada nesta pesquisa refere-se às fontes. No ano de 2001 verificou-se que o maior percentual das matérias que foram analisadas ouviram apenas uma fonte, contabilizando 86%. Apenas 14% das matérias tiveram duas fontes ouvidas. Das sete matérias analisadas, nenhuma teve mais que duas fontes.

Desta forma verifica-se nas matérias analisadas no ano de 2001 a pouca diversidade de fontes o que conseqüentemente fere o princípio básico do jornalismo que prioriza, para a construção da notícia, ouvir-se fontes diversificadas.

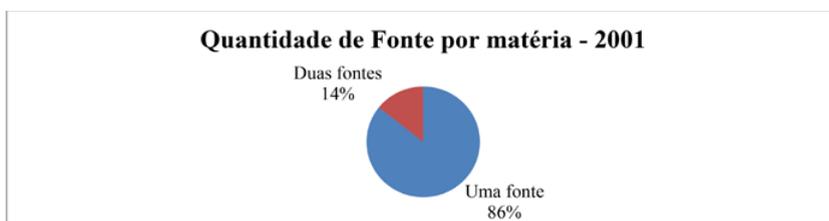


FIGURA 05 - Percentual de fonte nas matérias analisadas no ano de 2001.

No ano de 2004, percebe-se que ocorreu mais diversificação de fontes, em contrapartida também foram analisadas matérias em que não ouviu-se nenhuma fonte. Assim, constatou-se que no maior percentual das matérias, 72%, ouviu-se apenas uma fonte. As demais matérias, 7% cada, ouviram entre duas e quatro fontes.

Assim, constatou-se que no ano de 2004, das 14 matérias analisadas houve um pequeno aumento na diversificação de fontes. Mas ainda assim, percebeu-se que o princípio do jornalismo não foi posto em prática.

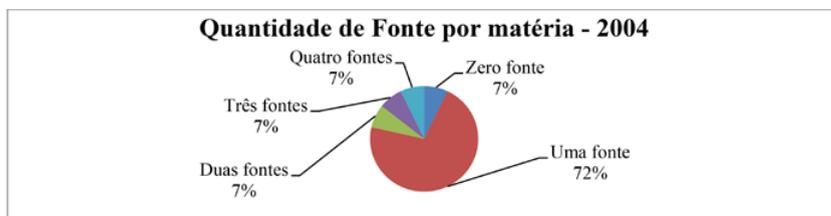


FIGURA 06 - Percentual de fonte nas matérias analisadas no ano de 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, com esta pesquisa verificou-se que no período que contabiliza 24 meses, que representam 2001 e 2004, o MST foi citado em 44 matérias, sendo 17 no ano de 2001 – uma média de 1,4 matérias por mês e 27 no ano de 2004 – uma média de 2,25 matérias por mês.

Vale ressaltar que foram analisadas na pesquisa apenas 21 matérias em que o MST foi citado no título. Nestas matérias os resultados encontrados mostram que maior parte delas retrata o MST como invasores, e, em algumas publicações, acusam indiretamente o movimento de violentos e desordeiros, ou seja, a demonização do

movimento está sempre presente nas publicações do jornal. Os valores notícias que mais foram identificados nas matérias são: notabilidade, relevância, notoriedade, escândalos, infração, tempo – efêmero e conflitos e controvérsias. Estes são alguns dos critérios que ajudaram o jornalista a selecionar os fatos significativos e relevantes para que se tornem notícia.

As fontes citadas não foram diversificadas e das 21 matérias selecionadas para análise verificou-se que apenas quatro tipo de fontes foram ouvidas, nelas destacam-se: membros do governo, representantes do MST, Ordem dos Advogados do Brasil e a polícia. Todas as fontes foram oficiais, que segundo Lage (2006, p.63) referem-se àquelas “mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações etc”. A pouca diversidade de fonte demonstra que a mídia conservadora não respeita o princípio básico do jornalismo que é ouvir várias fontes diferentes com credibilidade. Fontes relevantes que abordam assuntos referentes ao MST.

Algumas matérias referem-se a notas retiradas de agências de notícias em que não citavam fontes, nas outras matérias verificou-se a fala de apenas uma ou duas fontes em cada notícia.

O discurso do MST ainda é pouco reproduzido, pois trata-se de um movimento que representa as massas, que luta pela terra, reforma agrária e mudanças na sociedade. Esse discurso vai contra a ideologia do capital e do lucro, é por esse motivo que o MST é mencionado por grande parte da mídia como invasores e desordeiros e “em muitos casos, o MST é citado como referência para baderna, violência ou relações de prevaricação com o poder público (Vozes Silenciadas – p. 57).

A pesquisa mostra que no ano de 2001 foram publicadas sete matérias em que o MST foi citado no título, nessas matérias a palavra invasão foi citada 17 vezes.

No ano de 2004, no governo Lula foram publicadas 14 matérias em que o MST foi citado no título e a palavra invasão foi citada 13 vezes, ressaltando que o número de matéria neste ano foi o dobro das publicadas no ano de 2001.

Esta pesquisa expõe que, embora o MST não seja mostrado na mídia conservadora pelas lutas e objetivos que pretendem alcançar, ainda assim é noticiado.

REFERÊNCIAS

MORISSWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** – São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256p. : il.

ONOFRE, Gisele Ramos e SUZUKI, Júlio Cesar. **Reflexões Sobre a Reforma Agrária no Brasil.** 14º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, 2008 p. 1013-1034.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Relação Estado e MST: algumas fases e faces.** Lutas & Resistências. Londrina, v.1, p.184-196, set. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma Agrária no Governo Lula: A Esperança.** Setembro de 2003.

FERNANDES, Ariane Carla Pereira. **Objetividade Jornalística X Subjetividade e Ideologias do Profissional – Dizeres de Jornalistas Sobre a Profissão.** 1ª JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso 27, 28 e 29 de março de 2008.

TRAJANO, Janaina. **A Reforma Agrária nos Governos FHC e Lula.** II seminário Nacional Sociologia e Política. 15,16 e 17 de Setembro – Campus Reitoria UFPR – Curitiba – PR.

ENGELMANN, Solange I e GIL, Aldo Duran. **A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST.** Revista Eletrônica do CEMOP – N° 02 – setembro de 2012. Disponível em: <http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/solange_e_aldo_duran.pdf> Acesso em: 18 dez 2012.

ROCHA, Herivelto Fernandes. Análise e Mapeamento da Implantação de Assentamentos Rurais e da Luta pela Terra no Brasil entre 1985 – 2008. Universidade Estadual Paulista. FCT – Campus de Presidente Prudente. 2009.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

CREPALDI, Lilian. **A Luta Social na Mídia: Breve Análise da Comunicação do MST e da Revista Sem Terra.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. **Do Silêncio à Satanização: o discurso de Veja e o MST.** São Paulo: Annablume, 2004.

MARROQUIM, Rafael. **Jornalismo e construção social da realidade: o despertar do acontecimento e a composição da notícia.** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. **Jornalismo e realidade: da necessidade social de notícia.** Revista Galáxia, São Paulo, 44 n. 18, p. 44-55, dez. 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso.** Porto. 2001. p. 13 – 18.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 27 ed.; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 2007.

WOLF, Mario. **Teorias das comunicações de massa**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2. Ed. 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: insular, 2. Ed. 2005.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 6º ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Relatório Vozes silenciadas - A cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Realização Intervezes coletivo brasil de comunicação social. São Paulo, 2011.

OS REVESES DA (DES)ORDEM NO JORNAL O PROGRESSO (MA)

LETÍCIA FEITOSA BARRETO

LAURA GLAPINSKI ZACCA

DENISE CRISTINA AYRES GOMES

Introdução

O artigo aborda o protagonismo do jornal *O Progresso* (OP) como articulador dos discursos que fundamentam a modernização da cidade de Imperatriz (MA) no início da década de 1970. Paradoxalmente, o veículo encena a violência ao relatar e opinar sobre os crimes, ao mesmo tempo em que afirma que se trata de um fenômeno natural. *O Progresso* sintetiza o imaginário moderno e a mitologia profissional, evidenciando-se como instância neutra, mediadora dos fatos e o público. Para embasar o artigo utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental e a abordagem qualitativa das teorias do imaginário de Maffesoli (1987; 2001; 2001a; 2003) e Silva (2012). O *corpus* é composto por 79 ocorrências dos anos de 1970 e 1971. *O Progresso* parte da realidade factual, mas utiliza técnicas para elaborar o discurso que, posto em circulação, produz imaginário.

O Progresso e a violência

No início de 1970, Imperatriz passava por um intenso processo de expansão, resultado dos projetos desenvolvimentistas iniciados em 1960 na Amazônia Legal que atraíram grandes fluxos migratórios. A região se transforma radicalmente, perdendo o caráter rural

para dar lugar à explosão demográfica, à urbanização desordenada e, conseqüentemente, à violência.

O *Progresso* inicia as atividades em 3 de maio de 1970 e assume lugar de destaque na produção do discurso que fundamenta a modernização da cidade. O próprio veículo sintetiza os valores modernos e funciona como dispositivo moralizante, julgando as condutas dos cidadãos a serviço da ordem e do desenvolvimento.

O semanário *O Progresso* exerce a função de mediador entre os fatos e o público, mas a atuação não é neutra e imparcial. O jornal se coloca a tarefa de ser um agente propulsor do desenvolvimento e símbolo da evolução cultural do povo e se dedica a construir uma imagem positiva de Imperatriz, tentando evidenciar o potencial da cidade como futura metrópole.

Ao apresentar o local como moderno e civilizado, o discurso do jornal se mostra contraditório. Os editoriais e colunas procuram justificar a violência como um fenômeno comum das regiões que se desenvolvem e ainda criticam os jornais de São Luís por noticiarem a violência em Imperatriz. Os textos opinativos procuram combater a fama de “terra de pistoleiros” dada pelos veículos da capital e evidenciam as promessas de melhorias feitas pelo então governador Pedro Neiva de Santana, a fim de afastar a desconfiança geral.

De outro modo, o semanário evidencia os fatos criminais, critica a falta de organização da cidade e pede providências às autoridades. Ao abordar as transgressões, *OP* reitera a norma e delimita grupos e locais que oferecem risco à população. É nesse espaço discursivo que os excluídos se tornam protagonistas da cena social.

Em outras palavras, é o espaço em que figuram como personagens centrais e atuantes aqueles cujo aparecimento no resto do jornal é impossível ou secundário. Pois em relação ao espaço total do jornal,

eles são “desviantes”: marginais, ladrões, assassinos, traficantes, desonestos, homossexuais, prostitutas, menores delinquentes, em grupo, organizados ou individualmente. [...]. (SERRA, 1980, p. 19).

Alguns grupos ou indivíduos são responsabilizados pelos crimes, sempre tratados de forma pontual e descontextualizada. Os desvios não são atribuídos a um conflito social maior. A política desenvolvimentista do governo federal, as disputas por terras, a exploração de recursos naturais, a ocupação desordenada e a omissão das autoridades são desconsideradas como fatores sociais que contribuem para a violência. No entanto, o jornal opta em narrar histórias particulares como forma de criar identificação e emocionar o público.

Em algumas ocorrências, observa-se o uso do humor como recurso para atrair a atenção do leitor. Esse expediente acaba obscurecendo o senso crítico do público e o diverte, provocando uma espécie de catarse, liberando pulsões reprimidas. A tragédia, a morte e a violência são amenizadas devido à linguagem satírica e popular, que busca aproximar-se do leitor. (ANGRIMANI, 1994).

O Progresso e a mitologia profissional

O jornalismo possui a herança positivista herdada do século XIX. Os ideais de objetividade, neutralidade, a crença na razão, o apego a dados e a busca da precisão se constituem em princípios que embasam os procedimentos da profissão. A atividade traduz uma forma de conceber o mundo, produz imaginário e cria a mitologia da profissão. O jornalismo é oriundo do imaginário moderno e funda-se no “mito da transparência”. O dispositivo se coloca como “espelho” da realidade, simples mediador dos fatos, para obter credibilidade.

Um jornalismo que, fundado no exercício de um discurso de verdade, estruturalmente tendente à proliferação de informação e opinião, parecia ser um mecanismo criador de transparência, mas resvalava ao reduzir o complexo universo do imaginário social a um real que só poderia resultar deformado. (VOGEL, 2008, p. 5).

A separação entre fato e opinião coloca o jornalista como um comunicador desinteressado, comprometido apenas com a verdade e alheio às pressões. Compromissado com o interesse social, o jornalista teria o dever de observar a realidade de forma isenta e equilibrada. A imagem de mediador entre os fatos e o público integra a mitologia profissional. “[...] A noção-chave desta mitologia é a noção do “comunicador desinteressado”, onde o papel do jornalista é definido como o do observador neutro, desligado dos acontecimentos e cauteloso em não emitir opiniões pessoais. [...]”. (TRAQUINA, 2016, p. 233).

O relato noticioso promove o sentimento de pertença, realçando fatos que dizem respeito à coletividade. As pessoas se interessam por notícias que tenham a ver com a realidade em que vivem. Imperatriz se desenvolve e o grande fluxo migratório complexifica as relações. Os habitantes tendem a perder as referências e necessitam de informações que os orientem e os vinculem diante das mudanças. Para Contrera (2001), esses vínculos são capazes de agregar uma grande quantidade de pessoas por meio de símbolos que estabelecem uma estreita relação entre o emissor e o receptor.

Além do caráter informativo e meramente utilitário, o jornalismo promove relação, partilha entre os membros da comunidade. As pessoas querem se ver no jornal, procuram alguma forma de identificação, ainda que seja no espaço criminal. Os leitores se detêm nas informações que os sensibilizam de alguma forma, provocando empatia.

Por mais que isso horrorize os críticos politicamente corretos, as pessoas não querem só informação na mídia, mas, também e fundamentalmente ver-se, ouvir-se, participar, contar o próprio cotidiano para si mesmas e para aqueles com quem convivem. (MAFFESOLI, 2003, p. 15).

O jornalismo ultrapassa o fato, construindo um discurso que modifica os modos de ser, agir e sentir do meio social. A mídia é uma dimensão constituinte da sociedade que interfere cada vez mais no mundo cotidiano. As próprias definições de realidade se modificam com a ação dos meios que conferem visibilidade e amplificam certos fenômenos, enquanto outros não são divulgados.

O Progresso como tecnologia do imaginário

O jornalismo submete a realidade factual a técnicas da profissão para torná-la singular e atrair a atenção e produzir sensações no público. O jornalismo é uma atividade simbólica, transcende o fato para transformá-lo em notícia. O produto tem dimensão social, repercute na esfera prática e exprime valores, crenças, visões de mundo e sentimentos, enfim, integra um estado de espírito que denominamos imaginário.

Compreendemos a prática jornalística como produto e produtora de imaginário. “Aí está a marca iconoclasta do jornalismo, que foge das imagens porque elas remetem ao inefável, ignorando que é do imaginário que a realidade salta, é para o imaginário que ela corre”. (BARROS, 2007, p. 123).

Compreendemos que o discurso jornalístico reveste o cotidiano de significados, partilhando sentidos que vinculam as pessoas e permitem coesão social. *O Progresso* se constitui uma “tecnologia do imaginário” (SILVA, 2012) porque emprega a técnica própria da

profissão para modificar, desvelar e atribuir sentido ao mundo. O imaginário “sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de aspirar ao estar no mundo”. (SILVA, 2012, p.12). Assim, o dispositivo não é apenas mediador de fatos, como afirma o jornal, mas instância que atua de forma simbólica, produzindo visões de mundo que repercutem no cotidiano.

Procedimentos metodológicos

Selecionamos 79 ocorrências entre matérias, colunas e notas que tratam da violência e ainda os editoriais dos anos de 1970 e 1971. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a abordagem qualitativa das teorias do imaginário (MAFFESOLI, 1987; 2001; 2001a; 2003) e a noção de tecnologias do imaginário (SILVA, 2012).

Análise dos dados

O semanário sintetiza os valores modernos, resultado do idealismo do proprietário que chegou a rejeitar a ideia do logotipo inicial de *O Progresso* por ser em itálico. Em uma coluna, Kalam Heleuterios conta a história do surgimento do jornal e esclarece que o empresário José Vieira achou que a logotipia em itálico não dialogava com a proposta do semanário. “Não serve. Se ‘O Progresso’ já começa deitado, quem é que vai acreditar nesse progresso?” (HELEUTEROS, 3 mai 1970, p.3). As letras inclinadas remeteriam “a estar deitado” e não dariam credibilidade a um veículo que se propunha a expressar o desenvolvimento.

Os textos opinativos demarcam a função do jornal como “agente unificador de idéias e costumes” (OP, 03 mai 1970, p.3).

O Progresso reafirma a mitologia profissional ao exaltar sua atuação imparcial, embora não demonstre rigor na apuração das notícias sobre crimes praticados na cidade. Como ainda não contasse com uma redação profissionalizada e editoriais definidas, *OP* reproduz boletins de ocorrência para narrar as histórias criminais, procedimento que ocorre até os dias atuais.

O jornal reitera a mitologia profissional ao se colocar como instância neutra, mediadora dos fatos e o público. Desse modo, o veículo reproduziria a realidade e seria portador da verdade, além de se posicionar a serviço das camadas populares. “ASSIM como o jornal é u’a máquina, o jornalista também o é” (OP, 06 jun 1971, p. 3), afirma o editorial. O jornal colocou-se como porta-voz do projeto moderno, atuando de forma simbólica para ordenar o espaço urbano.

O Progresso e os reveses da (des)ordem

Alguns casos são retratados sob o viés sensacionalista e buscam emocionar o leitor com uma narrativa repleta de clichês sobre os envolvidos, apresentando-os como transgressores e, portanto, merecedores dos infortúnios. Na manchete “Deixou a noiva careca” (OP, 26 jul 1970, p.3), o relato traz como protagonista uma mulher vítima de agressão por parte do companheiro que descobrira ter sido traído durante a lua-de-mel. Partindo de uma visão moralista, o jornal ignora a humilhação vivida por ela e destaca que a lesão sofrida foi culpa de sua conduta imoral, além de apoiar a atitude do agressor justificando-a como um ato compreensível.

À primeira vista, a história pode despertar um impulso que leva ao riso devido à maneira como foi escrita, atenuando o grau de seriedade do assunto e minimizando os fatos ocorridos como se

fossem mais uma briga de marido e mulher. Como já mencionado no presente artigo, o riso funciona como uma catarse que alivia a tensão e instiga a psique humana obscurecendo o lado racional. Para Angrimani (1994), a capacidade cognitiva de analisar o que é certo ou errado se compromete quando se depara com uma narrativa que atrai primeiro o humor e o envolve a ponto de não compreender a gravidade do que se está lendo.

A matéria intitulada “Mulher mata companheira de cabaré” relata o crime de modo pontual e justifica-o como revanche a uma agressão. Uma das prostitutas é chamada de “mundana” e tem o nome completo publicado, mesmo sendo menor de idade. Além de narrar o crime de maneira sucinta, visto que o fato ocorreu em outro município e não há informações precisas ou fontes citadas, o jornal exibe a punição. “Há inquerito e Maria José Bandeira está recolhida à cadeia pública;’ (OP, 18 abr 1971, p.2). Implicitamente, o semanário reafirma que “o crime não compensa”: uma mulher está morta, a outra na cadeia. O discurso reafirma os valores e regras da sociedade ao assinalar os desvios.

Outro exemplo é a matéria intitulada “Velocidade & Cachaça – Desastre” (OP, 19 set 1971, p.1). O título inusual demonstra a incipiência do semanário quanto às práticas jornalísticas. No entanto, de modo direto e sintético, evidencia que dirigir alcoolizado redundou em acidente. A transgressão é exibida no jornal, sendo publicados o nome do motorista e até o número da carteira de habilitação do estado da Bahia, constando que o condutor deve ser um migrante.

O jornal se coloca como porta-voz da população quando destaca o interesse público em torno dos julgamentos ocorridos na Vara Criminal de Imperatriz, afirmando que se trata de um clamor social. No editorial “Um grito de alerta”, o impresso avisa que “quem aqui se insurgir contra a lei, prepare-se para encontrar pela frente a mão

firme da justiça” (OP, 14 mar 1971, p.1). O recurso é uma forma de reprimir os desvios e exaltar a punição.

Ao se portar como um dispositivo que preza pela lei, *OP* revela os reverses de quem transgredir a lei e cumpre o que divulga nos editoriais como sendo “uma constante na vigilância da ordem e do respeito” (OP, 06 jun 1971, p.3). A busca pela obediência às normas está presente também quando o semanário exige providências quanto ao caos no trânsito de Imperatriz, palco de sucessivos atropelamentos e muitas vítimas. “Punam-se os infratores e responsáveis pelos excessos de velocidade, imprudência nos cruzamentos das artérias públicas e pelo abuso de invadirem as calçadas para ‘caçar’ os transeuntes” (OP, 21 mar 1971, p.3).

E ainda, o jornal convoca o leitor a se autogerir, evitando o porte de arma sem autorização e o consumo de álcool. O semanário exerce a função pedagógica de informar o que é contravenção penal, evidenciando o comportamento transgressor. *OP* se coloca como instância moralizante, mostrando aos cidadãos como devem se portar na cidade que se desenvolve e se complexifica. “Portanto, cidadão, cuidado! E lembre-se disto: o homem armado, sem licença, é um infrator da lei. Armado e bêbado ele é um criminoso em potencial”. (OP, 03 de maio de 1970, p.1).

Eivado dos valores modernos, *OP* defende a moral, os princípios do trabalho e do progresso, como o próprio nome do semanário indica. O jornal procura enfatizar a imagem de uma cidade que se desenvolve e é composta por “gente ordeira e trabalhadora, que mesmo contra os desígnios da Ilha [a capital, São Luís], saltou de repente dos últimos escalões para um dos primeiros postos de concêrto (sic) estadual” (OP, 27 jun 1971, p.2).

O trecho se refere ao grande crescimento econômico e social proporcionado pela chegada de empreendimentos industriais na ci-

dade como setores do comércio e a construção civil. De pequena cidade do interior, Imperatriz rapidamente se transforma na segunda maior do estado e a população aumenta em 172% (FRANKLIN, 2008).

O semanário rejeita com veemência os rótulos considerados difamatórios e “desprimorosos” publicados na mídia de São Luís. *OP* assegura que se trata de “julgamentos apressados, partidos de premissas falsas, baseadas, às vezes, numa parcial e única fonte de informação.” (OP, 27 jun 1971, p.3). Estabelece-se desse modo, um hiato entre o relato dos fatos criminais, e as opiniões que tentam minimizar os acontecimentos.

Na coluna “Imperatriz, o povo e a fama”, Toinho Rodrigues afirma que a reputação de cidade violenta é exagero.

Quando ouço alguém falar que a má fama de Imperatriz em outras plagas, é bem maior da que pensa seu povo, uma dúvida paira em torno de minha mente: Verdade ou exagero? Acabo admitindo a última hipótese [...] (OP, 18 de abril de 1971, p.3)

O autor conta ainda que, quando foi estudar em São Luís, as pessoas tinham medo dele por ser natural de Imperatriz. “[...] os susurros de ouvido a ouvido começaram a surgir, como se lá estivesse o Django ou mesmo o ‘Homem mau’ de Roberto Carlos”. (RODRIGUES, 18 abr 1971, p.3). Os personagens fictícios tomaram forma no habitante de Imperatriz, demonstrando a eficácia do imaginário em interferir na esfera prática.

Os editoriais e as colunas abordam a criminalidade como algo “normal”, dentro das estatísticas, típica de um município que se desenvolve. “[...] Delimita-se o desvio, a disfunção para melhor tratá-los.[...]” (MAFFESOLI, 1987, p. 16). O jornal afirma em editorial que não reforça a violência. “Não endossamos o crime; nós o lamen-

tamos” (OP, 27 jun 1971, p.3). O texto critica a mídia de São Luís por afirmar que Imperatriz é uma cidade violenta. Tal imagem refletiria o desconhecimento da realidade local. Por criticar as declarações da mídia da capital, *OP* estimula o sentimento de separação do restante do estado, declarando inúmeras vezes nos textos opinativos que “já é tempo de pedirmos o território tocantino” (OP, 18 abr 1971, p.3). A ideia de se criar um estado autônomo, o Maranhão do Sul, observa-se no início do jornal e se estende até os dias atuais. Desse modo, o jornal se torna porta-voz do que considera apropriado para o futuro de Imperatriz e justifica ser “o legítimo representante deste poder, queiram ou não queiram”, a fim de trazer a “unificação de toda a família imperatrizense”. (OP, 06 jun 1971, p.3).

Uma das consequências do desenvolvimento é o aumento índices de violência que, alardeados nas páginas do semanário, criam uma atmosfera de medo e desconfiança. As matérias apontam horários perigosos e condutas transgressoras que tendem a interferir no cotidiano. “Quando se esperava que a Vigilância Noturna pusesse um fim a essa onda de assaltos, eis que os guardas não estão dando conta de sua missão que é especialmente a de prevenir. [...]’ (OP, 20 set 1970, p. 2).

O Progresso atua ainda como instância moralizante, demarcando as condutas desejáveis e as que não se enquadram na sociedade. Neste trecho, a preocupação é com o crime. Até a época de chuvas na região é motivo de preocupação. O chamado “inverno” predisporia as pessoas ao crime. “[...] Os lamaçais, as estradas sinuosas, a chuva forte, a longa espera do arroz, deixam nas pessoas uma nostalgia perigosa. [...]”. (OP, 27 fev 1970, p.2).

Na matéria intitulada “Os abusos continuam na rodoviária”, o jornal destaca os indivíduos perigosos ou indesejáveis que ficam no local, cometem crimes e são ameaça constante aos cidadãos.

[...] apontamos a quem de direito a continuação dos abusos enumerados naquela oportunidade, os quais podem ser aqui novamente citados: a presença de menores de 12 anos naquele recinto, alta noite, de permeio com marginais; a presença diurna de menores que cometem ali toda sorte de abusos; o conluio entre prostitutas e marginais [...]; a presença constante de um leproso naquele Terminal, em contato com balcões de vendas e com passageiros ou mesmo com os menores e até com os vendedores de frutas; e finalmente, a indiferença do policiamento [...] (OP, 26 jun 1970, p.2).

O olhar jornalístico enfoca os indivíduos que não estão de acordo com a ética do trabalho e se constituem entraves ao desenvolvimento de Imperatriz. Assim, os criminosos “infestam a cidade” e precisam ser banidos. O leproso, ainda que não cometa crimes, é indesejável porque não é produtivo e pode contagiar outras pessoas, pondo em risco até as frutas vendidas. Por ser um local de passagem, a ameaça do contágio se torna mais perigosa no terminal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Progresso está eivado dos valores do imaginário moderno, instrumento de objetificação da realidade, portador da verdade, que afirma ser capaz de traduzir os fatos de forma neutra e transparente. Como defensor da ordem e do desenvolvimento, o veículo aborda os crimes e se revela “um mecanismo reformativo” (VOGEL, 2008). O jornal irrompe como espaço de visibilidade e condenação dos crimes.

O dispositivo se calca em técnicas que visam dar transparência à função representativa e simbólica do discurso, conferindo-lhe credibilidade. *O Progresso* reitera a mitologia profissional ao se colocar como instância neutra, mediadora dos fatos e o público. Como vetor de sentidos, o veículo é capaz de criar uma atmosfera que ultrapassa o fato, isto é, produz imaginário.

Podemos afirmar que *O Progresso* teatraliza a violência ao relatar e opinar sobre os crimes, transformando-os em um discurso que visa emocionar o leitor. Como ressalta Maffesoli (2001a, p. 177) “todos os aspectos da existência social estão marcados do selo do teatral. Mesmo e incluindo os níveis mais racionais ou os mais sérios [...]”.

A realidade é constituída por algo de imponderável que a ultrapassa; o imaginário. Os crimes e as opiniões expressas nas ocorrências mostram o interesse que o assunto desperta. *O Progresso* parte da realidade factual, mas utiliza técnicas para elaborar o discurso que, uma vez posto em circulação, produz ambiência, isto é, imaginário. Daí se afirmar que o imaginário é real.

REFERÊNCIAS

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. Sao Paulo: Summus, 1995.

BARROS, ANA TAÍS MARTINS PORTANOVA. **Sob o nome de real**: imaginário no jornalismo e no cotidiano. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007.

CONTRERA, Malena Segura. **Mídia e pânico**: saturação da informação, violência e crise cultural. Anablume: Fapesp, 2002.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

MAFFESOLI, Michel. Dinâmica da violência. São Paulo: Vértice, 1987.

_____. O imaginário é uma realidade. In: **Revista Famecos**. Porto Alegre: PUCRS, n.15, p. 74-82, ago 2001.

_____. **A conquista do presente**. Natal: Argos, 2001a.

_____. **A comunicação sem fim** (teoria pós-moderna da comunicação). In: Revista Famecos. Porto Alegre: PUCRS, n.20, p. 13-20, abr 2003.

SILVA, Juremir Machado da. **Tecnologias do imaginário**. 3. ed.; Porto Alegre: Sulina, 2012.

TRAQUINA, Nelson. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis, Insular, 2016.

SERRA, Antonio. A. **O desvio nosso de cada dia**: a representação do cotidiano num jornal popular. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

VOGEL, Daisi I. **Sobre Foucault e o jornalismo**. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo: Umesp, 2008.

Matérias citadas

A MORTE é vida e a seca é o progresso. **O Progresso**. 09 de agosto de 1971. Editorial, p.1.

AUMENTAM os assaltos. **O Progresso**. 20 setembro de 1970, p. 2.

ATROPELAMENTOS. **O Progresso**. 21 de março de 1971, p. 3.

DEIXOU a noiva careca. **O Progresso**. 26 de julho de 1970, p.1.

E A JUSTIÇA caminha. **O Progresso**. 12 de setembro de 1971, Coluna Heliografando, p. 3.

HELEUTEROS, Kalam. Progresso. **O Progresso**. 03 de maio de 1970, p.2.

MULHER mata companheira de cabaré. **O Progresso**, 18 de abril de 1971, p. 2.

NOSSA Caminhada. **O Progresso**. 03 de maio de 1970, p.1.

O JULGAMENTO da paixão. **O Progresso**. 27 de junho de 1971, p. 1.
O PODER da imprensa. **O Progresso**. 06 de junho de 1971. p.1.
OS ABUSOS continuam na rodoviária. **O Progresso**. 26 de junho de 1970, p. 3.
PARA O SEU GOVERNO. **O Progresso**, 03 de maio de 1970, p. 1.
RODRIGUES, Toinho. Imperatriz, o povo e a fama. **O Progresso**. 18 de abril de 1971, p. 3.
UM GRITO de alerta. **O Progresso**. 14 de março de 1971. Editorial, p. 1.
VELOCIDADE & Cachaça – Desastre. **O Progresso**, 19 de setembro de 1971, p. 1.

O PROGRESSO DO TOCANTINS: CAPÍTULOS PARA ALÉM DO MARANHÃO

THAYS ASSUNÇÃO REIS
RODRIGO NASCIMENTO REIS

Introdução

A década de 1970 inaugura em Imperatriz um novo tempo. A cidade, antes considerada “Sibéria Maranhense”, passa a receber nesse momento pessoas de diferentes lugares do país e vários empreendimentos. A construção de estradas e, principalmente, da rodovia Belém-Brasília possibilita a saída de Imperatriz da condição de isolamento territorial, e sua respectiva projeção como um dos principais municípios do Estado.

Segundo Franklin (2008), a implantação das Centrais Elétricas do Maranhão (Cemar) e a expansão do ciclo econômico da madeira contribuem para que Imperatriz experimente na década de 70 seu maior crescimento econômico e populacional. “Nesse período, a população saltou de 80.827 habitantes, contados pelo IBGE em 1970, para 220.469, totalizados pelo Censo de 1980” (FRANKLIN, 2008, p.143).

Como parte desse processo de desenvolvimento, Imperatriz incrementa seus veículos jornalísticos. São instaladas as primeiras emissoras de rádio e televisão e criados novos jornais no município. Dentre os impressos fundados nesse contexto, *O Progresso* é com certeza um dos mais relevantes para a história da imprensa imperatrizense.

Fundado em 3 de maio de 1970 pelo empresário gráfico José Matos Vieira e pelo jornalista Jurivê de Macedo, *O Progresso* é o impresso mais antigo em circulação de Imperatriz – completou 50 anos em 2020. Em seus primeiros anos, ele era semanal – circulava aos domingos - possuía quatro páginas e tinha um formato 32 x 43 cm (SANCHES, 2002). Posteriormente, o jornal passa a ser bissemanal, e em 1979 torna-se diário com um número de páginas variando entre oito e 12 páginas (CARVALHO, 2016).

Hoje *O Progresso* circula de terça-feira a domingo com 16 páginas divididas em dois cadernos e oito editorias: Política, Polícia, Cidade, Regional, Esporte, Geral, Justiça e Tocantins. Na edição de final de semana, o impresso chega a possuir 30 páginas devido à presença do suplemento literário Extra e do Caderno de Domingo. A tiragem do impresso, conforme informações no site do veículo, é de 5.300 mil exemplares de terça-feira a sábado.

Quanto à administração do diário, ela é formada por Sergio Antonio Godinho (presidente e proprietário), Sergio Henrique Godinho (diretor superintendente) e Illya Nathasje (diretor comercial). O veículo ainda possui uma equipe de reportagem constituída por três profissionais: o editor-chefe, Coriolano Miranda Rocha Filho, o repórter especializado na editoria de Polícia e Esporte, Dema de Oliveira e o repórter e colunista, William Marinho.

Um dos aspectos pertinentes a considerar sobre *O Progresso* é o seu alcance e produção regional. Ele é distribuído tanto em Imperatriz, como em municípios do oeste do Maranhão e do norte do Tocantins, mais precisamente na região do Bico do Papagaio. Além disso, o impresso já apresentou ao longo de sua trajetória iniciativas mais arrojadas de regionalização. É o caso dos jornais *O Progresso do Tocantins*, fundado em Araguaína (TO) em 1990, e o *Diário Tocantinense*, criado em Palmas (TO) em 1997.

A descoberta da existência desses títulos motivou a realização do presente artigo sobre *O Progresso do Tocantins*, visto que o veículo circulou em Araguaína durante sete anos (entre 1990 e 1997). Nosso objetivo é registrar, ainda que de forma introdutória, a experiência do jornal *O Progresso* no estado vizinho, destacando as motivações para criação e encerramento das atividades do jornal, assim como, sua produção jornalística e características editoriais.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, construímos um arcabouço metodológico formado por: 1) pesquisa bibliográfica, 2) entrevistas e 3) análise documental. A pesquisa bibliográfica se fez necessária para revisar as principais obras sobre a história de Imperatriz e jornalismo regional. As entrevistas foram realizadas em fevereiro de 2019 com o proprietário do jornal *O Progresso* (Sérgio Godinho) e o diretor comercial (Illya Nathasje) para entender a criação e o funcionamento do impresso. E a análise documental consistiu na consulta dos primeiros exemplares do *Progresso do Tocantins* conservados na sede do *Progresso* em Imperatriz com o intuito de identificar as “marcas” editoriais do jornal.

Como se situa o jornalismo regional

O jornalismo regional, também conhecido como do interior, caracteriza-se por apresentar uma “maior proximidade geográfica em relação aos fatos que reportam, com os leitores que privilegiam e com as fontes às quais dão voz” (AGUIAR, 2016, p.17). Por isso, a proximidade é apontada como o elemento distintivo da prática jornalística desenvolvida fora dos grandes centros urbanos.

A proximidade, no entender de Fernandes (2013), é um dos critérios de noticiabilidade mais fortes na produção jornalística do interior, visto que a força integrativa e identitária dos veículos das

idades de pequeno e médio porte está na notícia de proximidade. Conforme o autor:

Para um profissional atuante no jornal do interior, a proximidade, associada à atualidade, prevalece no momento de seleção de uma notícia. Depois se agregam outros elementos, como importância, tamanho etc. Uma notícia sobre alguma medida tomada pelo governo federal pode ser atual, importante e se enquadrar nas medidas disponíveis na página, mas será descartada se não tiver um elemento de interesse estritamente local (FERNANDES, 2013, p. 115).

Beatriz Dornelles (2010) compartilha do mesmo entendimento ao afirmar que a proximidade é um dos elementos da notícia mais importantes para a imprensa do interior. Ela “trata de comunicar conteúdos considerados pertinentes aos seus leitores com o objetivo de conseguir a fidelização dos públicos” (DORNELLES, 2010, p.239). É por isso que os periódicos interiorianos priorizam em suas páginas as informações locais que despertam rapidamente o interesse dos moradores que residem na cidade-sede do veículo.

Além da proximidade presente nas notícias, alguns autores entendem o jornalismo regional a partir da área de atuação dos veículos. É o caso do geógrafo Milton Santos (1955[2007]), que classificou o jornal regional como aquele capaz de circular e atender uma respectiva área territorial. Wilson da Costa Bueno (2013) também compartilha do mesmo entendimento, ao afirmar que o jornal regional objetiva exercer sua influência “numa determinada região, abrangendo, portanto, com sua circulação e cobertura, algumas cidades ou municípios” (BUENO, 2013, p. 45-46).

Avançando nesse debate, Pâmela Pinto (2015) apresenta uma subdivisão da mídia regional brasileira baseada em três escalas de estudo: a) *Supraestaduais* – formadas por grupos ou veículos de mídia cuja atuação ultrapasse os limites do Estado de origem; b) *Esta-*

duais – agregam grupos ou veículos cujas atuações coincidem com os limites do Estado; c) *Subestaduais* – compostas por veículos e ou grupos de abrangência mais restrita, com cobertura pontual em alguns municípios.

Nessa mesma direção, Sonia Aguiar (2016) classifica os jornais regionais brasileiros em três tipos: 1) *Regional-supraestadual*: são grupos de mídia cuja atuação ultrapassa os limites do seu Estado de origem para estados contíguos, seja por meio da propriedade de veículos ou parcerias em diferentes localidades; 2) *Regional-estadual*: representam os grupos sediados em capitais de Estados que possuem pelo menos um título de jornal com circulação na maior parte do território estadual; 3) *Regional-subestadual*: corresponde aos grupos que possuem pelo menos um título de jornal sediado em uma região metropolitana fora da capital do Estado ou em uma cidade-polo de região econômica reconhecida.

Por sua vez, Jacqueline Deolindo (2016) compreende a regionalização dos veículos jornalísticos em três camadas estreitamente relacionadas: **a)** área de cobertura jornalística (aquela em que os jornalistas mais frequentemente realizam reportagens); **b)** a área de negociação publicitária (corresponde aos espaços em que estão localizados os anunciantes habituais de determinada mídia); e **c)** a área de circulação ou alcance (refere-se aos locais em que os veículos estão presentes).

A autora ainda explica que no caso dos jornais impressos, a área de circulação é a mais ampla, a área potencial de exploração de receitas é menor do que a primeira, e a área de reportagem fica restrita prioritariamente à cidade sede do jornal. Já os sites de notícias exibem uma área de alcance mais abrangente e “uma área de apuração mais ampla do que a de exploração de receitas, visto que o mercado é altamente localizado” (DEOLINDO, 2016, p. 270) e as notícias não se limitam à cidade em que o portal está sediado.

Ao tratar da função do jornalismo regional, Deolindo (2013) afirma que ele preenche a lacuna de informação deixada pela prática jornalística nacional e estadual referente à multiplicidade de acontecimentos que ocorrem no país. Os jornais regionais e locais, juntamente com os portais de notícias regionais, “publicam notícias de interesse direto e próximo da comunidade, ao mesmo tempo, em que reproduzem informações dos grandes centros para manter o público informado do que se passa [lá fora]” (DEOLINDO, 2013, p.7-8).

Dialogando essa perspectiva, Dornelles (2004) afirma que o jornalismo do interior é muito mais comportamental do que estrutural, sendo guiado por uma “política de vizinhança, a solidariedade, o coletivismo, os valores, a moral, a fé religiosa, o respeito humano e a cultura de pequenas populações” (DORNELLES, 2004, p.132). Além disso, a filosofia editorial dos jornais é comunitária, ou seja, tem como objetivo central a produção de matérias que atendam aos anseios e reivindicações da comunidade.

A partir desta leitura percebe-se que o jornalismo regional se configura como uma prática que extrapola os limites territoriais da sede dos seus veículos e alcança outras localidades, seja pela sua cobertura, presença, captação de receitas ou mesmo publicação de conteúdo. Além do mais, ele permite com que cidades pequenas, desprovidas de meios de comunicação tradicionais ou outros canais de informação, tenham acesso a notícias sobre seu próprio cotidiano e da sua região.

A experiência com o jornal O Progresso do Tocantins

O jornal *O Progresso do Tocantins* tinha veiculação semanal na cidade de Araguaína. A primeira edição é referente aos dias 30 de julho a 5 de agosto de 1990. Desse modo, cada publicação indica-

va a semana dos acontecimentos cobertos pelo jornal. De maneira particular, olhar para esta primeira edição torna-se estratégico para entender os rumos que o próprio jornal fala de si como proposta de jornalismo. Assim, temos na capa da edição nº 1 um editorial com título: “Bom Dia Tocantins”. Nele, o impresso introduz noções de cidadania falando sobre direitos e deveres e sinalizando a existência de políticos que estratificam esses direitos em função de interesses próprios. Nesse caminho, o jornal se coloca como intermediador e vigilante dos direitos do cidadão:

É nessa luta diuturna e constante, em defesa desses inalienáveis direitos da pessoa humana, especialmente o cidadão comum, que a imprensa, como um todo, deveria se integrar. Infelizmente, em muitas ocasiões isso não ocorre.

E, para juntar-se a esse cidadão sofrido e desamparado para lutar por seus direitos, para contestar o Poder Público quando este for desviado da sua verdadeira função – que é a de servir exclusivamente ao povo, e não aqueles que o representam – que O PROGRESSO DO TOCANTINS começa a sua caminhada em terras tocantineses (O PROGRESSO DO TOCANTINS, 30 de julho a 05 de agosto de 1990, nº1, p. 01).

Além do discurso apresentado no editorial, outras motivações levaram a implantação do tradicional jornal de Imperatriz com outra roupagem para a cidade de Araguaína. Segundo o proprietário do jornal *O Progresso*, Sérgio Godinho (2019), o contexto político e econômico da época apresentava a cidade de Araguaína como um local profícuo para a instalação de um impresso, pois no final da década de 1980 havia dúvida sobre onde seria a capital do novo estado. A aposta do empresário era que Araguaína seria a sede do governo do Tocantins. Por isso, ele começou a articular a criação do impresso no município. Porém, Palmas foi escolhida para ser a capital do To-

cantins logo após uma experiência inicial em Miracema (TO). Não havia condições econômicas e nem viabilidade a curto prazo para inaugurar um jornal impresso em uma localidade que começava literalmente a ser arquitetada, em que havia poucos moradores. Dessa forma, foi mantida a ideia de iniciar o trabalho em Araguaína como se havia previsto. Além do mais, o município era o mais próximo de Imperatriz onde o jornal era impresso. Em outras palavras, *o Progresso do Tocantins* foi fundado devido à divisão do estado do Goiás, oportunidade vista pela direção do veículo do Maranhão para levar a expertise de já 20 anos em terras maranhenses para o Tocantins e liderar a corrida jornalística no novo estado.

Voltando à edição nº1, encontramos nela a seguinte manchete: “Preso estuprador de menor” e outras duas chamadas de capa “IBAMA cadastra moto-serras” e “Norte-Sul é necessária para o progresso do Tocantins”. Destacamos que naquela época abaixo dos títulos de capa havia bastante texto, motivo pelo qual havia poucas chamadas. Pelo teor do conteúdo dessa semana, observamos o jornal já se posicionando como inserido na dinâmica da rotina de Araguaína e cidades vizinhas e articulando o próprio nome do veículo a títulos de matérias em uma tentativa de reforço da identidade.

Segundo dados do primeiro expediente, o veículo tinha como editor Reynaldo Cruzeiro, redatora Dalira Pereira de Souza e gerente comercial Mônica Costa Melo. Observando a primeira edição é possível encontrar outros nomes como: Helder Peixoto, atuando como colunista; Ferdinando Campos de Mello colaborando com artigo na editoria de opinião; Illya Nathasje entrevistando o governador Siqueira Campos; Cida com a coluna “Em Sociedade”; Marcelo e Humberto assinando charges sobre fábricas no Tocantins e Juredo com coluna sobre assuntos gerais. Destes nomes podemos certificar que Juredo tratava-se de Jurivê de Macedo, um dos fundadores do

jornal *O Progresso* de Imperatriz, mas nascido em Porto Nacional, então Goiás. Ele faleceu em 2010, deixando uma rica trajetória de livros e histórias, considerado um dos maiores jornalistas de Imperatriz. Por sua vez, Illya Nathasje continua atuante no veículo do mesmo grupo que hoje tem sede apenas em Imperatriz no Maranhão. Sobre os outros nomes não obtivemos informações e nas nossas entrevistas procuramos aprofundar em questões mais estruturais do veículo, tendo em vista que até o presente momento não havia qualquer informação documentada sobre esse capítulo da história do *Progresso*.

Imagem 01 - Capas das duas primeiras edições do *Progresso do Tocantins* (1990)



Fonte: Acervo do Jornal *O Progresso* em Imperatriz

O jornal possuía 10 páginas contendo editoriais como: Opinião, Cidade, Entrevista, Memória, Diversão e Lazer e Estado. Era preto e branco com poucas fotografias e muito texto. Naturalmente, o jornal na nova cidade seguiu os passos de buscar uma ‘expressão regional’ assim como ocorria em Imperatriz. Por isso, são perceptíveis matérias de várias cidades do interior ao redor de Araguaína. Desse modo, vemos a proximidade geográfica, conforme sinaliza Aguiar (2016) como critério de noticiabilidade do *Progresso do Tocantins*. Por exemplo, na edição nº2 de 06 a 12 de agosto de 1990, o jornal traz na capa a chamada “Governador inaugura asfalto em Arapocema”, noticiando a realidade de uma cidade pequena a 146 km de Araguaína. Talvez há quem considere a cidade acima nem tão próxima assim, porém outros critérios atuam para ela ser contida na área de cobertura do *Progresso do Tocantins*, como o desejo deste veículo de abarcar e influenciar municípios, realidade semelhante a verificada por Bueno (2013) em outros estados.

Sobre a rotina do veículo, o proprietário Sérgio Godinho (2019) conta que o impresso enfatizava mais as notícias do fim de semana, e ele mesmo lia a versão final do jornal, enviando-o em seguida por ônibus para Araguaína. Ou seja, o jornal tinha equipe em Araguaína com sede, porém a parte de diagramação e finalização era realizada em Imperatriz.

Eles faziam a matéria lá e mandavam pelo ônibus, naquela época não tinha internet, vinha pelo ônibus tudo, tudo escrito datilografado. Não tinha computador não. As matérias vinham pela Transbrasiliana durante a semana, praticamente todo dia vinha as matérias de lá e o jornal era impresso aqui (GODINHO, 2019, s/p).

Em tempos em que o jornal impresso perde força diante dos avanços da internet e das imensas possibilidades de comunicação e deslocamento de notícias, o relato é um registro de um período em

que o impresso venciam as distâncias geográficas e econômicas por ser referencial diante da escassez de informações. De acordo com Godinho (2019), durante toda a trajetória do jornal até 1997, suas páginas variaram entre 8 a 12 páginas e com a implantação do fax na sede do veículo em Araguaína ficou mais ágil o envio de matérias para Imperatriz. Ao total, eram impressos 2000 mil exemplares que eram distribuídos em órgãos e vendidos em bancas. O material que não era vendido era entregue dois dias depois à população gratuitamente como estratégia do veículo de fazer nome e autodivulgar-se. O proprietário relembra ainda que nunca foi estratégia da direção tornar o *Progresso do Tocantins* diário, justamente por ele estar integrado em uma cidade menor que Imperatriz, o que rendia pouco assunto.

Ao conversar com o proprietário Godinho, percebemos o quanto é difícil encontrar fontes para recontar a história do veículo, pois a maioria da equipe morava em Araguaína. Illya Nathashe é uma das referências, porque continua atuando no *Progresso* de Imperatriz, e participou das atividades em Araguaína:

Em Araguaína eu ia lá toda semana, eu tentava fazer o comercial de lá daqui. O Adalberto Franklin cuidou um bom tempo para gente em Araguaína. Nós tivemos um problema que a Dalira que era nossa editora lá, ela era do Mato Grosso, resolveu voltar e aí o Adalberto ajudou a gente lá um tempo (NATHASHE, 2019, s/p).

Neste trecho, Illya lembra de Adalberto Franklin, historiador e jornalista de Imperatriz, falecido em 2017, personagem importante da cena imperatrizense que contribuiu também para o avanço da imprensa do estado vizinho. Illya também contou como o jornal com sede em Araguaína tornou-se referência para a região e lugar de embates políticos. Segundo ele, Joaquim de Lima Quinta foi interventor na prefeitura de Araguaína, nomeado pelo governador Si-

queira Campos. Todavia, o interventor concedeu entrevista ao jornal na qual declarou que “eu estou interventor, mas não devo o cargo ao Siqueira, se ele quiser o cargo é dele, ele pode me tirar a hora que quiser” (NATHASHE, 2019, s/p). O trecho recebeu destaque na capa e chegou ao conhecimento do governador que no dia seguinte à publicação estava em Araguaína destituindo o interventor. No site da Câmara Municipal de Araguaína¹ consta que Joaquim de Lima Quinta atuou como interventor entre dois de abril a 25 de novembro de 1990. Mais do que aprofundar-se neste acontecimento, queremos sinalizar a importância política do veículo para todo o estado, motivo este que ironicamente levaria ao fim do veículo.

Segundo Sergio Godinho (2019), em 1997, o grupo conseguiu vislumbrar boas motivações para fundar um jornal diário em Palmas. Era a oportunidade de solidificar-se na capital do mais novo estado do Brasil, conforme sonhara no início da década de 1990. As relações políticas e econômicas com o Governo do Estado e o já avançado desenvolvimento estrutural da cidade facilitaram a instalação de uma nova sede do Progresso em Palmas. Mas foi justamente esta decisão que levou o jornal *O Progresso do Tocantins* a seu encerramento em Araguaína. De acordo com Godinho (2019), não era possível manter financeiramente dois jornais naquele momento, tendo escolhido, portanto por fundar o *Diário Tocantinense* no ano de 1997.

O nome do jornal em Palmas era Diário Tocantinense, não quis manter o mesmo nome (...). Comprei máquinas, estruturei o jornal lá todinho. Comprei máquina, impressora, computadores, tinha uma sede, contratei jornalistas formados. Equipe, subeditora, três repórteres, colunista social, dois diagramadores, na parte de oficina tinha quatro pessoas. Uma faixa de umas doze pessoas (GODINHO, 2019, s/p).

¹ <http://araguaina.to.leg.br/municipio/prefeitos/>

Esse novo capítulo do avanço do jornal maranhense por terras tocantinenses teve breve duração. Em 1999, o veículo foi vendido por Sergio Godinho que decidiu retornar para Imperatriz e dedicar-se exclusivamente ao jornal local. Atualmente, a ligação do jornal *O Progresso* em Imperatriz com o estado do Tocantins se dá por meio de uma editoria intitulada “Tocantins” na qual são veiculadas notícias de Araguaína e cidades vizinhas.

Novas direções

Acreditamos que com este trabalho lançamos luz sobre um capítulo nunca registrado sobre a história do diário mais antigo da cidade de Imperatriz: a expansão dele em terras tocantinenses, especificamente em Araguaína. Isto demonstra a competência jornalística do grupo que fincou laços no Maranhão e que ousou realizar o mesmo trabalho dedicado no estado vizinho. Percebemos também como a situação geográfica, política e econômica pode interferir na fundação de um veículo e que a aposta no momento e lugar certo pode resultar na permanência do meio. Acreditamos que, se a iniciativa, desde o princípio, tivesse ocorrido na cidade de Palmas, talvez hoje teríamos um grupo consolidado nesta capital.

Consideramos também que a existência do *O Progresso do Tocantins* em Araguaína foi um vetor potente na comunicação daquela cidade, atraindo a atenção de políticos e investidores para o olhar do veículo sobre a região. Por lá, durante sete anos, semanalmente, apesar das dificuldades para impressão, o jornal circulou sem interrupção cumprindo o papel que levantou no primeiro editorial: a defesa dos direitos dos cidadãos.

Além disso, caracterizamos o veículo como de expressão regional, porque atendeu durante a sua circulação os critérios de Deolin-

do (2016) como a definição das áreas de cobertura e exploração de receitas, além de preencher a lacuna com informações de interesse daquela região, objetivo que não cabia ao jornal com sede no território maranhense.

Temos ciência que por meio destas páginas não foi possível registrar toda a história e pormenores da trajetória deste veículo, e nem esta foi nossa proposta. Porém deixamos aqui os primeiros indícios de uma história que necessita ser reconstruída por diversos ângulos de pesquisa. Todas as edições do *O Progresso do Tocantins* estão encadernadas e guardadas na sede do jornal *O Progresso* em Imperatriz pronto para ser consultado. Pesquisadores de todas as áreas podem ali encontrar uma fonte rara para entender a história política, econômica e social de Araguaína; os principais embates políticos durante os primeiros anos do novo estado do Tocantins; a rotina de produção daquela época; a atuação dos jornalistas e toda equipe envolvida no veículo; e a relação entre os dois estados mediada em muitos momentos pelo próprio veículo.

Referências

AGUIAR, Sonia. **Territórios do jornalismo:** Geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornal do Interior:** conceitos e preconceitos. In: ASSIS, Francisco de. (Org.) *Imprensa no interior: conceitos e contextos*. Chapecó: Argos Editora Unichapecó, 2013.

CARVALHO, Rhaysa Novakoski. **O desenho de uma trajetória:** design editorial nos jornais diários de Imperatriz (MA), de 1979 a 2013. 140f. Monografia (graduação). Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz: UFMA, 2016.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva. **Regiões jornalísticas**: uma abordagem locacional e econômica da mídia do interior fluminense. Tese (doutorado). 361f. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

_____. Cidade e indústrias de mídia: distinções entre metrópole e interior. In: Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Uerj, 2013.

DORNELLES, Beatriz. **Jornalismo comunitário em cidades do interior**: uma radiografia das empresas jornalísticas: administração, comercialização, edição e opinião dos leitores. Porto Alegre: Sagra Suzzato, 2004.

_____. **Localismo nos jornais do interior**. In: Revista Famecos, v. 17, nº 03, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/8191>. Acesso em: 09 de Janeiro de 2018.

FERNANDES, Mario Luiz. A proximidade como valor-notícia na imprensa do interior. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013.

GODINHO, Sergio. **Entrevista** [Fev. 2019]. Entrevistador: Thays Assunção Reis. Imperatriz: Jornal *O Progresso*, 2019.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

NATHASHE, Illya. **Entrevista** [Fev. 2019]. Entrevistador: Thays Assunção Reis. Imperatriz: Jornal *O Progresso*, 2019.

O PROGRESSO DO TOCANTINS, Araguaína, ano 01, n. 01, 30 de julho a 05 de agosto de 1990.

O PROGRESSO DO TOCANTINS, Araguaína, ano 01, n. 02, 06 a 12 de agosto de 1990.

PINTO, Pâmela Araújo. **Mídia regional brasileira**: Características dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul. 2015. Tese (doutorado). 337 f. Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2015.

SANCHES, Edmilson. Imprensa Escrita. In: **Imperatriz**: 150 anos. Imperatriz: Academia Imperatrizense de Letras, 2002.

SANTOS, Milton. **Classificação funcional dos jornais brasileiros** – As regiões jornalísticas (1955). Noticiários da Rede Alcar. ano 7, n. 83, nov. 2007.

POLÍTICA, NOTÍCIAS E REPRESSÃO: A COBERTURA DE O PROGRESSO NAS ELEIÇÕES DE 1970 EM IMPERATRIZ-MA

ANTÔNIO CARLOS SANTIAGO FREITAS

LEONAM ALVES DE SOUSA MORAES

ROSEANE ARCANJO PINHEIRO

Introdução

A pesquisa tem como objetivo desvelar as características da cobertura política do jornal *O Progresso*, que começou a circular em Imperatriz-MA, em maio de 1970, ano de eleições, sendo o mais antigo em circulação até a atualidade na cidade. Ao surgir em um período conturbado da vida política brasileira, o impresso envolveu-se com a articulação de forças que se concretizava nas eleições daquele ano. Para executar o trabalho, foram investigadas matérias com enfoques voltados para acontecimentos políticos local e estadual, ocorridos entre 03 de março a 27 de dezembro de 1970.

Para atingirmos a finalidade desta atividade, adotamos a teoria construcionista, que apreende o jornalismo como um processo complexo de gerar notícias e as referências sobre a realidade imediata. Com vistas a estudar as mudanças sociais, trazemos as contribuições de Antonio Gramsci sobre as disputas políticas e hegemonia, quando a classe, por meio da atividade coletiva, se conscientiza de que pode mudar o curso da história.

Foi escolhida para a investigação a metodologia da análise de conteúdo e analisadas matérias cujas abordagens tratam dos aconte-

cimentos políticos nos âmbitos local e regional, com recorte temporal de 03 de março a 27 de dezembro de 1970, compreendendo o primeiro ano de atividades do jornal *O Progresso*, cujos exemplares estão digitalizados, entre os anos 1970 e 1974, em acervo na internet¹. Através da análise de conteúdo foi possível mapear e analisar textos relacionados ao problema levantado pela pesquisa.

O estudo nos oito primeiros meses do impresso, compreendeu 157 textos, entre os formatos nota, notícia e editorial, de modo a entender como a política e os personagens da época eram tematizados. A análise se divide em duas categorias: 1- Temas (Subdividido em: Eleições 1970, Obras e ações da Prefeitura e Governo do Estado); e 2- Atores políticos mais evidenciados. Foi possível chegar a este agrupamento devido à limitada variação de pautas sobre os assuntos políticos locais e regionais.

Jornalismo, política e outras páginas

O jornalismo, a partir dos séculos XVIII e XIX, começou a se institucionalizar como uma das principais instâncias sociais que promove a intermediação dos leitores com o debate público. Ao documentar a realidade imediata, materializada através de suas manchetes, notícias e opiniões, o jornalismo incita homens e mulheres a refletir sobre o tempo presente, tempo da ação humana, onde grupos e cidadãos, por meio de consensos e conflitos, operam as mudanças sociais (FRANCISCATO, 2005, p. 33).

O jornalismo foi tomando corpo em razão de mudanças culturais e tecnológicas e, paulatinamente, a mensagem jornalística vai

1 Foram digitalizados 18 títulos de jornais, cujos exemplares foram doados à Universidade Federal do Maranhão pela comunidade. O endereço eletrônico é www.foimp.ufma.br
O trabalho foi organizado pela equipe do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória, do Curso de Jornalismo.

influenciar cada vez mais a cena política. Para Franciscato (2005, p. 33), “assim o jornalismo cria e passa a operar com diversos laços sociais, como a periodicidade, a simultaneidade, a identidade e a unidade entre leitores, aspectos vinculados a uma atividade social que se torna instituição”.

Ao atuar no campo simbólico, o jornalismo vai instaurar o tempo de produção, de circulação e de recepção dos referentes sobre o mundo. “Os meios noticiosos conferem notoriedade pública a determinadas ocorrências, ideias e temáticas, que representam discursivamente, democratizando o acesso às (representações das) mesmas e tornando habitual o seu consumo” (SOUSA, 2018, p. 8).

Portanto, para essa análise adotaremos a teoria construcionista, que compreende o processo de produção da notícia como resultado da conjugação das forças presentes na sociedade e que se inter-relacionam: sejam organizacionais, culturais, políticas, sociais e tecnológicas, portanto, históricas (SOUSA, 2018, p.6). Os jornalistas constroem referências sobre a realidade, colaborando para a transformação dessa mesma realidade, que se transmuta por meio da ação dos sujeitos instigados pelas temáticas de interesse público, apontadas nas notícias publicadas.

Conforme Sousa (2018), as notícias se constituem das ações profissionais, dos constrangimentos organizacionais, dos interesses ideológicos, das perspectivas culturais, dos meios físicos nos quais a produção noticiosa é veiculada e das relações sociais que configuram as relações de poder. Apreendemos então que o jornalismo se articula à movimentação da sociedade e, portanto, ao poder político, porque tematiza para a população e gera representações sobre o que os sujeitos e projetos dessa instância propõem ou fazem efetivamente.

Ainda nessa proposição o jornal, ente privado, como *O Progresso*, tem uma posição ativa, é agente de possíveis transformações

sociais, atua por meio das representações construídas quando elege um quadro explicativo dos principais acontecimentos da cidade de Imperatriz-MA, dos governos e seus dirigentes.

Constituindo agentes, práticas e valores intrínsecos, o jornalismo nasceu imbricado com a política, instância que organiza o cotidiano, a organização dos poderes, a vida em sociedade. Nessa perspectiva, as lutas políticas, que ordenam o jogo de forças nas sociedades, vão avançar sobre o jornalismo, que na sua dimensão simbólica constrói sentidos a envolver leitores e suas decisões na vida coletiva. O jornalismo é uma prática social que não se resume às suas tecnologias e técnicas de produção; na verdade, o fenômeno global do jornalismo está profundamente ligado ao contexto sócio-histórico, com o qual interage (ROMANCINO, LAGO, 2007, p. 12).

É a partir desse entendimento, da correlação entre o jornalismo e a política que analisaremos o processo de produção da notícia do jornal *O Progresso*, no primeiro ano de sua fundação. Elaboramos algumas questões que norteiam nossas reflexões: com quais forças sociais o jornal se aliou em seu nascedouro? Qual o projeto político que demarcou a ação do impresso enquanto agente em sua realidade?

Dessa forma, podemos refletir sobre a participação do jornal na estruturação de forças políticas que se entrelaçavam na cidade e que buscam domínio no começo dos anos 70 no Maranhão. Para tanto, trazemos a contribuição de Antônio Gramsci, crítico da ordem da capitalista, sobre o conceito de política: para ele política é a liberdade, a universalidade, a passagem do determinismo econômico para a liberdade política, quando a classe, por meio da atividade coletiva, se conscientiza de que é sujeito consciente da história, não se vê mais reduzida à dimensão econômica. Percebe seu potencial transformador da sociedade (COUTINHO, 2003, p. 71). Conforme Coutinho (2003, p. 70), todas as instituições sociais atuam poli-

ticamente, ao defenderem ideários, apontarem certos sentidos e não outros para a realidade ou proporem alternativas.

Outra análise que Gramsci faz e que nos ampara no estudo do jornalismo é a concepção de economia para além do sentido de campo de produção. A estrutura econômica é delimitada pelas relações sociais empreendidas e dominantes. A estrutura (poderes constituídos) e as superestruturas (práticas culturais, leis etc.) integram o bloco histórico, uma síntese complexa das superestruturas que compreende também as relações sociais de produção.

Ao nomear a realidade, através das notícias, o jornal opera na conformação de ideias sobre os acontecimentos e foca determinados interesses, favorecendo o domínio de um certo grupo, ao qual o periódico está vinculado. O processo de conquista da hegemonia, outro conceito gramsciano, lança luzes sobre como o impresso se movimentou para manter-se articulado com as classes que almejam o poder dominante. Em um cenário de ditadura militar e censura, o jornal *O Progresso* fez opções políticas para ter fôlego político e financeiro a fim de não fechar as portas ou evitar as pressões e constrangimentos no período do regime militar.

Moraes (2010, p. 55) afirma que a hegemonia se concretiza no consenso obtido por determinada classe ou conjunto de classes sobre outras, em certas conjunturas históricas, processo que não se resume a conquista viabilizada pela estrutura econômica e a força da violência. No entanto, abarca ainda a aceitação de crenças, condutas e de lideranças, em detrimento de outras visões de mundo e outros princípios. Essa mudança paulatina nas conjunturas políticas se acentua através do surgimento de outras opiniões, de normas morais e de percepções sobre a realidade social, movidas pelo entendimento da classe de que tem força política e liderança, atraindo para seus postulados outras forças e classes, para tanto é necessário um esforço

ideológico e cultural de conformar as adesões ao projeto pretendido (MORAES, 2010, p. 57).

Nas décadas de 60 e 70 do século passado, podemos apreender que os meios de comunicação atuavam em um cenário de disputa ideológica e luta pela hegemonia política. A ditadura militar também articulou seu domínio através do controle político e do cerceamento às liberdades, o que envolveu a atuação da imprensa.

É relevante frisar que a cidade de Imperatriz não estava distante dos projetos relacionados aos grupos dominantes naquela época. Foi uma cidade cortada pela BR 010 (Belém-Brasília), teve em seu entorno projetos econômicos de exploração mineral dos recursos naturais, como a Ferrovia Carajás, financiados pelo Governo Federal naquele período. Além disso, estava próxima da área da guerrilha do Araguaia, com atuação no Pará, Maranhão e Tocantins, cujos integrantes começaram a chegar no final dos anos 60 na região e sofreram pesada repressão.

As primeiras páginas de “O Progresso”

O mais antigo veículo impresso em circulação de Imperatriz foi fundado em 3 de maio de 1970 pelo empresário e tipógrafo José Matos Vieira e pelo advogado e jornalista Jurivê de Macedo. Conforme um de seus fundadores, o impresso “seria um veículo de formação e opinião que ainda mais contribuiria para o franco desenvolvimento da região” (VIEIRA, 2008, p. 117).

O jornal nasceu num contexto de crescimento urbano e populacional, motivado principalmente pelos ares desenvolvimentistas após a abertura da rodovia Belém-Brasília. É respirando esses mesmos ares que o impresso, que toma em seu nome a palavra “progres-

so”, aparece e se apresenta para a crescente população imperatrizense da década de 70.

Chegamos até aqui que não é ainda a nossa meta. É nossa aspiração fazer deste noticioso um instrumento a serviço da coletividade de que somos parte. E que através de “O PROGRESSO” possa a voz de Imperatriz fazer-se sentir em outros rincões, levando até eles a demonstração da pujança desta terra querida que dia a dia desperta para novos rumos e novos empreendimentos, estuante de vida, marco de transição entre o marasmo que ficou sufocado pelas máquinas que rasgaram a Belém-Brasília e os horizontes que se descorrinaram ante os olhos de uma geração que surge (O PROGRESSO, 03 de Maio de 1970, nº 01, p.01).

Mas o impresso não nasceu apenas em tempos de bons ventos, a sua fundação deu-se no período de auge da ditadura militar brasileira e esteve sujeito aos mesmos atos de censura do cenário nacional que a obra de Marconi (1980), *A censura política na imprensa brasileira 1968-1978*, caracteriza como uma época assombrosa para os profissionais da comunicação.

Na imprensa imperatrizense, as atitudes de indiferença do jornal diante da guerrilha do Araguaia, por exemplo, demonstram o cenário de medo perante as ameaças de prisão e tortura e até mesmo o risco de fechamento do veículo por se opor às imposições dos militares.

Preferiu se omitir, a informar o que acontecia. No governo mais duro e cruel do período militar nasce o jornal. Os seus primeiros funcionários sabiam das atitudes da censura no cenário nacional e trouxeram para Imperatriz novos traços de medo, de quem lida com o conteúdo noticioso (GEHLEN; GUIMARÃES, 2017, p. 170).

Em seus primeiros anos de atuação, *O Progresso*, inicialmente semanal, com publicação aos domingos, realizou suas coberturas

jornalísticas e atuou como veículo de comunicação local cercado por cenários nacional e regional de intensos conflitos na esfera política que nortearam as escolhas para sua narrativa jornalística. O impresso continha apenas quatro páginas, sem a devida organização das matérias por editoriais. As seções fixas eram o editorial “Nossa Opinião” e o “Desfile Social”.

Cinco anos após sua fundação, em outubro de 1975, o jornal é vendido por José Matos Vieira para o ex-promotor de Justiça de Imperatriz e empresário Sérgio Antônio Nahuz Godinho. Nesta gestão, o impresso passou a ter uma circulação diária – das terças aos domingos – e ser composto por 12 páginas. Jurivê de Macedo continuou na administração do impresso agora ao lado do advogado Agostinho Noleto. Ainda nessa mesma década, em 1978, o jornal é outra vez vendido. Por questões financeiras ele passa a ter como proprietário o empresário e advogado Sérgio Godinho e é atualmente de posse desta família.

Contexto político

Cabe uma breve explicação sobre o contexto político e socioeconômico vivenciado por Imperatriz em 1970. A cidade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), tinha nesse ano uma população de 80.827 habitantes. O município experimenta até então seu maior crescimento populacional e econômico, impulsionado pelo ciclo da exploração da madeira na região. Segundo Franklin (2008), a cidade sofria com dois graves problemas: a inobservância da finitude das florestas nativas, devastadas sem reposição das áreas desmatadas; e a deficiência na infraestrutura, pelo fato do município não dispor à época de parque gerador de energia elétrica suficiente para a demanda de consumo, o que ocasionava longas

interrupções no fornecimento de energia, paralisando fábricas e a própria cidade. De acordo com o historiador, empresários e a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz teciam fortes críticas aos governos do Estado e Federal e também aos políticos locais pela ocorrência desses problemas. “A sobrevivência econômica do município estava em jogo; algumas indústrias já ameaçavam abandonar Imperatriz e se instalar noutras localidades” (FRANKLIN, 2008 p. 144).

O prefeito de Imperatriz era Renato Cortez Moreira, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), considerado um partido de oposição na ditadura militar. No âmbito estadual, José Sarney² – filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - foi governador do Maranhão até a segunda quinzena do mês de maio de 1970. O político deixou o cargo vislumbrando uma vaga no Senado Federal nas eleições do referido ano. Após a vacância no Palácio dos Leões, assumiu o então vice-governador, o médico Antônio Dino, que governou o estado por menos de um ano.

No Brasil, estava em vigor o AI-5, Ato Institucional Nº 5, que se sobrepunha à Constituição de 1967, bem como às constituições estaduais, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais. Nesse período, apenas dois partidos participavam dos pleitos eleitorais: ARENA e MDB. O bipartidarismo foi criado pela ditadura militar através do Ato Institucional Nº 2. As eleições para Presidente da República e governador passaram a ser indiretas, definidas pelos colégios eleitorais de

2 Filiado ao Partido Social Democrático (PSD), Sarney iniciou na política como candidato a deputado federal, sendo eleito por três mandatos: entre 1956-1959, 1959-1963 e 1963-1965. Migrou para a União Democrática Nacional (UDN) por volta de 1958. Em 1964 posicionou-se contra o golpe militar, porém um ano depois, ingressou na ARENA e com o apoio dos militares foi eleito governador do Maranhão, exercendo o mandato entre 1965 e 1970. Foi eleito senador pelo Maranhão por dois mandatos entre 1971-1979 e 1979-1988.

cada competência (o Presidente era escolhido por um Colégio Eleitoral constituído por todo o Congresso Nacional e os governadores pelas Assembleias Estaduais). Contudo, ressalta-se que os governadores eram indicados pelo próprio Presidente da República, antes de serem submetidos à votação entre os deputados estaduais. Assim, o resultado das eleições não fugia do controle dos militares. Em 1970, o presidente Emílio Garrastazu Médici indicou ao governo do Maranhão o médico e político Pedro Neiva de Santana. Ele foi eleito por unanimidade na Assembleia Legislativa com 39 votos. Abaixo, os quadros mostram como a política estava organizada na época.

Tabela 1: Representação política no executivo

Presidente da República	Partido	Vice-presidente da República	Partido
Emílio Garrastazu Médici	ARENA	Augusto Rademaker	ARENA
Governador	Partido	Vice-governador	Partido
José Sarney (até maio/1970)	ARENA	Antônio Dino	ARENA
Antônio Dino (interino)	ARENA		
Pedro Neiva de Santana (eleito)	ARENA	Colares Moreira (eleito)	ARENA
Prefeito de Imperatriz	Partido	Vice-prefeito de Imperatriz	Partido
Renato Cortez Moreira	MDB	Dorgival Pinheiro de Sousa	MDB

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 2: Representação política no legislativo

Senadores	Partido
Victorino Freire	ARENA
Sebastião Archer	ARENA
Clodomir Millet	ARENA
Deputados Federais do Maranhão (1966-1970)	Nº de parlamentares
ARENA	13 deputados
MDB	03 deputados
Deputados Estaduais do Maranhão (1966-1970)	Nº de parlamentares
ARENA	30 deputados
MDB	09 deputados
Presidente da Câmara Municipal	Partido
Wenceslau Brito	ARENA

Fonte: Elaborado pelos autores

Como se observa, a ARENA detinha maior capital político, tendo significativa representação em várias instâncias do poder. Em Imperatriz, cabia ao prefeito Renato Cortez Moreira, na condição de membro de uma força política de oposição, a capacidade de promover diálogos com situacionistas estaduais e federais para emplacar suas ações de governo, em meio a tantas demandas que emergiam.

Passos metodológicos

Com o propósito de cumprir os objetivos desta pesquisa, optou-se pela análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Foram pesquisadas matérias cujas abordagens tratam dos acontecimentos políticos nos âmbitos local e regional, com recorte temporal de 03 de março a 27 de dezembro de 1970, compreendendo o primeiro ano de atividades do jornal *O Progresso*. Ao total, foram 33 edições publicadas neste período.

Através da análise de conteúdo foi possível mapear e classificar os textos relacionados ao problema levantado pela pesquisa. Ao fazer uso da análise de desta metodologia, conforme Bardin (1977), pretende-se obter, além de dados quantitativos, interpretações sobre as características que nortearam a produção noticiosa do impresso. O interesse da análise de conteúdo “não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a «outras coisas»” (BARDIN, 1977, p. 38).

O corpus verificado nos oito primeiros meses do impresso compreende 157 textos, entre os formatos nota, notícia e editorial. Para compreender quais temas e personagens se sobressaíram na cobertura dos eventos, a análise se divide em duas categorias: 1) Temas; e 2) Atores políticos. A primeira categoria trata das principais abordagens levantadas pelo jornal, dentro da editoria política. A segunda elenca as personalidades do meio que se sobressaíram frente a uma gama de acontecimentos que também foram pautados.

O primeiro ano: a política na cobertura jornalística de O Progresso

Sem tantas variações de pautas, os temas levantados pelo *O Progresso* basicamente se dividem em três categorias: Eleições 1970; Obras e ações da Prefeitura e Governo do Estado. Estas temáticas representam 71% dos assuntos destacados pela cobertura política da época, desconsiderando a cobertura política nacional.

A categoria **Eleições 1970** se destaca pelo volume de textos, em relação aos outros dois subtemas. Foram 81 matérias que se voltaram para o termômetro político local e do Maranhão. O ano era decisivo para a definição dos governos estaduais e legislaturas. O jornal buscou acompanhar a costura nos bastidores e trouxe os mais variados cenários que se desenhavam ao longo da corrida eleitoral.

Figura 1 - Capas do jornal *O Progresso* em 1970.



o progresso
 Diário de Notícias - Maranhão - 1970

Eleito o Governador do Estado

POLÍTICA

Prefeito presente à eleição do novo governador



Notícias de Marabá

COBERTURA

"Integração Educacional"

"Circo Romano"

"Hete loco espetáculo"

BR 14 — ASFALTO

Para os nossos problemas, as nossas soluções. Elejamos candidatos da região

vimentação política de um evento eleitoral que ocorreria apenas no mês de novembro. Bastidores e especulações sobre possíveis candidaturas de lideranças da região e do estado ganham destaque nas capas do impresso, sendo um recurso utilizado no primeiro bimestre de atividades do impresso para gerar repercussão. As eleições do referido ano definiriam os cargos de vereadores, deputados estaduais e federais, senadores da república e governadores dos estados.

Na cobertura da campanha, curiosamente, não se evidencia o andamento do processo político em torno da futura legislatura da

Câmara Municipal. As atenções do veículo se voltam às constantes visitas ao município dos candidatos que almejavam cargos na Assembleia Legislativa do Maranhão e no Congresso Nacional. Havia uma preocupação do jornal em divulgar candidaturas que representassem a Região Tocantina nessas casas legislativas. O impresso lançou editoriais que expunham tal pensamento. A ideia era estimular os leitores a votar em candidatos de ou próximos a Imperatriz, argumentando que a cidade teria representante ativo às necessidades locais, não sumindo de cena após o pleito.

Esta iniciativa do jornal vai ao encontro de que defende Coutinho (2003) quando explica que todas as esferas do ser social são atravessadas pela política. Como também uma instituição que reivindica espaço no campo da defesa das ideias, a organização jornalística propõe uma alternativa política, visando produzir impactos ou sentidos na realidade do município.

Outra atenção do veículo foi de tornar público as crises internas no sistema bipartidário que vigorava. Na ARENA maranhense, por exemplo, não havia unidade quanto aos projetos políticos, havendo duas grandes forças internas que concorriam entre si para determinar candidaturas e os caminhos que a corrida eleitoral teria de seguir. De aliados a ferrenhos opositores, José Sarney e Vitorino Freire³ travaram disputas sobre a presidência do Diretório Estadual do partido e sobre quem detinha mais influência com o Presidente da República. Em jogo, a candidatura de Sarney ao Senado e a indicação do nome do novo governador do Maranhão.

3 Vitorino de Brito Freire (1908-1977) foi um servidor público, jornalista e político brasileiro que representou o Maranhão no Congresso Nacional como deputado federal (1946-1947) e senador (1947-1971). Através de alianças, seu grupo político comandou o Maranhão por duas décadas. A Oligarquia Vitorinista chegou ao fim com a eleição de José Sarney ao governo do estado (1965). De aliado, Sarney passou a ser o principal opositor político de Vitorino.

Articulado com deputados e prefeitos, Sarney assume o comando do diretório estadual da ARENA, emplaca a própria candidatura ao Senado e participa da definição do nome de Pedro Neiva de Santana para eleição indireta na Assembleia Legislativa ao executivo estadual. Sarney esvazia a ala política de Vitorino e se consolida como habilidoso ator político no estado. O embate é narrado pelo *O Progresso* com base em informações já publicadas por outros impressos de abrangência nacional e estadual, como o jornal *O Globo* e o *Jornal Pequeno*.

Nas agremiações partidárias de Imperatriz também foram registrados conflitos. Na ARENA, o presidente da Câmara Municipal, Wenceslau Brito, foi barrado pelo diretório local de registrar candidatura para reeleição ao cargo de vereador, sob acusação de infidelidade partidária. O mesmo problema ocorreu no MDB, quando importantes lideranças do partido insistiam em declarar apoios a candidatos filiados à ARENA. O próprio vice-prefeito, Dorgival Piniheiro de Sousa (MDB), se envolveu no impasse ao se aproximar do candidato a deputado federal João Castelo (ARENA). Os conflitos partidários somam 22 matérias ao longo do período eleitoral.

Foram ainda verificadas 14 matérias que tratavam da futura gestão do médico Pedro Neiva de Santana, que teria início no ano de 1971. Há um esforço do jornal em narrar as demandas e necessidades de Imperatriz, a fim de chamar a atenção do novo gestor.

Por fim, o jornal realizou uma cobertura tímida sobre os resultados da votação. Excepcionalmente no domingo pós-eleição, o impresso deixou de circular devido à ausência da cidade de Jurivê de Macedo, redator-chefe. Além de jornalista, Jurivê era advogado, filiado ao MDB e participava das juntas apuradoras da Justiça Eleitoral na região. Essa ligação partidária impediu a circulação do impresso na semana seguinte, pós-eleição, como justificou o veículo na

edição de 15 de novembro de 1970. O jornal, portanto, expõe e documenta seus laços com os partidos políticos locais, um indício que ajuda a compreender os direcionamentos das abordagens políticas.

Essa questão fica mais evidente quando se percebe a atenção dada as **obras e ações da prefeitura municipal**. São 24 textos que noticiaram leis, projetos, benfeitorias e demandas do executivo, sendo esta outra categoria de análise. Percebe-se que a visão de cidade e de progresso da gestão municipal é a mesma defendida em editorias pelo impresso. Para tornar clara esta categoria, uma grande bandeira política do prefeito Renato Cortez Moreira, por exemplo, dizia respeito à implantação da rede de energia elétrica na cidade. O assunto foi pautado em todos os encontros do prefeito com autoridades das esferas estadual e federal, ganhando destaque de capa. Um terceiro grupo de matérias referiam-se ao **Governo do Estado** em exercício no ano de 1970. Foram encontrados 07 textos que tratam sobre os últimos dias do governador Sarney e a transição para o governo interino de Antônio Dino.

Atores políticos

Levou-se em consideração os registros sobre os personagens, quando apresentados como figura central da narrativa jornalística. Os números apresentados são referentes aos 157 textos verificados na cobertura política, através do recorte da pesquisa. Observa-se que a notoriedade das personalidades é uma característica marcante na cobertura. Percebe-se que os cinco nomes com maior frequência nas entradas de matérias são figuras que detinham grande força no jogo político de Imperatriz ou do Maranhão.

Tabela 3. Atores que mais aparecem na cobertura política

Ator	Posição no jogo político	Nº de textos
Renato Cortez Moreira	Prefeito de Imperatriz (MDB)	22
José Sarney	Ex-governador e candidato ao Senado (ARENA)	19
Pedro Neiva de Santana	Futuro governador do Maranhão (ARENA)	14
Antônio Dino	Governador interino (ARENA)	8
Vitorino Freire	Senador do Maranhão (ARENA)	6
Wenceslau Brito	Presidente da Câmara Municipal (ARENA)	6
Epitácio Cafeteira	Candidato ao Senado (MDB)	5
Augusto Rademaker	Vice-Presidente da República (ARENA)	4
João Castelo	Candidato a deputado federal (ARENA)	4
José Burnett	Deputado federal e candidato à reeleição (MDB)	4

Fonte: Elaborado pelos autores

Estes resultados comprovam a categoria anterior, que tratou sobre os temas abordados. Ocupando posição de destaque, o prefeito Renato Cortez Moreira é quem mais aparece no grupo. O jornal já em sua primeira edição traz na capa um resumo das ações e projetos da gestão municipal, mantendo esse tipo de cobertura no decorrer de 1970. Também através das notícias, percebe-se que a agenda do

prefeito, sobretudo as viagens oficiais, mereciam ser informadas. Os assuntos ligados ao prefeito eram sempre relacionados a benefícios para Imperatriz, com abordagens positivas. Em nenhum momento o jornal contesta ou levanta debate sobre atos de Renato Moreira, como gestor público.

Por fim, vale destacar a presença de Sarney nas publicações. Os números apontados refletem o sucesso das articulações que o político empreendia na época. No início da década de 1970, Sarney, dentre os políticos maranhenses, era o que mais ganhava apoios no estado e inclusive a simpatia dos militares e do Presidente da República. Pela influência e a habilidade política e comunicativa que dispunha, Sarney se projetou nacionalmente, tornando-se figura relevante na cobertura noticiosa.

Considerações finais

O jornal *O Progresso*, através de suas manchetes, notícias e reportagens, traz referências para que possamos apreender a movimentação política em 1970 nas eleições estaduais. Há uma intensidade na cobertura sobre as disputas na Assembleia Legislativa, mas pouco destaque para a renovação na Câmara Municipal. Analisamos a atuação do jornal a partir das disputas de classes pela hegemonia política, compreendida através das contribuições de Antonio Gramsci. Outra perspectiva teórica para desnudar o trabalho do jornal é a teoria construcionista, a apontar o jornalismo como resultado das conjunturas históricas.

Um dos destaques é José Sarney, que costura sua ida para o senado federal, após o mandato de governador. Ele assume o comando do diretório da ARENA, consolida a sua própria candidatura e participa da definição do nome de Pedro Neiva de Santana para eleição

indireta na Assembleia Legislativa ao executivo estadual. Sarney, então governador do Estado, dominará a ala política de Vitorino Freire, seu antigo aliado. As matérias analisadas apontam os embates, porque o material jornalístico atenta que foram registrados conflitos.

São destaque também os temas o governo estadual interino de Antônio Dino, e a definição da gestão estadual de 1971-1975. Na primeira categoria, foram encontrados 07 textos que se referem à continuidade das ações que já vinham sendo implementadas pelo governo Sarney. Já na segunda, foram verificadas 14 matérias que tratavam da nova administração estadual.

Nota-se que cinco nomes com maior frequência nas entradas de matérias são figuras que detinham grande força no jogo político de Imperatriz ou do Maranhão. No entanto, a cobertura do jornal silencia sobre os resultados da votação, sobre a qual dá pouco espaço. Por outro lado, acenando sua posição nos embates, ressalva nas matérias as obras e ações da prefeitura municipal, lideradas pelo prefeito Renato Cortez Moreira (MDB).

O periódico sinaliza apoio ao MDB, mas acena, pelos enquadramentos de sua cobertura política, para as disputas da ARENA, num jogo para não perder apoio nos partidos que lutam pelos domínios políticos local, estadual e nacional. Ao documentar aspectos da realidade, a folha impressa delinea sua posição frente às forças que vão definindo o destino do país através das alianças e das acomodações.

Referências

ASSUNÇÃO, Thays Silva. **História da Imprensa em Imperatriz – MA: 1930– 2010**, São Luís, EDUFMA, 2018.

ASSUNÇÃO, Thays, PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Jornalismo em**

Imperatriz - MA: os jornais impressos em tempo de mudança (1970-1989). In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA MÍDIA. v.1, n.2, julho-dez. 2012. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4028>. Acesso em 10 de julho de 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed.70, 1977.

COUTINHO, Carlos Nelson. O conceito de política nos cadernos do Cárcere. In: COUTINHO, Carlos Nelson e Andréa de Paula Teixeira. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere:** os intelectuais, o princípio educativo e o Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente:** como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju; Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

FRANKILIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

GEHLEN, Marco Antônio; GUIMARÃES, Alanna Ferreira. Ditadura, censura, resistência e desafios do jornal O Progresso de 1970 a 1985. In: **Jornalismo, mídia e sociedade:** as experiências na região Tocantina. Org. Nayane Cristina Rodrigues de Brito; Rodrigo Nascimento Reis; Roseane Arcanjo Pinheiro; Thays Assunção Reis. Imperatriz: EDUFMA, 2017.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira 1968-1978**. São Paulo, Global, 1980.

MORAES, Dênis. Comunicação, Hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. In: **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, no 1, jan-jun, 2010.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Claudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. A notícia e seus efeitos. In: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>. Acesso em 30 de junho de 2018.

VIEIRA, José Matos. **Lutas, fracassos e vitórias**. Imperatriz: Editora Ética, 2008.

UMA FONTE INESGOTÁVEL DE CONTEÚDO: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O JORNAL O PROGRESSO E A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA DE IMPERATRIZ

SARA CRISTINA DA SILVA RIBEIRO

Introdução

A comunicação na administração pública pode ser vista como fundamental e estratégica na atualidade. Para Kunsch (2013), a sociedade, agora, demonstra mais interesse em acompanhar a forma como a gestão pública procede. Por conta disso, as assessorias de comunicação passaram a ser necessárias e garantiram o estreitamento das relações entre o poder público e a imprensa, ao passo que também interagem com o cidadão a partir das ações de relevância social.

Diante disso, não seria diferente com a Prefeitura municipal de Imperatriz (PMI) que mantém uma assessoria de comunicação (As-com) estruturada, com equipe de 25 pessoas, entre assessor chefe de comunicação, jornalistas, fotógrafos, editores, programadores e outras funções, para atender às demandas de comunicação social da cidade.

Com isso, desenvolve ações específicas do trabalho de assessoria, sendo que a principal atividade é a produção de notícia tanto para o portal online quanto para o envio de *releases*. São estes últimos que compõem o *corpus* de análise do presente trabalho, mais especificamente aqueles enviados e utilizados pelo jornal impresso *O Progresso*.

Por meio da análise de conteúdo dos *releases* produzidos pela Assessoria de Comunicação da gestão municipal e publicados pelo *O Progresso* serão identificados os critérios de noticiabilidade, as temáticas, o índice de publicações obtidas e outras características que irão indicar se há ou não dependência do jornal em relação ao material enviado pela assessoria. Ao todo são analisados 118 *releases* que foram enviados ao jornal entre os dias 19 do mês de abril a 19 de maio de 2017.

O texto se apresenta da seguinte forma: discute as características da notícia, onde serão apresentados e debatidos os conceitos de valor-notícia; as relações de comunicação pública, assessoria de imprensa e práticas jornalísticas no processo de dependência entre as duas instituições. Em sequência, destacam-se os resultados da análise sobre as publicações dos *releases* no jornal *O Progresso* – o que foi ou não publicado –, as características da publicação, a localização das publicações no jornal, as principais temáticas e os valores-notícia encontrados nos *releases*.

OS COMPONENTES DA PRODUÇÃO DA NOTÍCIA

É perceptível que na contemporaneidade, com o auxílio das novas tecnologias, das redes sociais e mídias instantâneas, a informação torna-se cada dia mais importante e chega com mais rapidez à população. Sendo assim, Soares (2007) destaca que em um mundo onde tudo acontece ao mesmo tempo, nasce o principal fundamento do jornalismo que é “escolher quais os acontecimentos do dia, da hora, do minuto que serão noticiados para o grande público” (SOARES, 2007, p.13).

Há várias questões que auxiliam na produção da notícia, dentre elas a noticiabilidade e os valores-notícia. A produção da notícia

nas organizações governamentais está mais profissionalizada, pois o que antes ficava a cargo de servidores do órgão, atualmente é direcionado aos profissionais de comunicação, seja na condição de servidor ou de empresas licitadas. Com essa prática os quesitos relacionados à notícia tendem a ser mais bem explorados. Os valores-notícia utilizados nos fatos publicizados pela Prefeitura saem de acordo com a visão do profissional que tem domínio dos valores-notícia. Este fato será comprovado na análise ao identificarmos os valores-notícia dos *releases* produzidos pela assessoria de imprensa da prefeitura de Imperatriz e publicados no jornal *O Progresso*.

Como já foi exposto, o jornalista tem sua própria definição do que, de fato, é notícia. A *expertise* do profissional o credibiliza para realizar essas distinções, pois existem situações em que somente o jornalista consegue definir o acontecimento e direcionar a maneira como será percebido pelo outro. Mas sempre utilizando os valores-notícia, tendo em vista que fazem parte do processo da produção jornalística.

Outros fatores também são levados em consideração no ato de noticiabilidade. Um deles é o que seria a rede de contatos do jornalista, também chamados de fontes, e as rotinas de trabalho, que também causam interferência nos conceitos de valores-notícia de seleção. A percepção do acontecimento pode ser afetada diante dessa relação. A política editorial também é outro fator que precisa ser considerado. Traquina (2015) relata o seguinte:

A política editorial influencia a disposição dos recursos da organização e a própria existência de espaços específicos dentro de um produto jornalístico através da sua própria política de suplementos e sobretudo de rubricas. A criação de espaços regulares de suplementos e rubricas/seções, tem consequências diretas sobre o produto jornalístico de uma empresa porque a existência de espaços

específicos sobre certos assuntos ou temas estimula mais notícias sobre esses assuntos ou temas, porque tais espaços precisam ser preenchidos (TRAQUINA, 2005, p.93).

Sendo assim, as práticas organizativas também precisam ser levadas em consideração nesse estudo da produção de notícia, de valor-notícia e critério de noticiabilidade. Ou seja, o campo dos valores-notícia é bem amplo, com imensas possibilidades, que serão determinadas de forma distinta. Além disso, a notícia produzida pela assessoria de imprensa da Prefeitura de Imperatriz, conforme veremos na análise, tende a garantir a visibilidade e o agendamento na mídia das ações governamentais que são desenvolvidas diariamente.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA, ASSESSORIA DE IMPRENSA E JORNALISMO

A comunicação, há muito, tornou-se indispensável para todos os segmentos sociais. E não seria diferente com as organizações que aqui destacamos, a pública, por ser foco desse artigo a partir da assessoria de imprensa.

Assim, a comunicação pública é um conceito que tem origem na noção de comunicação governamental, pois:

[...] ela é instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico, social, em suma, provoca o debate público (BRANDÃO, 2012, p. 5).

O conceito de comunicação pública surgiu quando se percebeu que a comunicação supriria necessidades do mundo contemporâneo, onde as camadas sociais passaram a ser mais organizadas e in-

formadas até mesmo pelas funções do jornalismo, em garantir uma resposta à sociedade, no sentido de dar satisfação sobre temáticas de interesse público que afetam a coletividade. Assim, a comunicação pública trata de:

Compartilhamento, negociação, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva. A Comunicação Pública ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo (DUARTE, 2010, p. 8).

A comunicação pública tem como grande aliada as assessorias de imprensa, uma vez que é de grande utilidade para os governos. Brandão (2012) comenta que a comunicação é uma forma legítima de prestar conta das ações governamentais, no auxílio da formação da opinião e, sobretudo, de fazer chegar ao conhecimento da sociedade em geral os projetos, ações, atividades e políticas que são de interesse público.

A comunicação facilita a relação dos governos com seus diversos públicos, pois socializa suas ações, que em sua maioria são de interesse público. Além disso, informar garante um direito constitucional, pois o acesso a informação é um direito absoluto de todo o cidadão. Por esse motivo, os governantes precisam enxergar a comunicação como primordial na construção da cidadania e ao direito à informação, assim como observa Torquato (2002, p. 122):

A comunicação deve ser entendida como um dever da administração pública e um direito dos usuários e consumidores dos serviços. Sonegar tal dever e negar esse direito um grave erro das entidades públicas. Os comunicadores precisam internalizar esse conceito, na crença de que a base da cidadania se assenta também no direito à informação.

A comunicação promovida pelos governos, em um olhar mais amplo, encontra nas assessorias de imprensa funcionalidade, com papel importante para a construção de todo seu material simbólico e reproduzido pela mídia, que também produz e transmite capital simbólico. “O poder simbólico por sua vez, refere-se à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças e outros e também de criar acontecimentos mediante a produção e a transmissão de formas simbólicas” (LIMA, 2006, p.12).

É nas assessorias de imprensa que os meios de comunicação e o jornalismo de redação encontrarão sua fonte oficial. Desse modo, de acordo com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), em seu manual de assessoria de comunicação, a assessoria de imprensa é um “serviço prestado a instituições públicas e privadas, que se concentra no envio frequente de informações jornalísticas, dessas organizações, para os veículos de comunicação em geral” (FENAJ, 2007, p.7).

Ou seja, as assessorias sempre serão importantes, tendo em vista seu papel de fonte principal e oficial dos meios de comunicação, em relação à comunicação pública. O enfoque e o agendamento da mídia partirão da fonte oficial, nesse caso, os governos. Se antes se pensava que os serviços de assessoria seriam uma discordância ao campo jornalístico, passou-se a vê-los como aliados. Isso demonstra que as assessorias obtiveram seu espaço de forma que agora podem ser consideradas como facilitadoras da própria atividade jornalística. Assim destacam Carvalho e Viveiros (2007, p. 45):

As assessorias de imprensa, internas ou terceirizadas, devem ser verdadeiras produtoras de notícias, de artigos, de fundo capazes de promover a reflexão sobre as questões nacionais e mundiais, além de pautas que possam contribuir para a missão de informar. Missão essa importante e bem-vinda, pois os veículos de comunicação e agências de notícia, por maiores que sejam, não podem mobilizar

um repórter em cada empresa, organização ou instituição que tenham informações de interesse da comunidade.

Nesse sentido, as práticas das assessorias de imprensa, no caso da PMI, se assemelham às redações jornalísticas, no sentido de produção da notícia, dos profissionais, da busca por pautas, porém sempre com teor positivo. Outra prática importante é pautar a grande mídia, pois o trabalho perde o sentido sem esse desdobramento. E para tanto, a partir do pensamento de Alves (2014), a melhor forma dos órgãos públicos de adquirirem espaço na imprensa para divulgação dos seus feitos é através do *release*. Vejamos o que é *release* para Mafei (2004, p.45):

É o símbolo por excelência da assessoria de imprensa. Criado por Ivy Lee, o “pai” das relações públicas e da assessoria de imprensa, significa “informação liberada para a imprensa”. O primeiro parágrafo do *press release* deve concentrar as informações que você publicaria, caso estivesse no lugar do repórter ou editor. Pense em você do outro lado do balcão, com a missão de redigir ou veicular um texto. Pense no que é notícia, no que é novo, no que é de interesse de um maior número de leitores.

Sobre o *release*, Ribeiro (2014) destaca-o como peça-chave das práticas da assessoria de imprensa. Isso quer dizer que o *release* é um texto jornalístico, contendo informações concisas das ações desenvolvidas pela instituição ou cliente assessorado, a fim de serem utilizadas nas redações jornalísticas como material de divulgação. Com o passar do tempo, o *release* passou a ser publicado pelos jornais na íntegra e as “assessorias perceberam que textos enviados nos padrões jornalísticos, possuíam maior probabilidade de serem publicados. Mais que isso, poderiam ser divulgados exatamente como enviados, ou seja, do ponto de vista de seus autores” (ALVES, 2014, p.3).

Pelo exposto, e por entender que o *release* é uma prática jornalística e funcional para as assessorias de imprensa, sobretudo, da PMI, se fez importante na análise desse estudo. Assim, no próximo tópico iremos abordar os métodos utilizados para construção desse trabalho.

METODOLOGIA

A análise deste trabalho é de natureza quantitativa, aliada à análise de conteúdo dos *releases* enviados ao Jornal *O Progresso* pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Imperatriz e que, posteriormente, foram publicados. O objetivo do trabalho é identificar como o jornal de maior circulação na cidade se utiliza dos *releases* recebidos da prefeitura.

Para esta análise foram destacados os *releases* enviados pela Assom comparados ao material publicado na edição diária pelo Jornal *O Progresso*. Pela quantidade de conteúdo foi necessário fazer um recorte observando somente 30 dias de jornal, de 20 de abril a 20 de maio, o que já totalizou uma quantidade de 118 *releases*. Para compor a análise de dados, foram observadas diversas características dos *releases* enviados, as quais são elencadas: Publicação; Data de publicação; Editoria; Publicação na íntegra; Matéria produzida; Matéria editada; Capa; Créditos; Evento; Tema e Valores-notícia.

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS RELEASES DA PMI PELO JORNAL O PROGRESSO

É evidente que o papel da assessoria de imprensa, antes de qualquer coisa, é informar o público sobre as ações que são de in-

teresse da coletividade. Como veremos no desenrolar dessa análise, muito do que pauta o Jornal *O Progresso* sai da assessoria da PMI. Essa afirmação é corroborada por esta análise, pois dentro do período pesquisado ao todo foram 118 *releases*, o que é um número importante, que resulta numa média diária de 5,3%, pois variam de 6 a 5 enviados diariamente à imprensa. Destacam-se os *releases* no formato de matérias, pois é enviado o material completo, além de ser como os profissionais dessa assessoria o classificam.

Portanto, identificamos que para a rotina da assessoria o *release* ainda tem uma grande relevância, pois as práticas produtivas, em sua maioria, são voltadas para pautar a imprensa com essa ferramenta. Assim, o *release, corpus* dessa análise, tem forte influência e importância para as rotinas produtivas nas assessorias, que não se limita somente ao papel de produção, distribuição de *releases*, sugestão de pauta, nota, “mas agrega outros procedimentos como a elaboração de políticas de comunicação e planos de divulgação, gestão das relações das fontes com a mídia, administração de crise, manutenção de salas de imprensa on-line etc.” (SCHMITZ, 2011, p.36).

Segue tabela com os dados sumarizados:

Tabela 1: Quantidade de *releases* enviados e publicados

Período	20/04/2017	20/05/2017	30 dias
<i>Releases</i> enviados por dia	6 por dia	12 dias	75%
	5 por dia	9 dias	25%
Total de <i>releases</i> enviados	118	87 publicados	73,72%

Fonte: autora (2017)

Percebe-se que o aproveitamento do jornal *O Progresso* do material recebido é bem alto. Em um universo de 118 *releases*, 87 são publicados, o que representa 73,27%. Com isso, nota-se a ampla dependência do jornal em relação à assessoria, tendo em vista que grande parte do conteúdo recebido é publicado. Não há como negar que na atualidade as assessorias de imprensa estão bem difundidas e que grande parte do que vira notícia nos jornais, segundo Chinem (2003, p.16), é de origem das assessorias de imprensa, com indicativo de mais de 50% no estado de São Paulo.

Contudo, destacamos também outras características que precisam ser levadas em consideração quando o *release* é utilizado. Assim, destacamos a data da publicação, a reprodução e outras características identificadas na tabela que segue:

Tabela 2: Características da publicação do *release*

Características	Sim	Não
Releases publicados	73,72% (87)	26,27% (31)
Publicados na data	91,95% (80)	8,05% (7)
Release editado pelo jornal	4,59% (4)	95,41% (83)
Release produzido	1,14% (1)	98,85% (86)
Matérias de eventos	76% (66)	24% (21)
Créditos	98,83% (85)	1,16% (1)
Capa	20,68% (18)	79,31% (69)

Fonte: autora (2017)

Nota: Para a obtenção desses valores foi utilizado como base a quantidade de matérias publicadas que foram 87.

Dos *releases* enviados contabilizamos que 91,95% estão sendo publicados como o esperado e que somente cerca de 8% das matérias são publicizadas em outras datas, seja no decorrer da semana ou final da semana. Essa informação demonstra, ainda mais, a dependência do jornal que poderia não ter condições de “fechar” a página sem este material.

Outra questão importante é a edição feita a este material. Assim sabe-se se houve uma produção de pauta efetiva por parte do jornal ou mera cópia do material enviado. Este é um item que nos chama a atenção, pois somente 4,59% do conteúdo recebido, equivalente a quatro matérias, passaram por alguma edição no jornal. Mas, só nos casos realmente necessários, como por exemplo, das matérias frias veiculadas durante a semana, onde se mudam o tempo verbal no título, se for o caso, e as datas. Esta característica reforçou, pela terceira vez, a grande dependência do jornal em relação a assessoria de imprensa da PMI no sentido de conferir que os *releases* são publicados na íntegra conforme recebimento.

Nessa análise constatamos os *releases* sendo publicados na íntegra, compondo as páginas do jornal e não servindo apenas como pauta aos jornais. Esse contexto é considerado positivo para a prefeitura, pois saem exatamente com o enfoque pensado pela assessoria. Ou seja, o direcionamento dado pelo assessor tal, como gostaria que o grande público percebesse aquela ação, foi mantida. Desse modo, concluímos nesse item, uma dupla dependência do jornal: além da dependência do recebimento dos *releases*, há também a dependência de conteúdo literal que expressivamente contribuem para o preenchimento das páginas.

No que diz respeito aos *releases* que realmente pautaram o jornal – sendo modificados amplamente e produzidos pelas redações – houve apenas um. Neste item foi levado em consideração tudo

aquilo que foi percebido como a participação do jornalista de redação no *release*. Diante dessa definição foi identificado somente um texto com essas características. Nele, as alterações foram visíveis no título, na linha fina, no lead e em retiradas de parágrafos. É diferente do *release* editado, onde o texto foi modificado e reescrito em alguns pontos.

Também é relevante considerar o que tem gerado tantos *releases* por parte da prefeitura, sendo que o que pode ser percebido é que a maioria dos acontecimentos comunicados à imprensa pela assessoria são de eventos.

É relevante saber se há referência ao trabalho da assessoria, ou seja, os créditos para as matérias publicadas. É fato que os *releases* publicados, exceto por 1,14%, foram impressos na íntegra pelo jornal *O Progresso* e com créditos. Isso demonstra que o jornal, mesmo podendo se apropriar do texto, não o faz, delegando-o a quem pertence.

Outra informação importante é o espaço ocupado por este material, por isso observou-se o espaço de maior visibilidade – a capa dos jornais – para saber se havia presença de entradas sobre os *releases*. No universo de 87 *releases* publicados, havia 20,68% (18 *releases*) com presença na capa do jornal, o que, quantitativamente, podemos considerar relevante porque a assessoria de imprensa está conseguindo ter sucesso na função, ganhando espaço e visibilidade no espaço mais importante do jornal. Outro ponto de análise foi sobre a localização dos *releases* no jornal, tanto na capa quanto internamente. Sobre isso, seguem novos dados:

Tabela 3: Localização das publicações no jornal

Capa: como aparece	Manchete	Chamada com foto	Chamada título	Não aparece
	36,36% (8)	31,81% (7)	13,63% (3)	18,20%
Editorias	Cidade	Justiça	Política	Caderno 2
	74,72%	2,30%	21,84%	1,14

Fonte: autora (2017)

Nota: Para a obtenção dos valores de capa tomamos como base a quantidade de vezes que os *releases* aparecem na capa do jornal que foram 18 e a quantidade de dias de publicação do jornal que foram 22.

Por consequência, é importante falar do formato que os *releases* apareceram na capa, já que os formatos possuem visibilidades distintas. Como mencionado, a assessoria de imprensa da PMI consegue não só emplacar o *release*, mas fazer “sua” notícia aparecer na capa do jornal. Na análise conseguimos identificar que os *releases* são anunciados por meio da manchete, da chamada foto e/ou chamada título. Para obtenção da quantificação consideramos o número de edições publicadas do jornal que foram 22, no período de 30 dias, pelas 18 vezes em que as ações da PMI foram destaque de capa. Nesse sentido, identificamos que a manchete e a chamada foto tiveram grande expressividade, o que demonstra a forte presença da assessoria da PMI em um dos espaços principais do Jornal *O Progresso*. Ressaltamos que houve edições do jornal que dois tipos de entrada de capa foram pontuados. Diante disso, segue imagem ilustrativa das capas do jornal para entender as possibilidades de presença.

FIGURA 1 – Capa do Jornal O Progresso



FONTE: Arquivo Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Imperatriz

Percebemos que a assessoria da prefeitura, conforme arquivos acessados, que o *release* não distingue editorias, conforme apregoa a teoria, pelo contrário, a distinção dos *releases* fica sob responsabilidade do próprio jornal que recebe o material por uma única via. Portanto, conseguimos pontuar que a editorias cidade, seguida de política, são as que apresentam índices mais significativos na pesquisa. É claro que, para a comunicação pública, são editorias relacionadas, de modo que as pautas sempre serão resultado das ações e atividades que serão implantadas ou estão em pleno desenvolvimento na PMI. Além disso, são editorias que conferem mais visibilidade ao conteúdo por estarem localizadas nas primeiras páginas do jornal.

Tabela 4 – Principais temáticas no jornal

Temas			
Infraestrutura	Administração	Social	Saúde
13,79% (12)	11,49% (10)	13,79% (12)	9,19% (8)
Educação	Trânsito	Agricultura	Planejamento Urbano
6,89% (6)	6,89% (6)	5,74% (5)	5,74% (5)
Cultura	Política	Economia	outros
5,74% (5)	5,74% (5)	4,59% (4)	10,34% (9)

Fonte: autora (2017)

Sobre os temas, os principais identificados foram infraestrutura, administração e desenvolvimento social com maiores percentuais de publicações. As temáticas como educação, saúde, trânsito, agricultura, planejamento urbano, política e cultura são as mais abordadas logo depois das principais. A de economia aparece mas em menor quantidade, e as demais temáticas também garantem espaço no jornal, mas não pontuam como as outras.

Essas temáticas destacam com mais precisão aquilo que se passa na realidade do município e nos eventos de rotina. Para esse caso em específico, podemos citar o exemplo das péssimas condições da malha viária da cidade, a qual foi fruto de muitas críticas da imprensa e sociedade em geral nos quatro primeiros meses do ano de 2017.

É importante entender a relevância de alguns temas dos *releases*. Diante dos 26,27% de *releases* que não foram publicados, o tema infraestrutura aparece somente com uma matéria descartada. Diferente das temáticas como educação, esporte, social, administração e outras, com vários *releases* sem publicação. Isso não significa que os *releases* rejeitados não tivessem critérios de noticiabilidade, en-

tendidos como “critérios suscetíveis de transformar acontecimentos em notícia” (SOARES, 2005, p.85). Porém, diante da quantidade de material enviado pela Assessoria, aqueles que apresentaram menor grau de noticiabilidade ficaram de fora. Somado a isso, a análise aponta que as matérias não publicadas abordam o mesmo enfoque: de cobertura de evento, com interesse de um único público e não da coletividade, como no exemplo: *Setran promove palestra educativa na Escola Darcy Ribeiro*.

Para a última parte da análise, utilizamos valores-notícia segundo Traquina (2005), que seria um auxílio para identificarmos os principais critérios utilizados nas 87 matérias publicadas no jornal *O Progresso*. Vale ressaltar que são temáticas diversificadas e, em sua maioria, conteúdos noticiosos relacionados à factualidade.

Nesse contexto, Traquina (2005) enfatiza que os valores-notícia fazem parte do que é o jornalismo, que estão diretamente ligadas a essa cultura e têm consequência para a notícia. Logo, o que é noticiável, obrigatoriamente, terá valor-notícia. Assim, o foco de estudo do conteúdo noticioso se deu com base nas considerações feitas por Traquina, sobre valores-notícia de seleção - critérios substantivos e contextuais; e valores-notícia de construção.

Citando Wolf, Traquina (2005) observa que os valores-notícia de seleção são aqueles critérios empregados para a seleção do acontecimento se transformar numa possível notícia. Esses critérios foram divididos em dois subgrupos: “a) os critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta dos acontecimentos em termos da sua importância ou interesse como notícia, e b) os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção da notícia” (TRAQUINA, 2005, 78).

Nos critérios substantivos de seleção estão relacionados os itens: morte; notoriedade; proximidade; relevância; novidade; tem-

po; notabilidade; inesperado; conflito, infração e escândalo. Sobre os de seleção – critérios contextuais, são: a disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso. Os valores-notícia de construção abordam sobre: a simplificação; amplificação; relevância; personalização; dramatização e consonância.

Conforme tabela, utilizamos os três conceitos para identificação dos conteúdos publicados.

Tabela 5 – Os valores-notícia

Valores-notícia		
De Seleção	De Critérios contextuais	De construção
Tempo	Visualidade	Relevância
34,48%	97,70%	64,36%
Notoriedade/ poder de elite	----	Personalização
19,53%	----	20,68
Outros	----	Outros
13,79%	----	8,04%

Fonte: autora (2017)

Nota: Para a obtenção desses valores, foi utilizado como base a quantidade de matérias publicadas, assim como os valores-notícia que podem ser empregados mais de uma vez com conceitos diferentes para um único *release*.

No critério de seleção, iniciamos pelo fator tempo, pois é identificado nos textos quando relacionado à datas comemorativas, que fazem parte do calendário nacional. Também é encontrado para assuntos que poderão ser pautados por longo prazo, que ganhou noticiabilidade por um período mais estendido.

O critério de notoriedade é reconhecido nos *releases* diante da forte presença de figuras públicas como os principais personagens dos acontecimentos. É muito forte o poder de elite apresentado nas notícias vinculadas ao titular do poder executivo de Imperatriz. A assessoria faz uso desse critério e consegue selecionar bem os acontecimentos, onde o nome e a posição social do indivíduo são importantes para o critério de noticiabilidade.

Outros valores-notícia como novidade, dramatização, infração, notabilidade e proximidade também são identificados nos conteúdos publicados, porém sem pontuação expressiva, o que contribui para serem consolidados com a nomenclatura outros.

No que diz respeito aos valores-notícia de seleção de critérios contextuais, destacamos somente a visualidade, que atribui importância ao recurso de fotos e imagens. Nos *releases* publicados somente dois não eram acompanhados de foto. Para o jornal impresso, esse é um valor-notícia também muito importante, pois o texto fica mais expressivo acompanhado da foto e auxilia a prender a atenção do leitor.

Em sequência, identificamos os valores-notícia de construção, que são “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (TRAQUINA, 2005, p.91). Nesse sentido, o principal critério reconhecido foi o de relevância. Este item confere sentido ao acontecimento noticiado, bem como é papel do jornalista dar o enfoque correto a fim de torná-lo relevante para a vida das pessoas. É o critério mais perceptível nos *releases* construídos pela assessoria de imprensa da prefeitura.

A personalização também aparece com forte apelo nos conteúdos noticiados. A valorização das pessoas, tornando os acontecimentos como positivos e a inserção de personagens causa aproximação com o público, tornando o texto mais compreensível.

Em relação aos valores-notícia consonância e amplificação foram quantificados na tabela 5 como outros em razão da pouca pontuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, há uma contribuição relevante para a ampliação das discussões sobre a forma como as assessorias de imprensa aparecem pautando as mídias de cidades do interior e a forma como esses conteúdos são utilizados pelo jornal impresso regional. Ao analisar o material produzido pela assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Imperatriz e o quantitativo do que foi publicado pelo jornal *O Progresso*, observa-se que a dependência do jornal é bem elevada e até duplicada, não só em relação ao recebimento dos produtos pela instituição pública, mas no uso completo dos *releases*. A dependência, portanto, vai muito além e é reforçada pela própria utilização na íntegra dos conteúdos o que ocorre em mais de 95% daquilo que é publicado.

A pesquisa demonstra que o jornal *O Progresso* também serve para reproduzir o discurso institucional, tendo em vista a falta de apuração do fato recebido e da mediação entre o produto jornalístico e o receptor, que é o leitor final. Não há devido tratamento ou filtro adequado. Assim, o jornal *O Progresso*, mesmo sendo um veículo comercial, acaba se apropriando da função pública política quando passa a trabalhar a favor da divulgação das ações, atividades e projetos da Prefeitura de Imperatriz, ainda que indiretamente.

Esta pesquisa contribuiu com o amadurecimento do tema, além de reconhecer diante a análise que o *modus operandi* também contribui para o fechamento do mercado para profissionais da área de comunicação, pois a equipe de assessoria de comunicação da PMI acaba por

desenvolver suas atividades em função dos veículos de comunicação, agregando funções que poderiam ser atribuídas a outros jornalistas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andreza Galiego L. **Jornais impressos do interior o financiamento de releases e a credibilidade**. AEMS - Três Lagoas/MS, 2014. Disponível, em: www.aems.edu.br/conexao/ Acesso: 11 de junho de 2017.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARVALHO, Claudiane. **Quem determina a agenda jornalística?** Seleção e construção da notícia na relação entre assessoria de imprensa e jornalismo. Revista estudos de jornalismo, n.º 5, v. 2, dispositiva, n.º 1, v. 5. PUCMG: 2016.

CHINEM, Rivaldo. **Assessoria de imprensa, como fazer?** São Paulo: Summus, 2003.

DUARTE, Jorge. Comunicação pública. In: SILVA, Luiz Martins da (Org.). **Comunicação pública: algumas abordagens**. Brasília: Casa das Musas, 2010.

Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). *Manual dos Jornalistas em Assessoria de Comunicação*. Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/manual_de_assessoria_de_imprensa3.pdf. Acesso em 11/01/2017.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

LIMA, Venício A. de. **Mídia:** Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MAFEI, M. **Assessoria de imprensa:** como se relacionar com a mídia. São Paulo: Contexto, 2004.

RIBEIRO, Vasco. **O peso do Press Release no processo de produção de notícias.** Universidade do Porto. 2014. Disponível, em: www.bocc.ubi.pt.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias:** ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SOARES, Joarle Magalhães. **Como é que os acontecimentos se tornam notícia?** Um estudo dos valores-notícia no Jornal Nacional. Juiz de Fora - MG: 2007.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política.** São Paulo: Pioneira, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo.** A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

JORNALISMO PARA CRIANÇAS MARANHENSES: A HISTÓRIA DE O PROGRESSINHO, UM SUPLEMENTO INFANTIL QUE CIRCULOU EM IMPERATRIZ DE 1986 A 1987

GABRIELA ALMEIDA SILVA

THAÍSA BUENO

Introdução

Na década de 80 do século passado circulou em Imperatriz, uma cidade localizada no interior do Maranhão, a mais de 500 quilômetros da Capital, um jornal voltado totalmente para o público infantil. A iniciativa revelou-se inovadora para a época levando em conta a distância da cidade dos grandes centros nacionais, apesar de o século XX ser um marco para o jornalismo voltado para crianças, com iniciativas e exemplos em vários lugares no Brasil. Ainda assim, *O Progressinho*, título do suplemento, foi o único que se tem registro, até os dias atuais, a ter circulado na cidade e, provavelmente, o único também no Maranhão.

E este é o objeto de estudo da pesquisa aqui apresentada: o suplemento infantil *O Progressinho*. O periódico, que foi encartado durante um ano no jornal *O Progresso* (de 1986 a 1987) ainda em circulação, apesar do caráter vanguardista nunca teve seu registro manifesto em outro estudo ou levantamento. Nos pouco mais de 30 anos em que deixou de circular, sua história ficou restrita às lembranças dos criadores que também detêm os únicos exemplares ainda existentes, que garantem a materialidade histórica do veículo. Some-se a isso o fato de que as matrizes existentes, que não

estão em sua totalidade, encontram-se num ambiente de precárias condições de conservação. Seu acesso foi possível de forma limitada na sede do jornal, que concedeu a digitalização dos documentos por meio de fotografias, ainda que haja um centro especializado na cidade em documentação de jornais¹ ligado ao curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão. Destaca-se que foi oferecido ao veículo a digitalização do documento por meio do Centro, no entanto, os proprietários não manifestaram interesse.

O valor afetivo do objeto foi a justificativa na decisão de não compartilhar a coleção disponível, apesar das poucas condições de manutenção dela. O projeto de criação do suplemento infantil é interligado à memória da família do proprietário de jornal. *O Progressinho* foi coordenado pela pedagoga Maria das Graças Godinho, cônjuge de Sérgio Antônio Nahuz Godinho, o proprietário do veículo. O suplemento é a efetivação de uma produção dedicada à criança, sendo criado com o objetivo de sanar o déficit da realidade local no período, que sofria com a falta de acesso a produtos culturais.

A produção contou o esforço único de Maria das Graças Godinho, que assumiu diversos papéis na sua realização. Ela atuou como editora, jornalista, pauteira e diagramadora. O empenho resultou na boa recepção do produto, sendo eleito na época como um dos cinco melhores jornais infantis em um concurso nacional realizado pelo cartunista Mauricio de Souza. Também dispôs da participação infantil ao longo das edições por meio do envio de cartas, desenhos, matérias, poemas e fotografias.

Na intenção de contribuir para as discussões sobre as particularidades regionais dessa publicação segmentada, esta pesquisa busca

1 O Centro de Documentação do Jornalismo de Imperatriz-MA, do grupo de pesquisa Joimp, conta com um acervo digital de jornais digitalizado e produções acadêmicas do curso de Jornalismo da cidade. Ver: <http://www.joimp.ufma.br/acervojournal?titulo=20>

recontar parte da história de como o jornalismo infantil foi praticado na segunda maior cidade do Maranhão. O interesse para a realização deste trabalho se justifica, primeiramente, devido à relevância histórica do veículo e, seguidamente, pelo pioneirismo do estudo do documento. Deste modo, acredita-se que o recorte histórico permitirá não só entender aspectos locais, mas debater o tema jornalismo infantil, ainda carente de discussões geolocalizadas (FISCHBERG, 2007; SILVA; BUENO, 2019).

A pergunta que norteia este estudo é: Como era e qual a história por trás do jornalismo feito no suplemento infantil *O Progressinho*, que circulou por um ano na segunda maior cidade do Maranhão? Esse questionamento inclui entender um pouco da biografia da publicação, bem como do perfil do seu conteúdo e da sua proximidade com o público a quem era dirigida. Metodologicamente o estudo está amparado em entrevistas dirigidas aos antigos idealizadores do projeto e análise descritiva das 72 edições disponíveis².

O caminho da pesquisa

Esta pesquisa foi organizada em três eixos principais: a) Pesquisa documental e exploratória; b) entrevista para resgatar parte da história do veículo; c) catalogação de dados e Análise de conteúdo. As três etapas metodológicas têm o objetivo de elucidar a pergunta norteadora da pesquisa e convergem para esclarecer, tanto do ponto de vista descritivo, quanto da memória dos seus agentes, o que foi o projeto e qual a sua proposta.

2 Esta pesquisa é parte menor de uma monografia sobre o tema, desenvolvida pelas autoras, com o título "O Progressinho: análise do suplemento infantil veiculado no jornal O Progresso (1986-1987)" defendida no segundo semestre de 2020 no curso de Jornalismo da UFMA de Imperatriz.

O estudo do *O Progressinho* é um estudo documental na medida em que adentra a necessidade de não só entender as práticas jornalísticas de um espaço para criança, mas também de um jornal ambientado na década de 1980 e quase fadado ao esquecimento, haja vista que não há nenhum estudo anterior a este que resgate sua história ou analise suas particularidades. Para esta pesquisa teve-se acesso a 72 edições (dentre as Edição n°02 à Edição n°93) do suplemento. No material disponibilizado pelo jornal faltavam algumas edições e não apresentava um bom estado de conservação, com algumas páginas desintegrando-se³. Dada a situação do objeto, a única maneira de acesso autorizada foi o manuseio do material na sede do jornal. Para facilitar a análise, optou-se, diante da liberação do diretor superintendente, Sergio Godinho, pela digitalização do documento.

Foram necessárias quatro visitas ao jornal para catalogação completa. A primeira no dia 28.11.2018 para realizar uma conversa inicial e formalizar o pedido de autorização do uso do material. A segunda ocorreu quando a empresa autorizou a primeira visita de contato, para liberar o acesso ao livro que continha os suplementos encadernados. Assim, no dia 06.12.2018, no período da manhã, ocorreu a primeira digitalização – das 08h às 12h. As duas últimas visitas ao acervo ocorreram nos dias 29.03.2019, no período da manhã, das 08h às 12h; e no período da tarde, das 14h às 16h, para digitalizar o material restante. As digitalizações foram feitas por celular através do aplicativo *CamScanner – Phone PDFCreator*⁴. A escolha de digitalizar os documentos por aplicativo parte da única alternativa viável para analisar em detalhes o material, pois só foi autorizado ser estudado dentro da sede. O levantamento documental serviu de base para a abordagem quantitativa e análise do material com o ob-

3 Sendo o único e último copilado com todas as edições e dado o valor efetivo do objeto, não houve interesse por parte do veículo em disponibilizar para a doação à Universidade.

4 Disponibilizado gratuitamente na *PlayStore*

jetivo de quantificar e sistematizar os dados do suplemento. A priori foi catalogado o suplemento a partir das seções existentes nas edições ou nomeadas para agrupamento dos dados.

A etapa das entrevistas seguiu um roteiro de perguntas. Foram entrevistados o atual diretor superintendente ⁵do jornal *O Progresso*, Sergio Henrique Oliveira Godinho, que na época tinha 15 anos (referido na entrevista como Sergio Godinho); e a editora, idealizadora e diagramadora do *O Progressinho*, Maria das Graças Godinho (referida na entrevista como Maria das Graças). A primeira entrevista aconteceu no final do ano de 2019 na sede do jornal. Já a segunda entrevista⁶ deu-se via telefone, devido a pandemia instalada por conta do novo coronavírus. Por fim, o documento foi sistematizado, a partir de 16 categorias temáticas, já estruturadas nas editorias e seções do próprio veículo.

O suplemento infantil do jornal O Progresso

Alguns fatores estimularam a produção do suplemento. O fim da ditadura militar no país e seguidamente a posse do primeiro presidente civil após o período de repressão, José Sarney (1985-1990)⁷ permitiu a convocação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para reformas e mudanças no seu mandato, dando início as primeiras discussões dos direitos da criança no cenário nacional (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MOREIRA; SALES, 2018). Outro fator importante neste panorama é a potencialização de produções segmentadas

5 Sergio Henrique Oliveira Godinho é filho do proprietário do jornal, sendo assim, atualmente ocupa a função de diretor superintendente do veículo.

6 Houve certa dificuldade de contato para entrevista por motivos pessoais da própria entrevistada, desde 2018 há a tentativa da realização da entrevista, que só aconteceu no final de 2020.

7 O fato permeou em diversos aspectos textuais e editoriais nas produções informativas e opinativas do suplemento, criando uma vertente progressista e pró-presidente nos discursos do *O Progressinho*.

e especiais nos jornais do Brasil na década de 1980, tornando propícia a proliferação de suplementos. Ademais, Assunção e Pinheiro (2012) constataram que a cidade passou por período de ampliação de veículos jornalísticos em 1980. A cidade deixa de ter apenas seis títulos e passa a ter 49 jornais.

O jornal *O Progresso*, que encartou o suplemento, surge neste contexto. Ele teve sua primeira edição em 3 de maio de 1970 com periodicidade diária, fundado por José Matos Vieira. É na década de 1980, sob a direção do ex-promotor de justiça de Imperatriz, Sergio Antonio Nahuz Godinho, que é proprietário do jornal desde 1975, que o diário expressa um tom mais cultural na sua produção, possivelmente advento da modificação do cenário imperatrizense com maior abertura artística e educativa (ASSUNÇÃO, PINHEIRO, 2012; ASSUNÇÃO, 2018). Inclusive é este perfil moderno que permitiu que o veículo implementasse na época um suplemento infantil. Uma realidade bem diferente da atual.

O Progresso do século XXI, apesar dos anos de resistência que permitem que circule a duras penas até hoje na cidade e desfrute do título de jornal impresso mais antigo ainda na ativa em Imperatriz, sendo o único impresso local na região, está longe de lembrar essas iniciativas. Atualmente o veículo tem uma redação enxuta, inclusive com uma parca equipe de jornalistas, todos homens, e pouca produção autoral, contendo uma gama de conteúdo voltado para replicação de releases. O jornal sequer publica um caderno de Cultura e/ou variedades. Proposta muito distante daquela que marcou o fim dos anos 1980, quando arriscou a empreitada de pôr em circulação *O Progressinho*, cuja primeira edição foi lançada em 1986, possivelmente no dia 23 de fevereiro de 1986⁸, passando a ser um suplemen-

8 A sua primeira edição foi extraviada, em acervo há disponível a partir da segunda edição, que circulou no dia 02 de março de 1986, seguindo a lógica que cada edição era publicada aos domingos, esta era a data anterior a sua segunda publicação.

to infantil com circulação semanal aos domingos, comercializado como parte do jornal nas bancas do centro da cidade e distribuído gratuitamente nas escolas públicas de Imperatriz. Sua proposição era ser um produto de acesso cultural e educativo que circulasse gratuitamente nas escolas da cidade com apoio do poder público.

A primeira publicação do *O Progressinho* começou apenas com os quadrinhos infantis do Mauricio de Sousa. A primeira edição disponível no acervo, que na verdade é a segunda já que a primeira foi extraviada e não há registros dela disponíveis, tinha apenas quatro páginas, com duas dedicadas aos quadrinhos. Havia outro espaço voltado para atividades de divertimento, como pinturas e um convite para envio de cartas, desenhos e matérias. Era uma tentativa editorial de entender o seu próprio público e permitir essa construção colaborativa.

Nessa época *O Progresso* tinha prédio próprio para impressão dos jornais e em 1986 substituiu a impressão manual pelo uso da impressora *offset* (digital), utilizando a moderna fotomecânica e computadores para a diagramação de suas edições. Segundo Assunção (2018, p.31), foi o segundo jornal da cidade a adotar o sistema, um ano depois do *Jornal de Imperatriz*, seu concorrente direto. *O Progressinho* era impresso no *offset*, mas organizado de modo artesanal. Os textos precisavam ser digitados na máquina de escrever, dentro dos limites padrões das colunas, seguindo o modelo de diagramação. Por fim, recortados e depois montados. Os desenhos que eram enviados pelos leitores também eram recortados e colocados antes de serem inseridos na montagem. Quando havia um desenho que ultrapassava as proporções do caderno, era preciso ser reduzido. A redução era proporcional e feita numa máquina copiadora. Quando todas as páginas estavam prontas eram enviadas para impressão na gráfica do jornal.

Conforme nos foi relatado, idealizou-se no suplemento um material que pudesse conceder às crianças de Imperatriz um espaço para formação de novos leitores. Maria das Graças Godinho viu no déficit de acesso à literatura infantil na cidade um problema que poderia ser brevemente sanado por meio do suplemento. Havia uma dificuldade da própria época de se adquirir livros e por outro lado não havia esta disponibilidade nas escolas. Era *O Progressinho* a viabilidade de incentivar e suprir as deficiências causadas pela falta de acesso a material cultural na cidade.

Todas estas questões ascenderam enquanto o suplemento consolidava-se na cidade. Concomitante ao cenário de transformações do modelo de jornalismo na cidade, acontecia também a expansão das produções segmentadas no modelo de negócio do jornalismo nacional. Os modelos por editoria e a especialização do jornal, com a produção de nichos mais específicos e absorção de públicos segmentados nos jornais (SILVA, 1996; TAVARES, 2009). O que permitiu amplificação de editoriais dedicadas a crianças, como por exemplo: *O Globinho*, lançado em 1983 e *O Estadinho*, em 1987.

Mesmo com situação favorável *O Progressinho* começa a desandar. Ainda que buscando ser um suplemento sem fins lucrativos, finaliza pela falta de retorno orçamentário e apoio do poder público. Os primeiros sinais do seu declínio em dezembro de 1986 com a quebra da impressora, que causam inconstância no número de páginas do suplemento, com edições com quatro e outras com oito páginas, levando também à diminuição de conteúdo informativo e o aumento do número de entretenimento e logo após em março de 1987 quando encerra a distribuição gratuita.

Figura 1 – Falta de apoio para O Progressinho

Imperatriz, 28/03/87

Nunca mais recebemos O PROGRESSINHO em nossa escola. Por quê? (...) Mando um abraço e um beijo para todos que trabalham fazendo este jornalzinho. Meu nome é Ana e estudo no Polivalente.

Ana,

Sua cartinha foi muito significativa para nós, pois gostamos de saber que você sente falta da entrega d'O PROGRESSINHO em sua escola. Infelizmente, ainda não encontramos quem patrocine nosso trabalho ou compre um grande número de jornais para distribuí-los como cortesia nas escolas; e como não podemos arcar, sózinhos, com os custos, fomos obrigados a suspender a entrega gratuita que vínhamos efetuando nas escolas públicas.

Fonte: O Progressinho (1987)

Seu fim precoce ocorre, possivelmente em dezembro de 1987, a edição nº93 (do dia 06 de dezembro de 1987), a última encontrada e analisada, teve apenas os gibis do Maurício de Sousa publicados e um conteúdo distribuído em apenas quatro páginas. Até aquele momento, desde a edição de nº82 (do dia 20 de setembro de 1987), priorizou conteúdo de entretenimento, prevendo sua breve finaliza-

ção. A extinção do suplemento causou tristeza no público, que escrevia ao veículo pedindo o retorno da publicação, o que obviamente não ocorreu.

O Progressinho se destacou pela intensa participação infantil e a tentativa de construir um produto com o seu público. Uma característica importante, levando em consideração que o jornalismo infantil deve valorizar os anseios da criança, noticiando diretamente para o seu público, objetivando ser uma produção informativa, educativa, lúdica e que fomenta a participação do leitor na produção. Todavia, uma crítica que atravessa os estudos acerca do tema é que ocorre ao contrário disto, causando a pouca representação infantil e o excesso de conteúdo de entretenimento (DORETTO, 2014; NASCIMENTO, 2015; SARDIGLIA, 2015; ARROYO; 2017).

É o que ocorre com *O Progressinho* que, ao longo das edições. Com as dificuldades de manter o projeto, o veículo priorizou conteúdo de entretenimento, ainda que inicialmente tenha aberto espaço para participação infantil imperatrizense e publicado temas importantes no seu conteúdo de informação. À medida que a proposta foi ficando inviável economicamente, o conteúdo informativo foi sumindo do jornal.

O Progressinho: uma proposta de suplemento infantil do jornal

O Progressinho diante de sua proposta de ser um produto cultural para criança construiu algumas características de produção. O modelo do suplemento implementou um padrão de organização após sua terceira edição, sendo assim, estabeleceu um perfil de publicação com conteúdo de entretenimento com: os quadrinhos do Mauricio de Souza, a seção Divertimentos direcionada a crianças

entre 4 e 6 anos e jogos e brincadeiras direcionadas a crianças entre 7 e 12 anos. A produção de conteúdo informativo tinha matérias da seção “1Cz\$ de Prosa/ Cz\$ 1 de Prosa” e da seção Mundo, Divertido & Curioso. A contribuição infantil foi manifesta por meio da participação das crianças com envio de cartas, fotografias, desenhos, poemas, contos e matérias. Por fim, o conteúdo cultural foi marcado pela publicação de poemas e contos de autores nacionais e internacionais. Com essa organização o jornal criava uma identidade e fidelizava o público, pelo menos nos primeiros meses.

Figura 2 – Organização das páginas



Fonte: O Progressinho (1986) – Edição nº7

É preciso destacar que apesar de impresso em *offset* era organizado de modo artesanal, o que permitiu a distribuição do conteúdo no suplemento sem planejamento. Sinônimo disso é que havia seções com páginas fixas e outras não. Por exemplo: os quadrinhos do Mauricio de Souza sempre estavam na primeira página e simultaneamente na quarta; a seção Carta do Leitor ocupava a segunda página e encerrava a seção com Divertimentos. Enquanto as outras partes do suplemento não tinham espaços fixos na diagramação, principalmente porque o uso de colunas não seguia um padrão específico. Atribuiu-se parte disso a uma questão editorial, primeiro porque parte do conteúdo era recorte de outros textos (quadrinhos, entretenimento e literatura) ou de envios das crianças. Segundo, por questões de recursos humanos, havia apenas uma pessoa envolvida no projeto e não era especializada em jornalismo. Todavia, observa-se um interesse pela utilização dos espaços do jornal e a ludicidade na organização das páginas.

Embora o suplemento não estivesse aberto a anúncios comerciais, publicava-se publicidade do próprio jornal, convidando as crianças a incentivarem os pais a comprarem as edições de *O Progresso* e as próprias edições de *O Progressinho*.

O entretenimento

O conteúdo de entretenimento contou com quadrinhos, jogos e brincadeiras. Os quadrinhos com desenhos de Mauricio de Souza que foram parte de um convênio com o famoso cartunista brasileiro. Na época, ele correspondia nas mesmas condições com o envio de prospectos para mais de 300 jornais. Então era uma produção, aparentemente, recorrente em outros veículos nacionais. O material enviado pelo cartunista era bem aproveitado, sendo completamente utilizado, sem exclusões.

Havia dois espaços dedicados a jogos e brincadeiras: a seção Divertimentos e a Entretenimentos. Estes dois espaços foram separados nas análises pela tonalidade da abordagem, enquanto o Divertimentos era uma seção com espaço fixo, na página 8 do suplemento, com conteúdo mais direcionado a criança, entre 4 e 6 anos de idade; o Entretenimento incluía brincadeira ou jogos encontrados avulsos, com tom mais sério, dedicados a crianças entre 7 e 12 anos de idade.

O Divertimentos tinha um espaço fixo. Contavam com brincadeiras como jogos dos 7 erros, completar a figura, ligar os pontos, completar as palavras, labirinto, adivinhar o personagem e pequenas cruzadinhas. Já a Entretenimentos normalmente vinha na página 5, quase sempre contava com o jogo do “Inspetor Pereira” que era uma brincadeira de adivinhação que estava acompanhado com um quadrinho em que a criança ao ler a história deveria adivinhar quem era o suspeito que o inspetor procurava. Também podia trazer jogos de cruzada, adivinhação ou charadas. Apesar do tom descontraído, o conteúdo era de certa forma educativo.

O conteúdo de entretenimento ganhou um espaço significativo e volumoso nas edições, aparecendo do início ao fim do suplemento. O que denotou a preferência editorial de entregar este tipo de conteúdo. Seja por uma questão de adequação com o público ou pela facilidade da publicação do material, é fato que apareceu bem mais do que produtos de informação ou cultural. A editora dedicou o esforço de oferecer uma diversidade de conteúdos no suplemento, no entanto, decaiu não pela entrega excessiva de entretenimento, mas pela falta de outros conteúdos.

A informação

O *Progressinho* dispôs de duas seções com informação e a publicação de matérias jornalísticas. É importante constatar que apesar do pouco espaço organizado para o conteúdo informativo, as seções deste viés não deixaram de debater as temáticas propostas com aprofundamento. Reflexo disso é que há uma quantidade exponencial da presença de temáticas como: política, cultura, atualidades, histórias nacionais e referentes à cidade.

A execução neste formato foi engendrada a partir da concepção editorial de que a criança precisa ter contato com assuntos políticos em qualquer idade, a fim de reconhecerem a formulação das condições sociais. A aplicação do conceito criado do perfil de publicação estava nos temas encontrados nas edições que traçavam discussões que revelavam um caráter progressista no discurso do jornal. É possível destacar materiais sobre temas como a luta feminina e sua importância social, a necessidade de igualdade racial, a Assembleia Constituinte, a importância do cuidado com o meio ambiente, as regras de trânsito, a reforma agrária e a cultura nacional. Estes e outros assuntos suscitaram debates importantes nas páginas do *O Progressinho*.

A seção “1 Cz\$ de Prosa” que depois na edição nº14 (no dia 25 de maio de 1986) passou a ser denominada “Cz\$1 de Prosa”⁹, era um espaço do segmento para discussões de acontecimentos, normalmente em âmbitos nacionais, com um tom de opinião. A criação desse espaço ratifica o caráter jornalístico do veículo, já que mescla gêneros e formatos já consolidados na produção tradicional voltada para adultos.

⁹ A mudança acontece sem justificativa, no entanto, atrela-se a transição da moeda cruzeiro para o cruzado, no dia 28 de fevereiro de 1986 no Brasil.

Além deste, o jornal publicava também a seção “Mundo Divertido & Curioso”, um espaço de informação e curiosidade, trazendo tópicos diversificados no âmbito regional, nacional e internacional. Tudo isso mostra o quanto o veículo buscava oferecer à criança acesso a conteúdos diferentes, com a intenção de educar instigando a curiosidade infantil. A seção não seguiu exatamente da mesma forma até o final, sendo desmembrada na edição nº 23 (do dia 27 de julho de 1986) ocupando um espaço menor na diagramação.

Por fim, as matérias de *O Progressinho* apareciam sem um padrão de página ou formatação e só eram assinadas quando eram enviadas (produzidas) pelas próprias crianças. Isso é resultado direto da parca equipe do jornal, que não tinha uma redação estruturada e nenhum repórter para pensar e produzir o conteúdo. De um modo geral essa produção quase sempre ocupava um espaço de uma coluna, ou seja, um espaço limitado. As questões mais recorrentes estavam atreladas à própria realidade da cidade, portanto era um recurso de evidenciar propriedades mais locais e regionais.

A literatura

Como destacada na fala da entrevistada, o principal objetivo de *O Progressinho* era conceder acesso a produtos culturais às crianças, principalmente à literatura, por conta da dificuldade do acesso na cidade. Esta proposta aconteceu efetivamente pelas publicações de poemas e contos no suplemento. Não havia uma seção especial dedicada a essas publicações e poderia aparecer em diferentes páginas nas edições, mas havia uma preferência pelas páginas finais. Os espaços eram bem utilizados e distribuídos com vários poemas por edição.

Quanto ao perfil literário, optou-se pelo uso de autores nacionais, seguidos de autores regionais. Também se utilizou de autores

internacionais (6). E alguns textos sem assinatura ou identificação foram encontrados (24). Ao todo, foram identificados 74 autores diferentes ao longo de um ano de publicação. Outro ponto de relevância detectado foi textos assinados pelos próprios leitores, publicados ao longo das edições. Identificou-se, no que se refere às características editoriais, que os textos dos leitores apareciam sem distinção ou diferenciação dos outros textos. Tal escolha editorial garantiu a mesma importância textual de autores reconhecidos e de crianças que enviavam seus escritos. Ou seja, uma estratégia de aproximação e incentivo. Era também um espaço construído com e para o leitor.

A participação

Os espaços dedicados à participação possibilitaram medir a influência e o retorno do suplemento. *O Progressinho* se destacou por incentivar a participação infantil por meio do convite de envio de cartas, desenhos, matérias, fotografias ou poemas das crianças. Este era o momento de os leitores participarem da produção do jornal, de verem suas próprias elaborações nas páginas da publicação. Era também um modo do próprio suplemento perceber os retornos do seu trabalho.

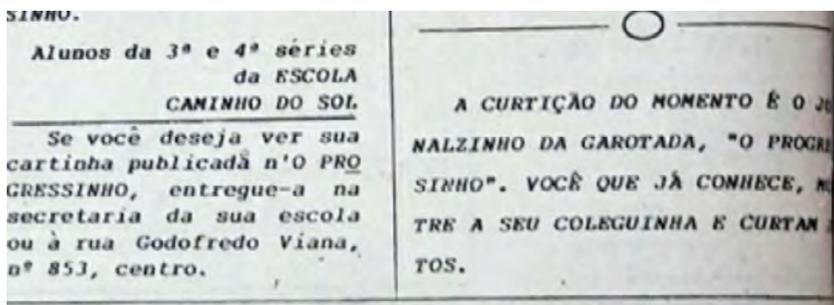
O jornal recebia bastante correspondência dos leitores, sejam textos, sugestões ou desenhos, no entanto, não foi possível quantificar a informação, pela quantidade de tempo que *O Progressinho* deixou de ser publicado e também porque Maria das Graças Godinho não tem mais memórias sobre o fato. Todavia, é viável mensurar quantos destes documentos foram publicados no suplemento. Contabilizou-se, constatando a presença e ausência das seções das 72 edições encontradas do suplemento, 37,5% de presença de cartas enviadas por leitores, 77,8% de desenhos, há também a seção de ani-

versariantes (33,3%) e foto do leitor (29,2%), onde eram publicadas as próprias fotos que os leitores enviavam para o jornal. E dos 175 poemas e contos encontrados nas edições, 23 são de leitores.

O jornal também incentivava o envio de cartas, desenhos, matérias, poemas, entre outras produções autorais por parte do leitor. Na edição nº2 há uma chamada no suplemento que é um convite direto para que as crianças participassem da produção. Percebe-se que o jornal entende a participação infantil como parte concreta da construção do suplemento, isto é indicado na frase “e seja um colaborar de O Progressinho”.

Na edição de nº3 fica claro que há também uma parceria do jornal com as escolas de Imperatriz, na qual as crianças poderiam enviar os textos para publicação no suplemento nas secretarias dos colégios. É outra evidência da tentativa do suplemento de uma construção efetiva entre o projeto e os colégios, corroborando com o seu discurso de uma produção educativa e cultural.

Figura 3 – Indicações de como enviar cartas



Fonte: O Progressinho (1986)

Outrossim, na edição nº 23 (do dia 27 de julho de 1986) o suplemento lança o sócio do “Mini Clube D’O Progressinho”, com

um cupom para ser preenchido. A proposta do mini clube era a seguinte: quem participava conseguiria uma foto publicada e integraria as promoções especiais. Não havia custos para se tornar sócio. Nas edições seguintes o suplemento chegou a publicar fotos dos associados, no entanto, não há nenhum indicativo das promoções especiais previstas. Quando questionada sobre o clubinho, Maria das Graças (informação verbal)¹⁰ disse que não se recorda da proposta.

Logo abaixo do cupom também havia uma mensagem editorial do suplemento, declarando que *O Progressinho* era produzido com bastante afeto, seguido de uma indicação para ler os textos com cuidado, atenção e debatê-los com os mais próximos. O texto finalizava com o incentivo de se tornar um “jovem leitor” corroborando com a ideia explanada nas entrevistas de criar um produto que fosse um encorajamento da leitura para as crianças imperatrizenses.

De fato, *O Progressinho* foi um produto que buscou dar espaço e voz para a criança, com a introdução de conteúdos que foram enviados pelos seus próprios leitores. À vista disso, há a possibilidade da criança se encontrar na produção.

As cartas dos leitores

Parte dessa empatia dos leitores pelo veículo pode ser notada nos diversos elogios dedicados ao suplemento nas cartas enviadas pelas crianças ao jornal. Foram encontradas ao todo 67 cartas publicadas dos leitores nas edições analisadas. Os temas mais recorrentes nos textos eram: recado para alguém ou para o jornal, elogio, críticas e cartas de cunho pessoal que revelavam ideias, sonho ou informações íntimas. Ou seja, as crianças se sentiam livres para enviar reca-

¹⁰ Entrevista concedida por Maria das Graças a autora, no dia 5 de agosto de 2020, por meio de telefone.

dos ao jornal, para outras pessoas e elogiar a publicação.

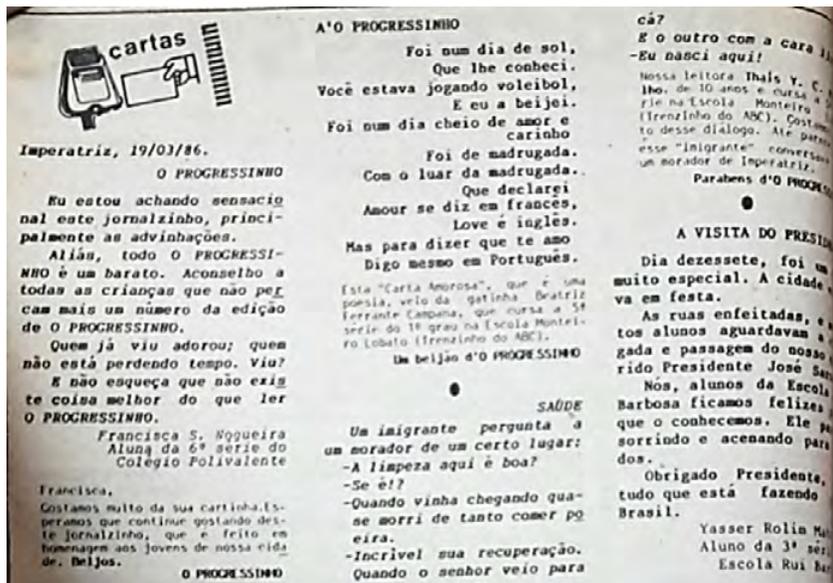
Das cartas analisadas, os elogios dedicados ao *O Progressinho* eram recorrentes, havia muitas cartas que elogiavam a produção e quase sempre as crianças enalteciam o jornal e comentavam que indicavam para outras pessoas.

Era um espaço de interação, as crianças realmente gostavam do suplemento e se sentiam confortáveis para conversar com o jornal, contar seus sonhos, fazer perguntas sobre algo que tinham dúvidas ou cobrar alguma coisa, seja a discussão de um tema, ou o porquê de o suplemento deixar de ter 8 páginas, até fazer denúncias ou críticas à gestão da cidade. Inclusive esse tipo de temática (críticas e denúncias) apareceu em um número considerado de cartas.

Havia realmente uma confiança, que se percebe pela segurança em reclamar sobre a situação da realidade social naquele espaço. E por outro lado, uma dedicação do jornal em responder às mensagens, tirando as dúvidas, incentivado ou explicando algumas questões. Era uma troca, entre o leitor e o jornal.

A seção deixou de ser publicada na edição n°86 (do dia 18 de outubro de 1987), mas não havia uma recorrência das publicações, chegando a ter número considerável de edições que não possuíam as cartas. Não se sabe se isso acontecia pela falta de envio de cartas dos leitores ou por questões de espaço na diagramação. Contudo, não deixa de se apontar a falta de aproveitamento desta seção por parte do suplemento.

Figura 4 – Cartas dos Leitores



Fonte: O Progressinho (1986)

Recortam-se alguns exemplos para ilustrar esta interação da criança. Na edição de nº5 (do dia 23 de março de 1986) há elogios à produção do jornal. Uma das crianças, Francisca, elogia bastante o jornal indicando que “Aconselha a todas as crianças que não percam mais um número da edição de O Progressinho”. Há também um importante registro histórico no espaço de Cartas do Leitor, que foi a visita do presidente na cidade, falando sobre como o dia foi especial e que a cidade estava enfeitada para recebê-lo, finalizando com um agradecimento à gestão do presidente José Sarney.

Os desenhos das crianças

Quanto ao espaço de publicação dos desenhos enviados pelas crianças, houve grande recorrência na introdução destes desenhos no jornal. Percebe-se que estes são reflexos da própria cultura da época, carregado de referências. *O Progressinho* junto ao incentivo do envio de desenho, também fazia o convite à criança para pintar as imagens publicadas por leitores como método de interação com as próprias páginas do suplemento. É um espaço para estimular a ludicidade infantil, para colorir as tradicionais páginas pretas e brancas do impresso e torná-lo de acordo com seu próprio tom e gosto.

Uma figura bem recorrente foi a do *He-Man*, que apareceu diversas vezes durante as edições. O *He-Man* foi um popular desenho animado dos anos 1980 e início de 1990, da série *He-Man* e os Defensores do Universo, que fez bastante sucesso no Brasil. *He-man* foi produzido para ser um boneco da *Mattel* com produção em quadrinhos. O personagem chegou a ganhar uma música do grupo infantil Balão Mágico. Aparecendo seis vezes, é um número significativo tendo em vista que a maioria dos desenhos enviados pelas crianças não tinha uma característica e elementos em comum. É uma das poucas imagens que têm repetição nos envios, seguido pelos *Thundercats*.

Pontua-se, por fim, que o material enviado pela criança não recebia interferências no seu conteúdo, era publicado da maneira que foi recebido. O suplemento era manual, o desenho, se estivesse maior que o tamanho permitido pelo jornal, passava por uma redução proporcional. Seguindo as regras de como era feito a diagramação das páginas naquela época. Havia ali um anseio da diagramadora de preservar o que a criança enviava.

As fotografias

Outra maneira de participação era pelo envio de fotografias. As imagens recebidas eram publicadas em duas maneiras diferentes: uma para parabenizar pelo aniversário e outra apenas manifestação de afeto de *O Progressinho* por seus leitores. Ao que se sinaliza, não parece haver solicitações quanto ao tamanho das fotos. Há diversas fotos ao longo da edição e a diagramação parece brincar com o espaço, às vezes deixando retangular, inclinado ou com alguns efeitos. As fotografias enviadas são quase sempre com representações de momentos de alegria, íntimos ou entre amigos. Considerando que a revelação de fotografias era algo difícil na época, principalmente com a situação de logística da cidade, era algo pouco habitual de se ter, mesmo assim as crianças enviavam suas fotografias para o jornal.

Ademais, não há um local certo para que estas imagens apareçam no jornal, elas variam de acordo com a edição. Os textos que acompanham as fotografias sempre são recheados de palavras de afeto e elogios. Verifica-se que as crianças quase sempre são ligadas a alguma figura ou instituição que dê denominação ao seu local e grupo de pertencimento, seja escola, pais, amigos e/ou idade. Isto pode demonstrar a maneira como o jornal entende a criança, como um sujeito que apesar de poder participar efetivamente do suplemento, com envios de matérias, poemas, cartas, desenhos ou imagens, ainda está ligado a alguma instituição que o integra.

Figura 5 – Fotografia de parabenização pelo aniversário



Fonte: O Progressinho (1986)

O conforto das crianças no envio de fotografia e o espaço dado pelo suplemento para a publicação reafirmam a elaboração de um produto dedicado à criança, onde esta pode se encontrar, ter voz e espaço.

O regionalismo

O Progressinho era um produto local produzido para uma cidade do interior do Maranhão, em processo de transformações sociais. Almejou-se encontrar rastros de regionalismo na produção, evidenciando características da cultura e realidade local. No entanto, os dados da investigação ressaltam outras preferências. As edições analisadas desvelaram poucas seções que destacaram características regionais. Identificou-se a não regionalidade do produto.

O suplemento, diante das necessidades de informar a criança, tornou-se um produto de inserção de questões nacionais e internacionais. Era preciso, naquele momento, a realização de uma produção que fosse capaz de abordar e educar sobre diversos tipos de assuntos. Era a possibilidade de ultrapassar as fronteiras territoriais e as dificuldades de acesso por meio de um produto local que permitisse à criança de conhecer novos pontos de vistas.

Considerações finais

É importante que os produtos direcionados ao público infantil garantam não só a sua participação, mas também sua representação. Para isso é preciso que haja incentivo de interatividade e proximidade com o público, segundo Ferreira (2007) é o que as crianças preferem.

A literatura do tema é crítica em relação com o jornalismo infantil vem sendo realizado, no entanto, destaca-se a importância do suplemento *O Progressinho*, primeiro para sua época, segundo para as crianças da cidade e por fim, para a história do jornalismo na cidade de Imperatriz. *O Progressinho* é reflexo da força das mudanças culturais que estavam acontecendo não só na cidade, mas no cenário nacional. O jornalismo praticado no suplemento estava um pouco longe de ser um referencial, mas sobressaiu na oportunidade de debater temas políticos e pontuais da época. Em segundo plano, o suplemento foi um espaço de expressão das crianças. Era um momento de manifestar suas preferências, interesses e opinião.

É também um importante documento, que foi datado antes de sua deterioração e o seu esquecimento na história do jornalismo da cidade. É um material que permite o resgate da história local. Todavia, não se deixa de questionar se houve em algum momento

produto parecido circulando na região, ou mesmo produções jornalísticas como *O Progressinho* em âmbito nacional, uma vez que o próprio Mauricio de Souza declarou que correspondia na época com mais de 300 jornais, onde estão os estudos destes matérias? E quantos deles foram perdidos sem uma análise científica efetiva? Deixamos nesta pesquisa a oportunidade de futuros e contínuos estudos acerca do jornalismo infantil em Imperatriz e no Brasil.

Quanto à receptividade do material, foi possível, por meio da análise, constatar o afeto entre criança e suplemento, que constante conversavam e expressavam o seu carinho e confiança. No entanto, o seu fim precoce é um prenúncio da realidade de tantos outros jornais infantis, que antes de começar acabam, deixando um déficit jornalístico para as crianças daquela região. Não houve, até o momento, outro jornal infantil em Imperatriz. A imprensa local também enfrenta as dificuldades da precarização da profissão, o que marginaliza ainda mais o público consumidor que é criança, que constantemente é deixado de lado pela mídia.

Surpreendeu-se com os achados que *O Progressinho* proporcionou, como todo estudo/pesquisa não tem como objetivo final confirmar ou refutar hipóteses, mas tensionar as questões da própria área, se conclui que *O Progressinho*, dentro das possibilidades financeiras e de mão de obra foi um esforço de trazer um produto cultural às crianças na cidade de Imperatriz. Apesar da grande maioria de conteúdo de entretenimento, a dificuldade de distribuição de informação nas páginas e o conteúdo informativo ocupando apenas quase a metade das edições, ainda conseguiu construir um produto com abordagens políticas importantes, de inserção da realidade social e com um certo equilíbrio entre educação e ludicidade.

Referências

- ASSUNÇÃO, Thays. **História da Imprensa em Imperatriz-MA/1930-2010**. São Luís: EDUFMA, 2018.
- ASSUNÇÃO, Thays Silva; PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Jornalismo em Imperatriz-MA: os jornais impressos em tempo de mudança (1970-1989) **Revista Brasileira de História da Mídia**. v.1, n.2, jul./dez. 2012.
- ARROYO, Gabriela Vanni. **Jornalismo infantil no jornal impresso: um estudo dos suplementos Folhinha e JC Criança**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social-Jornalismo) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2017. p.1-219
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997. p. 30-34.
- BAUER, M. W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: Bauer, Martin W.; Gaskell, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7.ed. Petrópolis: Vozes. p.189-217. 2008.
- DORETTO, Juliana. Jornalismo para a infância: uma proposta de definição. **C-Legenda – Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**. [S.L], n.30, p.59-72. ago. 2014. ISSN 1519-0617.
- FERREIRA, Mayra, F. Infância em papel: o jornalismo infantil no interior. *In*: Intercom, 30., 2007, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Bauru. p.1-15.
- FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

- FURTADO, Thaís. H. O jornalismo infantil revistativo da Recreio. Revista: **Vozes e Diálogo**. Itajaí, v.14, n.2. p.18-31. jul./dez. 2015.
- NASCIMENTO, Mariana. **Revista infantil Saladamista**. 2015. Dissertação (Graduação em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- SILVA, Rafael Souza. **O zapping jornalístico: da sedução visual ao mito da velocidade**. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC-SP, 1996.
- SARDIGLIA, Larissa Grabinski Saldanha Brocker. **Qualidade no Jornalismo Infantil**: Estudo do Programa TV Piá da Tv Brasil. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. p. 1-131
- TAVARES, Federico, M. B.O jornalismo especializado e a especialização periodista. Revista: **Estudos em Comunicação**, s.v, n.5. mai. 2009. p.115-133.

O LEITOR INVISÍVEL: ANÁLISE DA PRESENÇA DO LEITOR NO MATERIAL PUBLICADO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA FÁBRICA SUZANO PAPEL E CELULOSE, NO JORNAL O PROGRESSO E EM BLOGS INFORMATIVOS DE IMPERATRIZ- MA

MARCOS FÁBIO BELO MATOS

LETÍCIA HOLANDA DE SOUSA

1. Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa maior, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos, na linha de pesquisa “Midiatização e Processos Sociais”, como estágio pós-doutoral orientado pelo professor doutor Antonio Fausto Neto. O projeto é intitulado “O Papel do Progresso: a midiatização da implantação da Fábrica Suzano Papel e Celulose em Imperatriz” e tem como meta principal analisar as operações de midiatização efetivadas pela Suzano no ambiente da comunicação local, notadamente, o jornal *O Progresso* (edições impressa e online) e os mais representativos blogs locais de informação.

Esta é a segunda produção que a pesquisa gera. Antes, no mês de julho, apresentamos, por intermédio da bolsista de pesquisa do projeto, Letícia Holanda de Sousa, no XVIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste (Intercom), o artigo: “O Papel do Progresso: uma Análise da Presença da Fábrica Suzano de Papel e Celulose em *O Progresso*”. O objetivo desse trabalho foi mostrar,

quantitativamente, como a Suzano ocupou, na condição de acontecimento midiático, as páginas de *O Progresso*, tanto na condição de informação quanto de publicidade.

O foco, então, deste segundo artigo é a análise das relações constituídas entre o jornal *O Progresso* e os blogs informativos com o leitor dos mesmos, a partir da avaliação do material publicado sobre a Suzano, considerando a teoria da midiatização. Para empreender tal iniciativa, procedemos a um levantamento documental do material publicado sobre a Suzano, tanto em *O Progresso* (nas suas versões impressa e online) quanto em oito blogs locais (Blog Asmoimp, Blog da Kelly, Blog do Elson Araújo, Blog do Josué Moura, Blog do William Marinho, Blog do Jhivago Sales, Blog do João Rodrigues e Blog Notícia da Foto). Em *O Progresso*, o levantamento foi feito, numa primeira ação, no arquivo dos jornais impressos e, numa segunda ação, no arquivo digital do periódico. O levantamento, ao final da pesquisa, compreendeu 942 edições, perfazendo um total de 214 matérias referentes à implantação da fábrica (notícias, reportagens, notas, publicidade, artigos). Já em relação aos blogs, a seleção foi efetivada, a partir da pesquisa nos sistemas de busca dos próprios dispositivos, com entrada feita pela palavra “Suzano”. Tais blogs foram escolhidos porque, na “cartografia comunicacional” de Imperatriz, possuem uma representatividade bastante considerada.

Como segunda etapa de tratamento do material coletado na análise documental, após conhecer todo o arquivo selecionado, fizemos o devido recorte para proceder às leituras mais específicas. O critério adotado para a seleção das matérias que formariam o *corpus* definitivo foi o aparecimento da mesma notícia ou reportagem (ou o seu conteúdo integral) em mais de um dispositivo. Assim, foram selecionadas 10 matérias que circularam em, pelo menos, dois veículos: em *O Progresso* e um blog (houve matérias que circularam, ao

mesmo tempo, no jornal e em cinco blogs). A ideia, neste caso, foi analisar materialidades que pudessem contemplar, ao mesmo tempo, os dois tipos de dispositivos escolhidos: tanto o jornal (impresso e online) quanto os blogs informativos. Por conta disso, restringimo-nos às notícias e reportagens.

As matérias escolhidas constam da tabela abaixo, com os respectivos registros de aparecimento nos dispositivos selecionados para análise:

MATÉRIA	DATA	Local de Publicação
"Nasce mais uma semente de desenvolvimento em Imperatriz", diz o prefeito Madeira.	Janeiro de 2011	Blog do Elson Araújo
		Jornal O Progresso
Suzano celulose lança programa de capacitação profissional em Imperatriz.	Abril de 2011	Blog do Elson Araújo
		Blog do João Rodrigues
		Blog Notícia da Foto
		Jornal O Progresso
Suzano papel e celulose amplia investimentos no Nordeste.	Junho de 2011	Blog do Elson Araújo
		Blog do William Marinho
		Blog do João Rodrigues
		Jornal O Progresso
Suzano papel e celulose realiza audiências públicas em Imperatriz e João Lisboa	Julho de 2011	Blog do João Rodrigues
		Jornal O Progresso
Suzano: Construção da Fábrica de Papel e celulose de Imperatriz está em pleno andamento.	Dezembro de 2011	Blog do Josué Moura
		Jornal O Progresso
Suzano lança cursos de Capacitação de Pessoas na Região Tocantina.	Março de 2012	Blog do William Marinho
		Blog do Josué Moura
		Jornal O Progresso
Suzano emite nota de esclarecimento sobre morte de trabalhadores.	Setembro de 2012	Blog Asmoimp
		Jornal O Progresso
Três funcionários da Suzano Papel e Celulose morrem carbonizados ao tentar apagar fogo em fazenda.	Outubro de 2013	Blog Asmoimp
		Blog da Kelly
		Blog do João Rodrigues
		Blog Notícia da Foto
		Jornal O Progresso
Suzano começa a produzir celulose na fábrica de Imperatriz.	Janeiro de 2014	Blog do Elson Araújo
		Blog do Josué Moura
		Blog Notícia da Foto
		Jornal O Progresso
Inauguração da fábrica da Suzano em Imperatriz.	Março de 2014	Blog da Kelly
		Blog do Elson Araújo
		Blog do Jhivago Sales
		Blog do João Rodrigues
		Blog Notícia da Foto
		Jornal O Progresso

Tabela 1 – Os autores

Convém destacar que o *corpus* formado para o procedimento da análise tem as seguintes características: em primeiro lugar, os dez acontecimentos jornalísticos se distribuem pelo período que compreende o início da construção da planta industrial (março de 2011) e a inauguração oficial da empresa (março de 2014); em segundo lugar, está enfeixado no conjunto do que Melo, Assis (2016) convencionaram chamar de Jornalismo Informativo, basicamente dividido entre a notícia e a reportagem (sendo preciso, para ‘reportagem’, fazer um esforço condescendente à teoria – como afirmamos em artigo anterior (HOLANDA, MATOS, 2016)); enfoca uma diversidade de assuntos (início da construção; lançamento de programa de capacitação; tragédias envolvendo trabalhadores; audiências públicas; início da produção industrial; inauguração), o que constitui uma linearidade na publicização da “narrativa” do desenvolvimento da empresa em solo imperatrizense, culminando, claro, com a sua inauguração festiva, com a presença, inclusive, da presidenta da República, Dilma Rousseff; caracteriza-se por efetivar uma mínima relação com o leitor, como se verá na análise feita adiante.

2. A Suzano e a midiatização jornalística

As teorias que englobam o campo da midiatização são bastante novas e, no Brasil, ao menos, ainda pouco conhecidas. Isso pode se dar por dois motivos: pelo fato de que a ciência, por questões de conjuntura e estrutura, pouco – ou lentamente – se pulveriza (necessitando de promoção de congressos e demais eventos científicos e da publicação de edições acadêmicas, em geral, com baixas tiragens e divulgação territorial pouco extensa) e ainda por conta da sua novidade, em termos de construção epistemológica e teórica.

Isso, inclusive, num sentido duplo. De trabalho das teorias que a explicam e ainda da sua efetividade social propriamente dita. Fausto Neto (2008, p. 90), como exemplo, afirma que

(...) a midiaticização resulta da evolução de processos midiáticos que se instauram nas sociedades industriais, tema eleito em reflexões analíticas de autores feitas nas últimas décadas e que chamam atenção para os modos de estruturação e funcionamento dos meios nas dinâmicas sociais e simbólicas.

Convém registrar que o nosso contato inicial com as teorias que englobam o estudo da midiaticização se deu no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), que é onde, no Brasil, esses estudos iniciaram e se mantêm mais consolidados, inclusive com a institucionalização de uma linha de pesquisa própria (“Midiaticização e Processos Sociais”), contando hoje com pesquisadores de renome nacional, orientando a produção de uma quantidade significativa de dissertações e teses e empreendendo intercâmbios com pesquisadores da América Latina e Europa.

Numa postura metodológica, cabe-nos tentar conceituar a midiaticização. Nesse caso, valemo-nos de Fausto Neto (2008, p. 92), que, construindo um contexto mais amplo, escreve:

A convergência de fatores sócio-tecnológicos, disseminados na sociedade segundo lógicas de ofertas e de usos sociais produziu, sobretudo nas três últimas décadas, profundas e complexas alterações na constituição societária, nas suas formas de vida, e suas interações. Ocorre a disseminação de novos protocolos técnicos em toda extensão da organização social, e de intensificação de processos que vão transformando tecnologias em meios de produção, circulação e recepção de discursos. Já não se trata mais de reconhecer a centralidade dos meios na tarefa de organização de processos interacionais

entre os campos sociais, mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se denominaria a «cultura da mídia». Sua existência não se constitui fenômeno auxiliar, na medida em que as práticas sociais, os processos interacionais e a própria organização social, se fazem tomando como referência o modo de existência desta cultura, suas lógicas e suas operações.

Queremos destacar, nessa assertiva, o enfoque dado pelo pesquisador ao processo de superação, via midiaticização, do cenário anterior, vivenciado pela sociedade, que era o da Sociedade dos Meios: aquele em que a mídia funcionava como organizadora de uma produção de sentido, como auxiliar num sistema de interações sociais, negociando com os demais campos (por exemplo: os sindicatos “iam para a mídia” para fazerem ouvir-se; as assessorias de comunicação “buscavam os jornais” para negociar espaços de publicização/visibilidade dos seus clientes; enfim, os sujeitos buscavam a mídia para, por meio dela, acessar a esfera pública). Hoje, a midiaticização é um sistema interacional de referência (BRAGA, 2006), constituindo um próprio campo de existência para todas as organizações (nos mesmos exemplos: hoje os sindicatos têm suas mídias próprias; as assessorias, ao invés de apenas buscarem os espaços na mídia tradicional, criam-nos para seus clientes e os administram, fazendo deles espaços de publicização e visibilidade). É o que diz Fausto Neto (2008, p. 93, com grifo nosso), quando descreve:

Uma designação econômica para diferenciar a «sociedade dos meios» da «sociedade da midiaticização» está no fato de que na primeira as mídias estariam a serviço de uma organização de um processo interacional e sobre o qual teriam uma autonomia relativa, face à existência dos demais campos. Na segunda, a cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-

técnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade. Nestas condições, as mídias seriam o lugar (...) em que no plano da sociedade global ter-se-ia o “trabalho” sobre as representações sociais (Verón, 2004). *As mídias perdem este lugar de auxiliaridade e passam a se constituir uma referência engendrada no modo de ser da própria sociedade, e nos processos e interação entre as instituições e os atores sociais (...).*

Com a midiaticização, estabelece-se uma nova cultura: a cultura midiática. A mídia deixa de ser apenas um aparato técnico, passando a funcionar, realmente, como um sistema referencial de organização do mundo – como foi, por muitos anos, por exemplo, a escrita, que criou a cultura impressa. A sua amplitude é tão grande que Gomes (2015) identifica, com ela, a instituição de uma nova ambiência social e cita Muniz Sodré (apud GOMES, 2015), que qualifica esta nova forma de viver neste mundo como “Bios Midiático”. Outro exemplo de reconhecimento da importância deste fundamento social está no fato de que Hjarvard (2014) o compara, em termos de amplitude, a processos sociais fundantes de uma nova ordem, como a urbanização e a globalização. Por fim, como já mencionado, Braga (2006, p. 02) o qualifica como um sistema interacional de referência: “Assim, dentro da lógica da mediatização, os processos sociais de interação mediatizada passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem mas se ajustam.”

Os demais processos interacionais se ajustam à mediatização. Como exemplos, podemos arrolar o estudo de Xavier (2014), que descreve como se transformam, pelo viés da mediatização, as práticas do universo psi (psiquiatria, psicologia, psicanálise), a partir do estabelecimento de novas relações entre especialistas e pacientes. Ou ainda as transformações operadas no campo religioso e político (FAUSTO NETO, 2008).

Outra característica da sociedade em vias de midiaticização é o estabelecimento, nessa nova relação produção-recepção de produtos midiáticos, de uma zona que, antes, estava relegada a um simples aspecto instrumental e que se mostra ativa e determinante na efetivação de um processo dinâmico de comunicação: a circulação.

É pela circulação que os papéis de emissor/produzidor e receptor se alternam, continuamente. É o que afirma Braga (2006, p. 28, grifos dele), quando diz: “O jornal pode virar papel de embrulho e lixo, no dia seguinte, mas as informações e estímulos continuam a circular. *O sistema de circulação interacional* é essa movimentação social dos sentidos e dos estímulos produzidos inicialmente pela mídia.” E ainda: “É relevante, para percebermos o sistema de interação social sobre a mídia, que a circulação de produtos midiáticos na sociedade não se faz apenas como ‘escolher e acolher’ segundo critérios culturais anteriores, mas gera um *trabalho social dinâmico*: respostas.” (BRAGA, 2006, p. 29, grifos dele).

Também Fausto Neto (2008, p. 63) se posiciona sobre a necessidade de readequação no estabelecimento de posturas de produção e recepção, neste novo cenário:

O conceito de circulação complexifica-se percorrendo um caminho longo, e somente o avanço das transformações dos regimes sócio-técnicos engendrados pela midiaticização e suas repercussões sobre a organização social, permite compreender a saída de parte de sua problemática, de uma região invisível, para se transformar em dispositivos (com visíveis marcas) sócio-técnico-discursivos que vão reformular imensamente os processos de interação, especialmente o lugar, e o próprio conceito de recepção.

Para o âmbito da pesquisa que empreendemos, cabe destacar as transformações que se operam no campo específico do jornalismo. Segundo alguns autores, estamos vivendo a fase da migração de um

jornalismo de massa para um jornalismo midiaticizado; uma fase de transição, em que temos “(...) dois tempos evolutivos, neste caso a Modernidade e sua sucedânea, a Sociedade da Informação – em que formas antigas [de jornalismo] convivem com novos processos.” (PICCININ apud SOSTER, 2009, p. 165). Um tempo em que práticas tradicionais de jornalismo se equilibram em um novo cenário; em que as teorias tradicionais, como o Agenda Setting, o News-making, os fatores tradicionais de noticiabilidade, por exemplo, já não conseguem explicar o fluxo da notícia, nem os seus engendramentos produtivos. É em que novas características de um novo jornalismo se fazem perceber.

Numa tentativa de caracterizar este novo formato de jornalismo, valemo-nos dos estudos de Fausto Neto (2008) e Soster (2009). Para o primeiro, são quatro as mudanças que reestruturam o jornalismo em relação à midiaticização:

Segundo nossas hipóteses, as configurações desta «analítica», e de seu funcionamento, apresentam-se no universo do jornalismo e de sua prática, segundo quatro aspectos: 1) transformações da «topografia jornalística», como espaço «organizador do contato»; 2) a auto-referencialidade do processo produtivo; 3) auto-reflexividade sobre seus fundamentos teóricos; 4) transformação do *status* do leitor. (FAUSTO NETO, 2008, p. 96).

Explicando tais aspectos, resumidamente, diríamos que:

- a) As “transformações da ‘topografia jornalística’ como espaço ‘organizador de contato’” se referem às novas ações que o jornalismo empreende para mostrar seu processo produtivo e, ao mesmo tempo, ampliar sua zona de contato com o leitor. Nesse aspecto, vale o registro das ações de visibilização, por parte dos dispositivos jornalísticos, do seu processo e seus es-

paços de produção da notícia (a redação ao fundo do Jornal Nacional é um exemplo emblemático: o telespectador tem acesso à ‘cozinha’ do jornalismo...), do processo de ‘atorização’ dos jornalistas (cada dia mais midiáticos, mais ‘mostrativos’, mais transformados em celebridades), da abertura de mais seções em que o contato com o leitor é institucionalizado (seções de correspondência, de ombudsman, espaço “você no jornal X”, seção “Você, repórter”, “Sua foto no...”, etc). Fausto Neto (2008, p. 98) argumenta que “O efeito de sentido dessa estratégia é, justamente, argumentar que é preciso construir um vínculo mais duradouro entre estruturas de produção e consumo do jornal, e, para tanto, é preciso tornar visível e disponível o universo do próprio processo produtivo, nele fazendo, de alguma forma, aceder o leitor.”

- b) A “auto-referencialidade no processo produtivo” se estabelece a partir das ações do jornalismo, que lança luz sobre os seus próprios processos produtivos, na tentativa de mostrar ao leitor, além da informação, todo o percurso que ela efetivou para estar ali, ao seu alcance. Isso se nota, por exemplo, em textos editoriais que enaltecem a ‘aventura’ na produção de uma reportagem. Para Fausto Neto (2008, p. 98-99), “Não se trata mais de falar para o leitor, apontá-lo a realidade construída, ou dizer que sabe ou que «soube antes», mas relatar como faz para dizer que «sabe antes...».”
- c) A “auto-reflexividade sobre seus fundamentos teóricos” significa as tentativas do próprio sistema jornalístico de refletir sobre o seu processo produtivo. Como afirma Fausto Neto (2008, p. 99), “São enunciações que refletem os desafios e os efeitos de um «modo de dizer», chamando atenção para

as concepções do dispositivo sobre o seu trabalho, e seu processo produtivo.”

- d) A “transformação do *status* do leitor” representa uma nova forma de conceber o esquema produção-recepção, não mais de forma unilateral, mas incluindo o leitor no processo, como sujeito ativo e coprodutor. Nas palavras de Fausto Neto (2008, p. 100): “A mudança do contrato, com a inclusão do receptor no âmbito do próprio dispositivo, significa que ele passa a se constituir num co-gestor de operações de sentido, na medida em que «vem lá de fora, jogar o jogo que se passa aqui dentro»”. O autor explica, no entanto, que essa participação está vinculada às regras estabelecidas pelo dispositivo – como, por exemplo, as regras para o aparecimento de perguntas, em quadros de entrevistas, ou a própria seleção das mesmas, ou ainda as regras que são postas para a publicação (com ou sem moderação) de comentários de notícias pelos jornais online, portais, revistas e blogs informativos, conforme apresentam Reino e Bueno (2014).

Tais características, por si sós, já apontam para uma nova forma (ou dinâmica) de se fazer jornalismo, que o tornaria diverso de um jornalismo que se fazia antes do advento de uma sociedade em vias de midiaticização (ou que ainda se faz, considerando o fato de que, para muitos autores, ainda estamos vivendo uma fase de transição, ou de consolidação em processo). Porém, a elas ainda podemos, seguindo o raciocínio de Soster (2009), agregar outras:

- a) A Correferência: que pode ser percebida na ação, sistemática, dos veículos de mídia de registrarem, em suas matérias jornalísticas, a coleta de informações em

outros dispositivos de igual natureza. Por exemplo: um jornal que informa ter coletado determinada notícia num site; um telejornal que registra que a informação foi divulgada por um jornal ou revista ou programa de rádio ou site. Isso faz com que se estabeleça uma verdadeira rede midiática, de oferta de informação e de sentidos. Soster (2013, sp) escreve: “Importante observar que a co-referência é tão antiga quanto o jornalismo (...). O que muda, nesse cenário, é a potência com que se estabelece.”

- b) A descentralização: o que significa que já não existe mais uma hegemonia, em relação a alguns dispositivos, na oferta de informação – nem no *status* dela. Para Soster (2013, sp), a arquitetura midiática, em uma sociedade midiaticizada, se reconfigura: “Pensar a descentralização implica admitir que a forma do sistema é, antes, rizomática que axiomática, e que isso se deve, em muito, às características operacionais da internet, que amalgama o sistema jornalístico, antes complexa que linear.”
- c) A dialogia: que ocorre nas ações do jornalismo de ir “beber na fonte” de outras práticas, como, por exemplo, a literatura, incorporando alguns de seus fundamentos – neste caso, as técnicas narrativas. Como advoga Soster (2013, sp): “É quando o jornalismo, por exemplo, vai buscar na literatura subsídios para estabelecer diferenças, reconfigurando-se nas instâncias de emissão, recepção, circulação e reconhecimento (...)”.

Para nós, claro fica que a adequação do jornalismo a essas características vai variar, a depender da conjuntura de cada localidade. Afinal, como mesmo apontam os teóricos, a midiaticização tem sua

consolidação vinculada a aspectos específicos, estando mais presente em sociedades altamente industrializadas (HJARVARD, 2014).

Neste sentido, nossa pesquisa se restringe a analisar o estágio do jornalismo de Imperatriz, considerando os dispositivos jornal (impresso e online) e blogs, a partir do enfoque da relação que tais dispositivos mantêm com o seu leitor. Afinal, a relação com o leitor aproxima ou afasta o jornalismo local de um cenário midiaticizado?

3. Jornal, blogs e a relação com o leitor

Efetivando a análise qualitativa do *corpus* selecionado para a pesquisa, formado por 10 matérias (entre notícias e reportagens) que veiculavam informações sobre a implantação da Fábrica Suzano de Papel e Celulose em Imperatriz, pudemos perceber que, especificamente, no aspecto da relação com o leitor, tanto jornal *O Progresso* quanto os oito blogs mantêm uma postura muito distante e pouco receptiva ao estabelecimento de uma relação comunicativa com ele.

Em primeiro lugar, quanto ao jornal *O Progresso*, notamos que, nas 10 matérias analisadas, não apareceu nenhum comentário, no espaço específico para esse fim. Isso ocorre, apesar de, no site, haver o local para que o leitor comente sobre as matérias que lê. Outra observação relevante é o fato de, no período estudado (compreendido entre o início da construção da fábrica e a sua inauguração), não encontramos nenhum texto opinativo, com característica de ser de leitor, no espaço específico do jornal – ele disponibiliza, tanto na edição impressa quanto na online, um espaço denominado “Colunas”, em que publica textos tanto de colunistas próprios quanto de leitores. No período estudado, apenas foi verificado o aparecimento de dois textos opinativos, semelhantes aos do espaço “Coluna”, no jornal: o artigo “Suzano: começa um novo ciclo”, do jornalista El-

son Araújo (na época, secretário de comunicação da Prefeitura de Imperatriz) e o artigo “Suzano Papel e Celulose: os prós e contras dessa grande empresa”, do jornalista Domingos César (na época, integrante da equipe da Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Imperatriz). Os dois artigos foram publicados na mesma edição do jornal, no dia da inauguração da fábrica (20 de março).

Há que se registrar, talvez para validar a inexistência de comentários sobre a implantação da Suzano nas edições estudadas de *O Progresso*, que este jornal tem uma existência no ambiente da internet muito pouco profissionalizada e, por conseguinte, sem atrativos. Quanto a isso, duas observações:

a) Apesar de estar na internet desde 2011, o site do jornal é pouco atrativo e apresenta poucos recursos de arquitetura virtual: não possui recursos audiovisuais, como a presença de galeria de fotos, de vídeos, de podcasts; não há movimentos na página inicial; as matérias não apresentam nenhum tipo de hiperlink. O jornal, com essa postura, estaria em desacordo com o que Santaella (2004, p. 182) reconhece como o perfil do leitor imersivo, que circula pela internet: “A rede não é um ambiente para imagens fixas, mas para a animação. Não há mais lapsos entre a observação e a movimentação.”

b) Sua presença nas redes sociais (Facebook e Twitter, as mais acessadas) é muito tímida. Alguns dados: a página do Twitter do jornal tinha 361 seguidores¹; como parâmetro, pudemos constatar que as páginas dos jornais *O Estado do Maranhão*, *O Imparcial* e *Pequeno*, de São Luís, tinham, respectivamente, 21.400, 9.708 e 13.700 seguidores; cabe

1 Para todas as informações sobre as páginas do jornal nas redes sociais, foi tomado o dia 06 de agosto de 2016, entre 17h e 20h, como referência, pois foi o dia em que as verificações foram feitas.

informar que os quatro jornais inauguraram suas páginas nesta mídia social entre os anos de 2009 e 2010; a mesma página no Twitter, no dia pesquisado, apresentava matérias postadas pela manhã, nas quais não havia nenhuma curtida, resposta nem retweet (que são, em tese, indícios de aceitação ou de reação frente ao que foi postado); quanto ao Facebook, a página do jornal possuía postagens de dois dias anteriores, tendo a postagem mais curtida o número de 7 curtidas; o jornal, ao contrário do que faz no Twitter, não posta no Facebook os links das matérias, que direcionariam o leitor para o seu site, mas apenas algumas páginas, como fotos; ainda como forma de comparação, pudemos perceber que, enquanto *O Progresso* possui um total de 33.743 curtidas em seus posts, *O Imparcial* possui 175.961, *O Estado do Maranhão* possui 50.136 e o *Jornal Pequeno* possui 30.388; entre os quatro jornais, *O Progresso* é o único que não apresenta links na página do Facebook para as suas matérias. Tais comparações são basilares, pelo fato de ser *O Progresso*, conforme informação na sua página no Facebook, na seção “sobre”, o “Primeiro Jornal diário da Região Tocantina e terceiro mais antigo do Estado do Maranhão em circulação”.

Em relação aos blogs selecionados para estudo (Blog Asmoimp, Blog da Kelly, Blog do Elson Araújo, Blog do Josué Moura, Blog do William Marinho, Blog do Jhivago Sales, Blog do João Rodrigues e Blog Notícia da Foto), em primeiro lugar, cabe informar que três deles não apresentam a ferramenta “comentários” nos seus dispositivos: Blog da Kelly, Blog do Elson Araújo e Blog do Jhivago Sales. Os blogs foram selecionados pelo fato de que podem ser considerados dispositivos informativos, pois divulgam notícias, com o caráter de atualidade, localidade e abrangência de foco (em geral,

tratam de política, educação, saúde, violência urbana, dentre outros assuntos), são reconhecidos na cidade e ainda noticiaram, em maior e menor grau, o processo de implantação da Suzano em Imperatriz.

Quanto ao estabelecimento de um relacionamento com o leitor, pudemos constatar, pela análise das matérias selecionadas, que, assim como *O Progresso*, ele é inexistente ou mínimo. Nas 10 matérias selecionadas para análise, em apenas duas delas surgiram comentários, e, em todos eles, não houve nenhum tipo de resposta aos leitores.

Os dois primeiros comentários surgidos foram correspondentes à matéria “Suzano celulose lança programa de capacitação profissional em Imperatriz”, publicada em abril de 2011 e divulgada em *O Progresso* e nos blogs: Blog do Elson Araújo, Blog Notícia da Foto e Blog do João Rodrigues. Neste último, foram postados dois comentários. A leitora, identificada por Jordana, escreveu, no dia 15 de abril, às 13:52: “como que posso fazer para me escrever (sic) no programa Capacitar?”; e o leitor, identificado como Claudino Fernandes de Almeida, escreveu, no dia 20 de abril de 2011, às 13:50: “como posso fazer para me inscrever no programa capacitar e quais exigências (sic)”. Ambos os comentários não foram respondidos, nem geraram uma possível matéria de orientação.

O terceiro comentário apareceu no dia da cerimônia de inauguração da fábrica. Com o título “Inauguração da fábrica da Suzano em Imperatriz”, esta matéria foi publicada no jornal *O Progresso* e nos seguintes blogs: Blog da Kelly, Blog do Elson Araújo, Blog do João Rodrigues, Blog do Jhivago Sales e Blog Notícia da Foto. Neste último, foi postado o seguinte comentário:

Será que os nosso (sic) honoráveis vereadores e deputados sabem alguma coisa dos IMPACTOS NEGATIVOS que essa empresa, SUSANO (sic), causará à (sic) toda região tocantina? Só a título de informação, está escrito: A Europa e Os americanos não querem as

empresas de celulose por lá, somente o produto ou seja, o papel. Onde elas estão se instalando segundo o autor do artigo: Nos países onde a legislação é frágil e os políticos são corruptos – O que será daqui a alguns anos? Deus nos proteja.

O comentário, escrito pelo leitor Leandro Lima, identificado como sendo do Instituto Federal do Maranhão, foi publicado no mesmo dia da matéria (20 de março), às 04:49. Assim como os dois anteriores, ficou sem resposta nem contestação – o que seria presumível ou desejável, tal o seu conteúdo de contestação e tamanha a importância do fato a que alude.

Analisando, em seu conjunto, o comportamento dos dispositivos estudados, em relação à ação de relacionamento com o leitor, o que percebemos é que a postura não se coaduna com um jornalismo num contexto de mediação.

E Soster (2009) avalia que, no cenário de um jornalismo mediado, não cabe mais a postura de um leitor que apenas espera do dispositivo informativo; mas, sim, valendo-se da própria arquitetura da internet (links e demais ferramentas), este leitor faz seu próprio caminho de leitura e assume uma postura mais ativa em relação à mídia a partir da qual se informa – portanto, de co-gestão da informação que recebe e que, em grande parte das vezes, repercute.

Como última contribuição à reconfiguração desta nova postura do leitor, neste novo ambiente, novo cenário e nova arquitetura comunicacional, convém destacar a análise que Reino e Bueno (2014) realizaram sobre portais, sites de jornais e de revistas (semanais e mensais) brasileiros, identificando no estabelecimento da ferramenta “comentários” nesses dispositivos uma marca do jornalismo da atualidade – quer como forma de captar mais leitores, de avaliar o nível de repercussão das matérias que publicam ou de efetivar um contato efetivo com o seu leitor. Para eles, os comentários são

constitutivos de um novo momento do jornalismo, que Fausto Neto (2008) e Soster (2009) vão reconhecer como midiaticizado.

4. Considerações finais

Há ainda um longo caminho a percorrer na análise do estágio atual do jornalismo de Imperatriz, como prática informativa e de produção de sentido, em relação às características da midiaticização, tomando-se por base a publicização dos acontecimentos relativos à implantação da Fábrica Suzano de Papel e Celulose na cidade – nosso campo atual de investigação. Outros aspectos precisam ser analisados, confrontados e descritos, para o estabelecimento de uma avaliação mais ampla e acurada.

Por enquanto, o que este artigo se propôs foi definir um posicionamento analítico em relação à postura, tanto do jornal *O Progresso* quanto dos blogs locais, estabelecida na relação com o leitor.

E o que a análise do *corpus* montado, efetivada à luz da teoria aqui apresentada, demonstrou foi que, nos dispositivos avaliados, o leitor não tem uma postura ativa: seus comentários, nos raríssimos momentos em que apareceram nos espaços devidos, não obtiveram atenção nem dos jornais e dos blogs nem da empresa mencionada neles – alvo da demanda de informações e da crítica sobre a sua necessidade de efetivar uma proteção ambiental.

Desatenção que também se faz sentir na despreocupação, no caso do jornal *O Progresso*, de tornar sua “arquitetura virtual” mais atrativa e interativa – colhendo, como consequência, pouquíssimo retorno dos seus leitores (afinal, como descreve Santaella (2004, p. 17), o leitor que navega pelas “infovias do ciberespaço” está acostumado a trilhas “[...] povoadas de imagens, sinais, mapas, rotas, luzes,

pistas, palavras, textos e sons”. E um site com poucos atrativos dessa natureza não prende sua atenção...) E, igualmente, na postura de alguns blogs de não fornecerem espaços para comentários.

Claro que uma investigação de outra ordem poderá perceber, por exemplo, uma postura mais ativa do leitor em outros dispositivos midiáticos – como o rádio, as redes sociais, blogs de natureza mais opinativa. Contudo, acreditamos que, pela natureza dos dispositivos que selecionamos para estudo, e dada a abrangência, importância e singularidade do acontecimento do nosso estudo (afinal, trata-se da implantação, em uma cidade de porte médio, da segunda maior fábrica de celulose do mundo, geradora de milhares de empregos diretos e indiretos), não encontrar manifestações do leitor nesses dispositivos sinaliza para o fato de que eles, em sua gênese, não se esforçam para estabelecer essa zona de contato.

Tais características, cremos, estão em disparidade com a postura de um jornalismo numa sociedade em vias de midiaticização, como se mostrou acima, que teria, como um dos seus pilares, o estabelecimento de uma relação mais ativa com o leitor, sendo ele cogestor da informação e ponto ativo no processo de circulação, que então se estabelece ativamente. E também com a lógica mesma de um jornalismo no âmbito da internet, em que o comentário é um dos seus elementos constitutivos.

Um leitor invisível não se coaduna com um jornalismo dos novos tempos...

Referências.

BRAGA, José Luiz. **Mediatização como processo interacional de referência.** Versão revista de artigo apresentado no GT Comunica-

ção e Sociabilidade, do XV Encontro da Compós, na Unesp, Bauru, em julho de 2006.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática.** São Paulo: Paulus, 2006.

FAUSTO NETO, Antonio. **Mediatização – Prática social, prática de sentido.** Encontro da Rede Prosul. “Comunicação e Processos Sociais”, 2005, UNISINOS/PPGCC. São Leopoldo. 2005-2006.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma analítica da mediação. **Revista Matrizes.** n.2, abril de 2008. p. 89-105.

FAUSTO NETO, Antonio. **Notas sobre as estratégias de celebração do jornalismo.** Estudos em Jornalismo e Mídia. Ano V. N. 01. P. 109-121. Janeiro-junho de 2008.

FAUSTO NETO, Antonio. **As bordas da circulação.** ALCEU - v. 10 - n. 20 - p. 55 a 69 – Rio de Janeiro. Jan./jun. 2010

GOMES, Pedro Gilberto. Mediatização: um conceito, múltiplas vozes. In: FAUSTO NETO, Antonio, ANSELMINO, Natalia Raimondo, GINDIN, Irene Lis (orgs). **CIM – Relatos de Investigações sobre mediatizaciones.** Rosário: UNIR Editora, 2015.

HJARVARD, Stig. **A mediatização da cultura e da sociedade.** São Leopoldo: Unisinos, 2014.

HOLANDA, Letícia de Sousa, MATOS, Marcos Fábio Belo. **O papel do progresso: uma análise da presença da fábrica Suzano de Papel e Celulose em O Progresso.** XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Caruaru - PE – 07 a 09/07/2016. Anais.

LUNDBY, Kunt (et. Al). **Mediatization of communication.** In: Collection Handbooks of Communication, Science, n. 1, July 14, 2014. Berlim Gruyter Mouton. Tradução livre e adaptada de Pedro Gilberto Gomes. São Leopoldo: Unisinos, PPGCC, 2016.

MELO, José Marques de, ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos**: um modelo classificatório. Intercom – RBCC. São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016.

REINO, Lucas Santiago Arraes, BUENO, Thaisa (org.). **Comentários na Internet**. Imperatriz - Maranhão: EDUFMA, 2014.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço**: o papel cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. **O jornalismo em novos territórios conceituais**: internet, midiaticização e a reconfiguração de novos sentidos midiáticos. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2009.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. **Dialogia e atorização**: características do jornalismo midiaticizado. 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Brasília – Universidade de Brasília – Novembro de 2013. Anais.

XAVIER, Monalisa Pontes. **A consulta transformada**: experimentações de dispositivos interacionais “psi” na sociedade em midiaticização. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo-RS, 2014.

JORNAIS PESQUISADOS.

O Progresso. Edições de 2011. (versão impressa)

O progresso. Edições de julho de 2011 a março de 2014 (versão online). Disponível em: <http://www.progresso.com.br>.

BLOGS PESQUISADOS:

Blog Asmoimp. Disponível em: <http://www.asmoimpcomduduza.com.br>

Blog do Elson Araújo. Disponível em: <https://porelsonaraujo.blogspot.com.br>

Blog da Kelly. Disponível em: <http://www.blogdakellyitz.com.br>

Blog do João Rodrigues. Disponível em: <http://www.blogsoestado.com/joaorodrigues>

Blog do Josué Moura. Disponível em: <http://josuemoura.blogspot.com.br>

Blog do Jhivago Sales: <http://www.jhivagosales.com.br>

Blog Notícia da Foto. Disponível em: <http://www.noticiadafoto.com.br>

Blog do William Marinho. Disponível em: <http://www.willianmarinho.com.br>

RELEASE NOS JORNAIS O PROGRESSO E CORREIO POPULAR, DE IMPERATRIZ (MA)

MARCO ANTÔNIO GEHLEN

Introdução

A disseminação do uso das novas tecnologias de informação e comunicação promoveu, principalmente nas duas últimas décadas, profundas modificações nas rotinas produtivas do jornalismo, intensificando o volume de informações disponibilizadas aos jornalistas - o que coincide com a profissionalização das assessorias de imprensa - com reflexos diretos na necessidade crescente de editores e repórteres atuarem como filtros das informações. Os interesses e critérios, ou seja, as estruturas inferenciais da seleção do que pode se tornar notícia, no entanto, dependem de uma gama de perspectivas e influências que merecem atenção de pesquisadores da área da comunicação.

Sob esse prisma, o presente estudo buscou, pela hipótese do *newsmaking*, compreender os processos de *gatekeeping* (filtragem da informação) utilizados pelos dois jornais diários - *O Progresso* e *Correio Popular* - em circulação no município de Imperatriz, a segunda maior cidade do Maranhão.

Foram pesquisadas as edições diárias dos dois jornais durante os meses de junho e julho de 2012, analisando, por meio de uma abordagem predominantemente quantitativa, o tratamento dado a um tema específico: Expoimp (Exposição Agropecuária de Imperatriz) – evento realizado entre 7 e 15 de julho de 2012 no município, com objetivo de levantar peculiaridades do processo de seleção ou

filtragem das notícias publicadas no período, a partir de uma hipótese preliminar de que predominam as publicações de textos na íntegra, oriundo de assessorias de imprensa, em detrimento de textos autorais, escritos por repórteres.

Jornalismo impresso e a condição da velocidade

As explosões informacionais, ocorridas nas últimas décadas, a partir da disseminação do uso dos computadores e das redes digitais, assim como o advento da convergência multimidiática em curso, expandiram as fronteiras e alteraram os modelos das organizações midiáticas, com profundas modificações nas estruturas dos veículos de comunicação, bem como no *modus operandi* do jornalismo.

Os processos de produção da notícia, bem como os canais de distribuição e consumo das informações, foram profundamente modificados, nas últimas décadas, pela informatização e pelo surgimento da internet comercial. De acordo com Neveu (2006), a atividade jornalística foi afetada diretamente pela informatização e pelas técnicas mais recentes, como a criação de espaços pré-formatados para as notícias, até a velocidade de cobertura atualmente intensificada pela acelerada e facilitada transmissão de dados pela rede. Outro aspecto observado é que a descentralização da *web* torna cada indivíduo como potencial produtor de conteúdo, ampliando de modo imensurável as possibilidades de acesso a fontes de informação, o que impõe grande desafio para os jornalistas.

Nas palavras de Marcondes Filho (2009), as novas tecnologias incidem de duas maneiras na atividade: virtualizam o trabalho e interferem nos conteúdos, propondo às redações, acostumadas anteriormente à materialidade do papel dos jornais impressos, a se deparar com a volatilidade das redes de computadores e a intensifica-

ção no ritmo de produção, a reorganização das relações de trabalho e novas atribuições e exigências aos jornalistas.

Para se compreender os efeitos no cotidiano jornalístico é preciso observar que a internet permitiu o surgimento do jornalismo digital (ou jornalismo *online*), tornando-se uma fonte poderosa para a produção de informações jornalísticas, mas passou também a organizar e estruturar as etapas de apuração, composição, edição e circulação das notícias, seja como ferramenta de trabalho do jornalista, seja como meio para acesso às fontes de conteúdo. Como reflexo da incorporação de novas ferramentas na rotina do jornalista, vê-se a exigência de profissionais multitarefas e com capacidades multimídias, cada vez mais aptos a atuar com agilidade no processo de produção e distribuição de conteúdos. É uma mudança de fluxo e de rotina (SILVA, 2009, p.8).

Conforme Luciane Agnez (2011), essa profusão de ferramentas está influenciando na rotina e na organização do tempo por parte das empresas jornalísticas. Com a pressão do tempo e as facilidades de localizar todo tipo de informação pela internet, por meio de bancos de dados ou agregadores de conteúdo, os jornalistas, segundo a autora, também estão limitando, ao computador ou a poucos contatos telefônicos, o procedimento de apuração, levando ao que Marcondes Filho (2009) avalia como a *precarização do jornalismo*, em consequência do processo de informatização. Para esse autor, a aceleração do tempo e a multiplicação das funções levaram a um esvaziamento da parte analítica, formatando um jornalismo essencialmente de relato, com base em declarações de fontes, em detrimento das análises, das especialidades, das críticas e dos comentários.

Com relação à rotina jornalística, a necessidade cada vez maior de agilidade imposta pelo ritmo das notícias *em tempo real* e por imposições de *furo* e de *sair na frente* encurtaram o processo, for-

çando jornalistas a filtrar e a distribuir informações até mesmo antes de executar e/ou concluir a apuração. Para Moretzsohn (2002), essa lógica da velocidade, extremamente valorizada, condiciona toda a rotina jornalística, sendo que *chegar na frente* passa a ser tão ou mais importante do que *dizer a verdade*. As consequências disso são severas para o jornalismo.

Nesse mesmo sentido, configura-se um mimetismo entre os meios de comunicação, ou seja, a redução do tempo para produção de novas notícias tem levado a uma repetição de temas em *sites* noticiosos, agências de notícias e, como consequência, também nos jornais impressos (AGNEZ, 2011). Acrescente-se a isso a crescente profissionalização das assessorias de imprensa - e dos conteúdos disponibilizados por estas - o que desloca as discussões da pressa e da velocidade, nas rotinas produtivas jornalísticas, para o questionamento sobre a cópia no jornalismo (impresso ou digital), sem apuração criteriosa, originalidade ou pluralidade.

Nesse contexto, o jornalismo impresso encontra-se desafiado pelas novas mídias, exigindo adaptações em suas rotinas produtivas frente aos intensos fluxos de informação e à consequente condição da convergência. É nesse cenário que estão sendo definidos não apenas novos formatos de jornalismo, mas, sobretudo, novos modos de fazer. Segundo Agnez (2011), os *saberes* da atividade – de reconhecimento, de procedimento e de narração – estão sofrendo mutações, levando consequentemente a transformações estruturais do próprio jornalismo (TRAQUINA, 2005) e também da função do jornalista que, em meio à superabundância da informação, enfrenta as indispensáveis habilidades de filtragem jornalística de conteúdos neste mundo dos tempos reais (PALÁCIOS, 2010, p. 43-44).

Agnez (2011) destaca que reconhecidos autores defendem justamente a manutenção do jornalismo em seu papel de mediador

legítimo entre sociedade e informação (WOLTON, 2010; SODRÉ, 2009; MORETZSOHN, 2007; LEMOS e LÉVY, 2010). Ou seja, é ressaltada a capacidade do jornalismo como intermediário no processo comunicativo e do jornalista no papel de filtro.

A filtragem deve garantir a qualidade no jornalismo, sendo que as premissas dessa qualidade não devem ser associadas especificamente à velocidade e ao desempenho com as tecnologias, mas sim, com investimentos na tríade qualidade (bons jornalistas e boas pautas), credibilidade (excelência na apuração) e, conseqüentemente, lucro (RIGHETTI; QUADROS, 2009).

Kischinhevsky (2009, p. 69) preocupa-se com o fato de que, embora resista a admitir abertamente, o jornalista acaba deixando em segundo plano a profundidade na apuração, abrindo mão de novas entrevistas e checagens, que poderiam garantir maior qualidade na informação, para adequar-se às exigências de velocidade nas publicações.

Relevante salientar, ainda, como sublinha Agnez (2011), que, na contramão do uso instrumental dado aos computadores durante o processo gradual de entrada destes equipamentos nas redações, a disseminação do jornalismo digital, enquanto nova modalidade jornalística, pressupõe a criação de técnicas de pesquisa e apuração adequadas ao entorno constituído pelas redes telemáticas, além de possibilitar que tais métodos fossem empregados também, em teoria, nas redações de jornais impressos.

Marcondes Filho (2000) reflete sobre o papel do jornalista diante dessa evolução tecnológica: os sistemas informatizados de transmissão e consulta de informações estão ocupando o espaço que, no passado, era reservado aos jornais, sobretudo os impressos. O jornalismo impresso, por sua vez, agora reduzido e debilitado, tende a se concentrar nos dossiês, análises e comentários, e na imprensa

especializada. Como um dos fatores desses processos de debilidade dos jornais impressos, Marcondes Filho (2000, p. 147) questiona a credibilidade das publicações atuais, ou seja, até que ponto notícias produzidas em ritmo de alta velocidade ainda são confiáveis?

Nos últimos anos, algumas publicações buscaram compreender as alterações nas rotinas jornalísticas diante do novo contexto, como o trabalho intitulado “O ciberespaço como fonte para os jornalistas”, de Elias Machado (2002). Em suma, as novas tecnologias, bem como as redes e os meios digitais, são vistos como detentores de potencial imensurável para captação, confronto, checagem e apuração de informações jornalísticas, seja para publicações em meios digitais, seja para impressos. No entanto, empiricamente, o que se constata é que as facilidades de pesquisas e de acesso a conteúdos e informações distintas, em vez de propiciarem aprofundamento dos jornalistas nos temas noticiáveis, terminam por promover certo comodismo nesses profissionais das redações, que reduzem ou eliminam os processos de apuração das notícias e passam a replicar conteúdos disponibilizados pelos meios digitais. Tais condutas reforçam a necessidade de discussões sobre os processos de seleção de conteúdos.

Filtragem da informação

O *newsmaking*, “hipótese contemporânea de pesquisa em comunicação que se debruça sobre as rotinas de produção no jornalismo”, é um estudo ligado à sociologia do jornalismo e tem ênfase na produção de informações, ou melhor, na potencial transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia (HOHLFELDT, 2001).

Os estudos de *newsmaking* têm origem em pesquisas sobre a filtragem da informação e sobre a seleção dos acontecimentos que se transformarão em notícia, sendo a pesquisa em *newsmaking* baseada

na observação participante (WOLF, 2001, p.186). Após a coleta dos dados, o investigador afasta-se para manter o espírito crítico e melhor poder descrever, analisar e, eventualmente, criticar as práticas observadas (HOHLFELDT, 2001).

O olhar dessa hipótese é centrado no emissor, visto enquanto intermediário entre o acontecimento e a notícia, e dá atenção ao relacionamento entre jornalistas e fontes, assim como às diferentes etapas de produção: captação, tratamento, edição e distribuição da informação. Neste momento da pesquisa, é importante observar a relação entre a cultura organizacional do veículo de comunicação e a cultura profissional dos jornalistas envolvidos (STRELOW, 2007, p. 65).

Na realidade, como destaca Hohlfeldt (2001), os estudos em torno de *newsmaking*, que em tradução livre seria os *fazedores de notícias*, surgiram em torno dos processos de *gatekeeping* ou *filtragem da informação*, por meio de pesquisa desenvolvida, ainda em 1947, por Kurt Lewin, que percebeu distorções na relação entre o volume de informações que chegam à redação e a utilização destas nas edições posteriores do jornal.

Lewin concluiu na época que, de cada dez notas que chegaram à redação pesquisada, somente uma era transformada efetivamente em notícia na edição seguinte (HOHLFELDT, 2001), revelando a existência de mecanismos que selecionam os fatos de interesse público a serem publicados nos meios de comunicação, pois, como afirma ele (1947 apud WOLF, 1999, p. 180), um indivíduo, ou um grupo, tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia.

Pesquisas posteriores explicaram, no entanto, que tais filtros dependem de diversas perspectivas e influências vivenciadas pelos profissionais, menos vinculadas ao nível individual, mas, mais centrados nas normas ocupacionais, profissionais e organizativas dos processos de seleção e filtragem das notícias. Tornou-se necessário,

então, reconhecer as normas profissionais de seleção das informações, ou seja, das filtragens.

Para Robinson (1981 apud WOLF, 1999, p. 181), as decisões do *gatekeeper* são tomadas menos a partir de uma avaliação individual de noticiabilidade, mas mais ligadas a um conjunto de valores que incluem critérios, quer profissionais, quer organizativos, tais como a eficiência, a produção de notícias, a rapidez. Wolf (2005, p. 185) concorda que, “na seleção e no filtro das notícias, as normas ocupacionais, profissionais e organizacionais parecem mais fortes do que as preferências pessoais”.

Portanto, como suscita Hohlfeldt (2001), o *gatekeeping* constituiu-se em uma distorção involuntária da informação, relacionada ao modo pelo qual se organiza, institucionaliza e desenvolve a função jornalística, que não significa manipulação, pura e simplesmente, pois não se trata de distorção deliberada, mas, sim, involuntária, inconsciente, porém, não menos perigosa, já que também omite ou marginaliza acontecimentos que poderiam ser efetivamente importantes para determinada coletividade.

Assim, considerar a hipótese dos *fazedores de notícias (newsmaking)* e os processos de *filtragem da informação (gatekeeping)* foi uma das opções avaliadas como adequadas para o presente estudo, que apresenta a seguir as características do percurso metodológico desenvolvido.

Procedimentos metodológicos

Sob o prisma dos conceitos do *newsmaking* e *gatekeeping*, e diante da hipótese inicial de que os jornais analisados configuram-se, em grande parte, como meros replicadores de informações disponibilizadas aos jornalistas, com iminente limitação nos processos de

apuração jornalística, este estudo se propôs a buscar evidências dos critérios de filtragem e seleção de notícias empregados nos dois jornais impressos diários existentes no município de Imperatriz (MA): *O Progresso e Correio Popular*.

Imperatriz (MA) é a segunda maior cidade do estado Maranhão (IBGE, 2010), com 247.505 habitantes, atrás apenas da capital, São Luís. *O Progresso*, fundado em 3 de maio de 1970, é o jornal mais antigo em circulação diária no município - e o terceiro do Maranhão -, atualmente veiculado com tiragem de 4 mil exemplares/dia. Já o *Correio Popular* é um jornal impresso, fundado em 1º de março de 2011, e que circula diariamente no município, com 3 mil exemplares. Ambos são os únicos dois jornais impressos diários em circulação em Imperatriz (MA).

Esta pesquisa analisou as publicações dos dois jornais diariamente, durante os meses de junho e julho de 2012. Limitou-se a observar como ocorreu a cobertura de um tema específico: a Expoimp (Exposição Agropecuária de Imperatriz), o maior evento do município, realizado entre 7 e 15 de julho de 2012.

A partir das investigações sobre as edições dos impressos, buscou-se detectar o número de espaços jornalísticos direcionados para cobertura da Expoimp, bem como o teor destas publicações. Em paralelo, foram levantados o número e o teor dos *releases* distribuídos pela Assessoria de Imprensa da Expoimp, para os meios de comunicação durante o evento. Estes foram solicitados previamente e obtidos, em sua totalidade, junto à assessoria para fins desta pesquisa.

Entre as variáveis observadas no material selecionado nos jornais e na assessoria, buscou-se detectar a origem da informação publicada nos jornais, ou seja, qual a fonte da informação que chegou até a redação para, posteriormente, tornar-se notícia; e buscou-se classificar, ainda, se o texto publicado era autoral (escrito por repór-

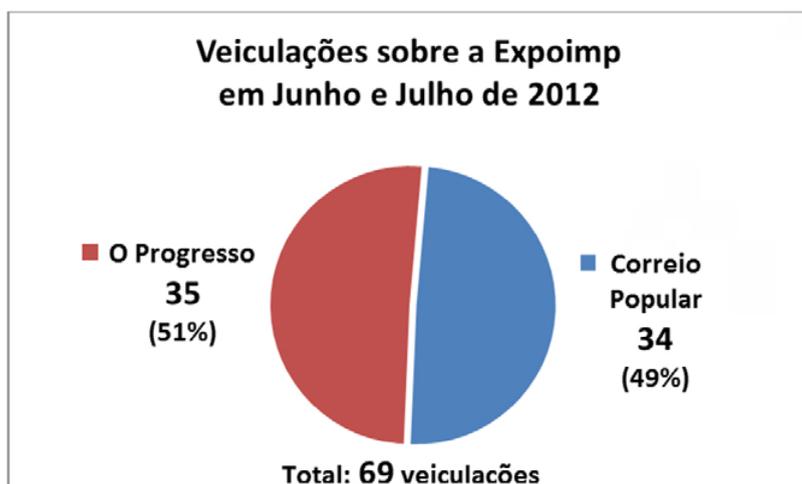
teres dos jornais) ou se tratou de cópia de *releases* que chegaram à redação, oriundos de assessorias.

Resultados

No período de junho e julho de 2012, foram encontradas 69 veiculações sobre a Expoimp, nas edições diárias dos jornais impressos *O Progresso* e *Correio Popular*, distribuídas em 14 dias aleatórios, sendo que as publicações foram concentradas, somente, entre 26/06/2012 e 18/07/2012, ou seja, em dias próximos ao período de realização do evento, que ocorreu entre 7 e 15 de julho de 2012. No período analisado, a Assessoria de Imprensa da Expoimp distribuiu 81 textos sobre o evento para os dois jornais pesquisados.

Das 69 veiculações observadas nos jornais, 35 (51%) correram em *O Progresso* e 34 (49%), no *Correio Popular*, conforme Gráfico 1:

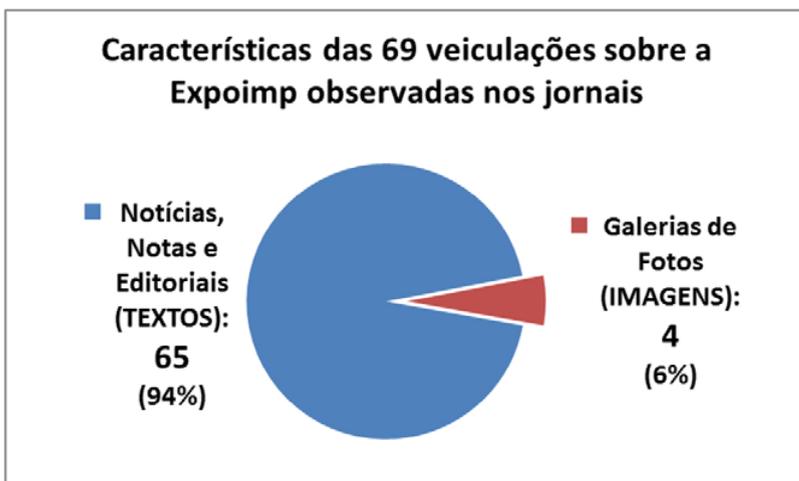
Gráfico 1: Veiculações sobre a Expoimp em Junho e Julho de 2012.



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Ao verificar o conteúdo das 69 veiculações sobre a Expoimp, nota-se que 65 (94%) corresponderam a textos (como notícias, notas e editoriais) e 4 (6%) foram publicadas na forma de galeria de fotos (somente com imagens do evento), como mostra o Gráfico 2:

Gráfico 2: Características das 69 veiculações sobre a Expoimp observadas nos jornais.



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Concentrando as análises exclusivamente sobre os 65 textos (notícias, notas ou editorial), veiculados sobre a Expoimp no período analisado, observa-se que 54 (83%) são cópias na íntegra de textos enviados à imprensa, no período, por assessorias de imprensa; e somente 11 textos (17%) são autorais, ou seja, escritos por repórteres dos jornais investigados, como aponta o Gráfico 3:

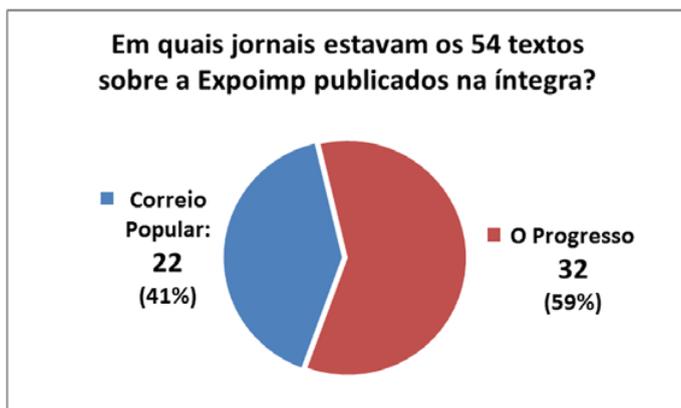
Gráfico 3: Origem dos 65 textos sobre a Expoimp publicados nos jornais.



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Observa-se ainda que, dos 54 textos publicados na íntegra, oriundos de assessorias, 32 (59%) estavam em *O Progresso* e 22 (41%), no *Correio popular*, como mostra o Gráfico 4:

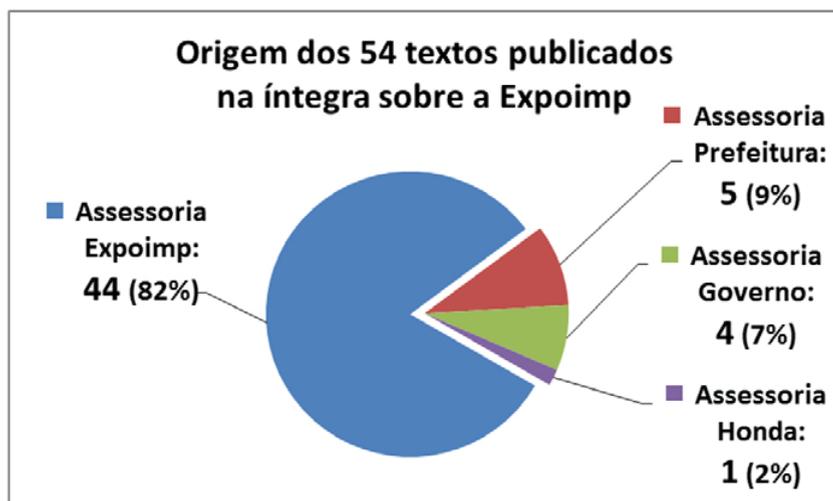
Gráfico 4: Em quais jornais estavam os 54 textos sobre a Expoimp publicados na íntegra.



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Ao confrontar o teor dos 54 textos copiados e publicados na íntegra com os *releases* distribuídos aos meios de comunicação, durante os dias de evento, por assessorias de imprensa, a pesquisa revela que 44 textos (82%) foram originários da Assessoria de Imprensa Oficial da Expoimp; 5 textos (9%) foram originários da Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Imperatriz (MA); 4 textos (7%) foram originários da Assessoria de Imprensa do Governo do Maranhão; e 1 texto (2%) foi originário da Assessoria de Imprensa da Concessionária Honda, presente, como expositora, na Expoimp, como aponta o Gráfico 5:

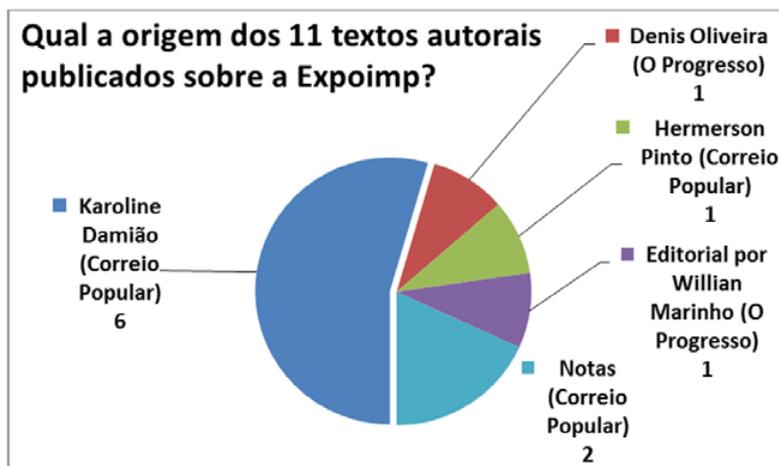
Gráfico 5: Origem dos 54 textos publicados na íntegra sobre a Expoimp.



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

O teor dos textos analisados permitiu, também, a identificação da autoria dos únicos 11 textos *autorais*, de um universo de 69 veiculações sobre a Expoimp, que foram produzidos por repórteres dos dois jornais, durante a Expoimp, conforme Gráfico 6:

Gráfico 6: Qual a origem dos 11 textos autorais publicados sobre a Expoimp?



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

A pesquisa detectou ainda que, ao comparar as veiculações em dias iguais nos dois jornais, houve uma dezena de textos idênticos, publicados simultaneamente nos dois jornais.

Considerações finais

Esta pesquisa comprova que, das notícias analisadas e veiculadas nos jornais estudados, 83% foram publicadas na íntegra, com teor copiado idêntico aos conteúdos enviados pelas assessorias de imprensa, sendo que somente 17% das notícias foram autorais, escritas por repórteres dos jornais.

Nas publicações que tiveram seus conteúdos completamente copiados, houve predomínio dos textos (82%) produzidos pela Assessoria de Imprensa Oficial da Expoimp, sem que esses tenham passado por processos jornalísticos consolidados de tratamento das

informações, como checagem, apuração, espaço para multiplicidade de fontes e versões, ou seja, sem dar oportunidade ao contraditório. Em suma, a versão veiculada nos jornais impressos foi, em 82% das matérias copiadas, a versão de interesse da entidade realizadora do evento. Vale salientar que, durante a análise dos 69 textos que citaram a Expoimp nos dois meses pesquisados, nenhum foi publicado com status *negativo* ou com eventual questionamento quanto à veracidade dos dados, oficialmente divulgados pela entidade que promove o evento. Ou seja, as notícias foram sempre *positivas* e trataram como autênticas todas as informações produzidas pela assessoria de imprensa.

Quanto à rotina jornalística empregada na seleção dos conteúdos, nota-se que a filtragem para publicação das informações que seriam veiculadas na edição seguinte preocupou-se, predominantemente, em preencher os espaços das páginas a serem impressas, ignorando quaisquer processos de apuração das informações que chegaram à redação.

Ainda, a condição de velocidade, imposta nas últimas décadas aos meios de comunicação, com o advento da internet e dos novos meios digitais, bem como as facilidades de transmissão de informações que estes meios proporcionam, têm ofertado aos repórteres um amplo volume de informações, mas (por motivos que merecem ser mais profundamente estudados em novas pesquisas, como comodismo, pressa ou até descaso) estão também reduzindo a capacidade de filtragem, justamente quando esta tarefa tem a sua relevância ampliada.

Conclusivamente, os processos de *gatekeeping* ou de *filtragem da informação*, quando demasiadamente seletivos - por inúmeros critérios vinculados às estruturas inferenciais, perspectivas e influências incidente sob os *filtros* - omitem ou marginalizam acontecimentos que poderiam ser efetivamente importantes para determinada cole-

tividade; por outro lado, a ausência de critérios de filtragem, numa perspectiva de que tudo o que chega à redação é publicado na edição seguinte, favorece o aparecimento de um jornalismo acrítico, parcial e tendencioso que se reproduz mesmo em veículos de comunicação de massa, como nos jornais impressos analisados, também ofertando aos leitores um jornalismo precário se é que, a isso, pode-se denominar jornalismo.

Bibliografia

AGNEZ, Luciane Fassarella. **A convergência digital na produção da notícia: Reconfigurações na rotina produtiva dos jornais *Tribuna do Norte e Extra***. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011.

HOHLFELDT, Antônio; FRANÇA, Vera; MARTINO, Luiz. **Teorias da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: 2010. Disponível em: <www.ibge.com.br/home>. Acesso em: 30 ago 2012.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Convergência nas redações: Mapeando os impactos do novo cenário midiático sobre o fazer jornalístico. In: RODRIGUES, Carla (org.). Jornalismo *online*: modos de fazer. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Sulina, 2009, p. 57-74.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet. Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

MACHADO, Elias. O ciberespaço como fonte para os jornalistas. 2002. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/machado-elias-ciberespaço-jornalistas.pdf> . Acesso em: 28 mai 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. Ser jornalista. **O desafio das tecnologias e o fim das ilusões**. São Paulo: Paulus, 2009.

- _____. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: Do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- _____. **Jornalismo em “tempo real”. O fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.
- RIGHETTI, Sabine; QUADROS, Ruy. Impactos da internet no jornalismo impresso. In: ComCiência. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. 24 nov. 2009. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=48&id=602>. Acesso em 15 jun 2012.
- SILVA, Fernando Firmino da. Mobilidade convergente: Abordagem sobre a prática e os estudos do jornalismo móvel. In: Ícone, v. 11, n. 2, dezembro de 2009.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato. Notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- STRELOW, Aline do Amaral Garcia. **Análise global de periódicos jornalísticos (AGPJ): Uma proposta metodológica para o estudo do jornalismo impresso**. Porto Alegre, 2007. 369 f.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2001.
- _____. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1999, 5ª edição.
- _____. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

DE CANDIDATO A GOVERNADOR: AS FOTOGRAFIAS DE JACKSON LAGO NO JORNAL O PROGRESSO¹

ROSANA FERREIRA BARROS

MARCUS TÚLIO BOROWISKI LAVARDA

Questões e método

O desafio proposto para este estudo consiste em identificar e analisar o conteúdo informativo das fotografias publicadas pelo jornal *O Progresso*, visando detectar os efeitos de sentido provocados pela linguagem fotográfica, tendo como ferramenta metodológica a Análise do Discurso, conforme proposta pelo pesquisador português Jorge Pedro Sousa (2004b) e pela Teoria dos Gêneros do Discurso, formulada pelo linguista russo Mikhail Bakhtin (2003).

Sabe-se que o senso comum concebe a imagem fotográfica como um registro realista, supervalorizando seu valor documental. Sendo assim, a ideia comumente aceita é que a fotografia é um reflexo concreto do mundo, devido a sua capacidade especular, em que a tomada da fotografia é feita de forma automática, uma vez que o fotógrafo é desprovido da capacidade de criar uma imagem de acordo com sua visão de mundo. Entretanto, sabe-se que a fotografia é uma linguagem e, portanto, está sujeita às mais diversas interpretações, longe de ser um duplo perfeito da realidade.

¹ Artigo que é parte integrante do projeto de pesquisa já finalizado "Discurso visual: a fotografia de Jackson Lago nas capas do jornal *O Progresso*". Tal pesquisa faz parte do GMídia (Grupo de pesquisa de mídia jornalística) na linha Mídia, imagem e contemporaneidade, vinculada ao Curso de Comunicação Social/Jornalismo, da Universidade Federal do Maranhão, campus de Imperatriz.

A opção por Jackson Lago se justifica por sua chegada ao poder em 2007, fato que causou uma eventual reviravolta na conjuntura política do Estado, já que por 40 anos o poder da região fora exercido pelo grupo do ex-presidente da República, José Sarney. Já a opção pelas fotografias publicadas pelo *O Progresso* deu-se por ser esse o jornal mais antigo da cidade bem como por ser diário, o que o certifica como o principal jornal da região.

Neste estudo, entende-se por fotojornalismo a junção entre a linguagem fotográfica – ajustes na câmera para controlar a luz; composição e enquadramento, até a edição final – e a linguagem jornalística – o *lead*, por exemplo, o que, como, quando, onde e por que – que juntas fazem parte da estrutura da notícia e têm como objetivo a transmissão de informações. “[...] E essas informações podem ser passadas, com beleza, pelo simples enquadramento que o fotógrafo tem a possibilidade de fazer [...]” (LIMA, 1989, p. 11). A primeira é uma linguagem visual que tem como matéria-prima a luz e suas variações. Atua no plano do visível e possui a capacidade de representar diretamente aquilo que o fotógrafo presenciou. A segunda é um texto verbal que tira a ambiguidade da imagem e direciona a leitura para um sentido. Por isso, a relação entre texto e imagem no jornalismo é de complementaridade, ambos devem estar em sincronia para não provocarem contradições entre si. Sendo assim, não há fotojornalismo sem texto verbal.

O trajeto percorrido pela pesquisa foi dividido em quatro momentos. Inicialmente houve o levantamento bibliográfico, momento em que foi realizado o fichamento das principais obras em que a fotografia e o jornalismo são problematizados. Em seguida, ocorreu a busca pelos arquivos dos jornais e, simultaneamente, a seleção e a digitalização das capas dos exemplares do período eleitoral, com as imagens fotográficas do candidato. Nesse período foi elaborada

uma tabela (Tab. 1) com as datas, as legendas e os créditos das capas dos jornais. Já na terceira etapa, realizou-se a classificação das fotografias segundo os Gêneros Fotojornalísticos. Por fim, optou-se por interpretar uma peça em particular. O recorte temporal compreende o período de outubro de 2006 a janeiro de 2007, época em que Jackson Lago obteve a vitória na campanha eleitoral ao governo do Maranhão.

Face ao exposto, considera-se a representação imagética de cenários e personagens na imprensa como uma ferramenta poderosa para a obtenção da opinião pública, que auxilia o jornal a alcançar seu principal objetivo de informar a sociedade e, consequentemente, formar uma opinião sobre os fatos que merecem atenção por seu valor de interesse público. Sendo assim, a imprensa tem grande influência e responsabilidade com a sociedade, pois fiscaliza os atos políticos e os divulga. Desse modo, a fotografia fala por códigos que necessitam ser analisados pelo crivo da pesquisa científica, tendo em vista elucidar as entrelinhas da linguagem fotojornalística.

O Jornal

O Jornal *O Progresso* é o periódico mais antigo em publicações diárias em Imperatriz.

O Progresso foi fundado em 03 de maio de 1970 por José Matos Vieira e Jurivê de Macedo, possuía quatro páginas, tinha um formato 32 x 43cm, era semanal – circulava aos domingos, e possuía o slogan de semanário noticioso e independente (SANCHES, 2002, p. 173).

O empresário e tipógrafo caxiense José Matos Vieira e o advogado goiano Raimundo Jurivê de Macedo ficaram à frente do jornal

por quinze anos. A periodicidade do jornal era semanal, mas com a contratação de funcionários, a quantidade de matérias aumentou e ele passou a circular duas vezes por semana.

Em 1975, José Matos Vieira vendeu o jornal, que foi adquirido por Sergio Antonio Nahuz Godinho. O novo proprietário entregou a direção do jornal para o próprio Jurivê de Macedo e o advogado Agostinho Noletto Soares. Em 1986, o jornal ficou sob a responsabilidade do escritor e historiador Adalberto Franklin, que fez mais uma vez a renovação do periódico. O jornal passou a ter 16 páginas diárias, distribuídas em dois cadernos. Em 1988, Adalberto Franklin deixou o jornal e em seu lugar ficou o jornalista Coriolano Rocha Filho, mais conhecido como Coló Filho que, até hoje, continua ocupando o mesmo cargo.

Hoje, o jornal possui uma tiragem de 5.350 exemplares nos dias úteis e 6.450 no domingo, produzidos com máquina própria. O formato é o *standard*². No período pesquisado, o jornal estampava apenas a logomarca colorida, enquanto as páginas internas eram impressas em preto e branco. Atualmente, as 16 páginas do jornal estão distribuídas em nove editorias: Política, Cidade, Regional, Polícia, Esportes, Social, Geral, Tocantins e, aos domingos, Cultura, editada pela Academia Imperatrizense de Letras.

Entre os anos de 1980 e 1990, o periódico contou com alguns profissionais que eram responsáveis somente pelas fotografias. Hoje, segundo o editor Coriolano Filho (2013)³, cada repórter tem uma câmera fotográfica, de modo que exercem as duas funções simultaneamente. É importante ressaltar que os repórteres do jornal não

2 O *standard* é o formato utilizado pelos maiores jornais de circulação nacional. A mancha gráfica da página mede 53,5 por 29,7 centímetros. A área total de papel depois de impresso é de 56 por 32 centímetros (KUNTZEL, 2003, p. 27).

3 Comunicação pessoal do autor (dia 08 de março de 2013).

tiveram nenhuma capacitação de fotografia. Assim, fotografam de acordo com a vivência do que acreditam que seja fotojornalismo.

Essa dupla função do repórter é prejudicial, pois a maioria vai se dedicar mais ao texto verbal, esquecendo que a fotografia é a primeira informação com que o leitor terá contato.

[...] Ao repórter fotográfico cabe se expressar numa linguagem icônica que deve ser clara, onde não existe nenhum jogo de decodificação [...]. A qualidade estética da fotografia é que vai facilitar essa passagem da informação e permitir que tudo seja melhor lido e melhor compreendido. (LIMA, 1989, p. 16-18).

Conjuntura política no Maranhão: ascensão de Jackson Lago ao governo

Jackson Kleper Lago nasceu em Pedreiras, no ano de 1934, cidade situada no interior do Maranhão. Formou-se em medicina e por alguns anos lecionou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Maranhão. Ele iniciou a sua trajetória política na década de 1960, quando participou de protestos contra a ditadura militar. Jackson Lago foi três vezes eleito prefeito de São Luís pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Em 2002, Jackson Lago abdicou do cargo de prefeito para concorrer ao governo do Estado, entretanto, perdeu para o candidato apoiado pelo grupo Sarney. Em 2006, Jackson voltou a se candidatar e foi eleito no segundo turno⁴. Nos principais locais de oposição que, coincidentemente, são os dois maiores colégios eleitorais do Maranhão, Jackson Lago obteve um alto percentual de votação. Em

4 Dados do Supremo Tribunal Eleitoral apontam a vitória de Jackson Lago com 51,82% dos votos (1.393.754), contra 48,18% (1.295.880) da senadora Roseana Sarney (PFL), na eleição de 2006.

São Luís 66,6% e em Imperatriz 76,82%, de acordo com os dados do Supremo Tribunal Eleitoral. Para Borges (2007), esses foram alguns dos motivos para a vitória de Jackson:

o desejo de alternância e a recusa à continuidade; a divisão do grupo sarneísta; a intervenção do governador na mobilização dos prefeitos e lideranças locais; a construção de uma grande aliança com forças políticas distintas; o não confronto com o eleitorado do Lula⁵.

Durante todo o período de eleição, o jornal *O Progresso* fez várias publicações sobre a movimentação política de Jackson Lago. O editor Coriolano Filho⁶ (2013) defende que o jornal deu um tratamento imparcial sobre o personagem político:

Jackson não representava nada para o Jornal. Ele representava para a política do Maranhão e para a população em geral. Para o jornal, ele era apenas uma autoridade, um personagem político importante e que foi tratado com o devido respeito.

As fotografias de Jackson Lago nas capas do jornal *O Progresso*

Fotografar é congelar o tempo, mostrar uma versão da realidade, um instante, uma expressão. Mesmo com a tecnologia das câmeras que captam diversas fotos por segundo, cada imagem é diferente uma da outra e o instante congelado jamais se repetirá.

No âmbito da prática fotojornalística, a ação humana tem grande apelo e valorização, pois o registro de uma cena inusitada, em que os elementos se combinam para criar uma relação dialógica,

5 No Maranhão Lula foi aliado do grupo de José Sarney, fato inconcebível para as lideranças petistas locais.

6 Comunicação pessoal do autor (dia 08 de março de 2013).

está de acordo com a teoria do Instante Decisivo⁷ de Henri-Cartier Bresson (1908-2004), um dos mais celebrados fotógrafos do século XX, que teve sua obra consagrada tanto na fotografia documental como na fotografia artística, sofrendo grande influência do movimento surrealista das artes. Para Alberto Tassinari (2008, p. 9)

[...] parte significativa da obra de Henri Cartier-Bresson pode ser interpretada pela união de dois recursos estéticos inovadores das primeiras décadas do século XX: o instantâneo fotográfico e a colagem pictórica [...].

Bresson, através de sua fotografia, estava preocupado em buscar uma retórica visual que associava instantaneidade e semelhanças visuais – semelhanças entre seres ou objetos – entre acontecimentos independentes, além do rigor formal de suas composições fotográficas adquiridas por meio de sua formação em artes plásticas.

Um dos grandes desafios para os fotojornalistas é saber manusear a máquina fotográfica, com seus diversos ajustes que servem para capturar a luz emanada dos seus referentes, no momento exato em que os fatos se desenrolam em frações de segundos. O repórter fotográfico necessita controlar a quantidade de luz que irá se fixar no material fotossensível “[...] O ato de liberar o obturador da câmera é sempre a escolha de um determinado momento e é a principal escolha do fotógrafo. Uma vez que a realidade está em permanente mudança [...]” (GURAN, 2002, p. 42).

O ato fotográfico, no entanto, em nenhum momento é inocente. Ao contrário do que pensa o senso comum, nesse gesto está

7 Nas palavras de Bresson “[...] para significar o mundo, temos que nos sentir implicados no que recortamos através do visor. Essa atitude exige concentração, sensibilidade e senso de geometria. [...] Fotografar é, num mesmo instante e numa fração de segundo, reconhecer um fato e a organização rigorosa das formas percebidas visualmente que exprimem e significam esse fato. É colocar na mesma linha de mira a cabeça, o olho e o coração.” (2011).

implícita toda a capacidade criativa e ideológica do fotógrafo, pois assim como o texto sofre influências ideológicas, a fotografia também é editada de acordo com as intenções do fotógrafo e do periódico em que a imagem é publicada. Seja pela ideologia do jornal, do editor, ou do próprio fotógrafo, uma vez que é preciso levar em conta que a fotografia é uma representação, ou seja, uma das versões de um acontecimento, a imagem sofre diversas interferências de ordem técnica e estética, estando assim longe de ser um espelho da realidade.

Qualquer ponto de vista que o profissional selecionar será uma escolha do que poderia ser representado em torno do fato, já que existe uma série de ajustes técnicos na câmera fotográfica que estão à disposição do fotógrafo. Além disso, há também a composição da cena, momento em que o repórter fotográfico opera no campo estético, optando por planos de tomadas, ângulos de tomadas, iluminação e composição da fotografia, elementos que fazem parte da linguagem fotográfica e produzem sentidos para a leitura da imagem. Destarte, a visão de mundo e a cultura do profissional serão o ponto decisivo para o produto final.

Apesar da ambiguidade, característica que permeia as imagens em geral e não somente a fotografia, a mensagem fotojornalística deve ser clara e informativa. Para isso, é preciso destacar apenas um dos elementos que estão inseridos na imagem, pois do contrário, a fotografia poderá gerar uma confusão visual no momento da interpretação, o que leva o leitor a não ter o pleno entendimento da mensagem.

Não é por acaso que o Jornalismo usa a legenda logo abaixo das fotografias. De acordo com Milton Guran (2002, p. 51), “uma boa legenda é como um convite ao leitor para explorar melhor a imagem, descobrindo-lhe os significados menos evidentes, mas nem por isso

menos importantes [...]”. A legenda, juntamente com os créditos do fotógrafo, são informações essenciais que devem estar sempre acompanhando uma fotografia jornalística. Ivan Lima (1988, p. 31-32) destaca que

na fotografia de imprensa, a legenda faz a relação entre a imagem e o texto, referindo-se ao fato e, portanto, ao espaço e ao acontecimento, de forma mais específica. Nesses casos, a legenda tanto pode endossar o que se passa na imagem como modificar inteiramente o que se vê na fotografia.

Neste estudo, as capas selecionadas mencionavam o personagem político através de fotografia, ficando excluídas as capas que apenas continham elementos textuais que citavam Jackson Lago. Sendo assim, foram destacadas 30 capas, desde o primeiro turno da eleição até o primeiro mês de seu mandato, que compreende o período de 1º de outubro de 2006 a 27 de janeiro de 2007, perfazendo um total de aproximadamente quatro meses de publicação do periódico, fenômeno que indica um baixo número de fotografias publicadas do personagem em análise. Das 30 fotografias publicadas nas capas do *O Progresso*, somente 15 fotografias foram acompanhadas da legenda (Tab. 1), fato que abre o leque de leitura da imagem fotográfica, deixando para o leitor a interpretação da cena. Sendo assim, uma das regras do fotojornalismo é deixada de lado, conforme destaca Milton Guran (2002, p. 51), pois a função da legenda é “[...] ativar no leitor todos os conhecimentos e sentimentos correlatos àquela cena mostrada [...]”.

Tabela 1 – Data, legenda e créditos do fotógrafo.

Data	Crédito	Legenda
1/10/2006	Divulgação	Jackson Kleper Lago
2/10/2006	Arquivo	-----
3/10/2006	Divulgação	Jackson com Roberto Rocha e o vice, Luiz Carlos Porto
5/10/2006	Divulgação	O PSDB oficializou apoio a Jackson Lago
6/10/2006	Divulgação	Políticos reafirmam compromisso a Jackson Lago
8/10/1006	Divulgação	-----
14/10/2006	Gilson Teixeira	-----
29/10/2006	Arquivo	-----
30/10/2006	KGeromy/ O Imparcial	Jackson Lago comemora a vitória contra a senadora Roseana Sarney
31/10/2006	Divulgação	Governador eleito Jackson Lago veio a Imperatriz agradecer à população pela vitória
02/11/2006	Divulgação	Ontem Jackson Lago recebeu cumprimentos pelo seu aniversário
25/11/2006	Divulgação	-----
06/12/2006	Arquivo	-----
08/12/2006	Arquivo	-----
13/12/2006	Divulgação	-----
16/12/2006	Divulgação	-----
17/12/2006	Divulgação	Jackson Lago extingue secretarias e gerências regionais
21/12/2006	Elineusa Matos	-----
23/12/2006	Arquivo	Jackson Lago conversou ontem com o deputado Madeira
27/12/2006	Arquivo	-----
31/12/2006	Arquivo	Terezinha Fernandes e Fernando Antunes foram confirmados por Jackson Lago
03/01/2007	Geraldo Furtado	Jackson Lago recebeu faixa do ex-governador José Reinaldo

07/01/2007	Arquivo	Jackson Lago terá peso decisivo na eleição municipal
09/01/2007	Geraldo Furtado	O Governador Jackson Lago, João Castelo, Ricardo Zenni e o secretário de Estado de Indústria e comércio, Júlio Noronha
10/01/2007	Gabriel Jauregui	-----
17/01/2007	Geraldo Furtado	Jackson Lago faz reunião na Secretaria de Segurança Cidadã
24/01/2007	Geraldo Furtado	-----
25/01/2007	O Progresso	-----
26/01/2007	Arquivo	-----
27/01/2007	Geraldo Furtado	Governador promete descentralizar políticas sociais para torná-las mais eficientes

Fonte: elaborada pelos autores.

Outro ponto relevante sobre as capas analisadas é a ausência do crédito do fotógrafo (Tab. 1). Das 30 fotografias, apenas 9 fizeram referência ao fotógrafo. O restante das fotografias (21) apresentam como identificação os termos *arquivo*, *divulgação* ou *O Progresso*, reduzindo, assim, o trabalho do profissional da imagem.

Questionado sobre a ausência dos créditos do fotógrafo, o editor do jornal *O Progresso*, Coriolano Filho⁸ (2013), respondeu:

Tem a foto de colaboradores que são dados os créditos e também de assessorias, que são usadas no jornal. Quando usamos pela segunda vez uma foto, denominamos ela como arquivo, e às vezes como é de assessoria, colocamos o nome de Divulgação ou de Assessoria.

Além das questões anteriores, sobre a legenda das fotografias e seus créditos, outro fenômeno relevante foi observado durante a leitura das fotografias do jornal. No período de análise das 30 capas, uma fotografia foi reaproveitada quatro vezes (Fig. 1), em dias

8 Comunicação pessoal do autor (dia 08 de março de 2013).

alternados 27/11/2006, 31/11/2006, 07/01/2007 e 26/01/2007 - desse reaproveitamento das imagens, é possível asseverar que havia no período escassez de fotografias relativas ao personagem político em questão.

Fig. 1 – Retratos de Jackson Lago com reenquadramentos diferentes para cada publicação.



No campo de estudos do Fotorjornalismo, o pesquisador português Jorge Pedro Sousa (2004a, p. 89-108) discorre sobre os Gêneros das fotografias jornalísticas baseado na tradição dos manuais de fotografia. Tais categorias assim se dividem: notícias⁹, *features*¹⁰, retrato¹¹, ilustrações fotográficas, paisagem e história em fotografias ou *picture stories*¹². Jorge Pedro Sousa adverte que não há apenas uma maneira de classificar os gêneros fotojornalísticos e que, além disso, uma fotografia poderá ser classificada em mais de uma categoria. Em outras palavras, a classificação da imagem fotográfica vai depender muito da intenção jornalística e pela aplicação da fotografia em uma notícia.

Para aprofundar a questão, buscam-se na Teoria dos Gêneros de Bakhtin (2003), as bases conceituais dos Gêneros dos Discursos, tendo em vista ampliar a discussão para o campo da comunicação e, em particular, para o estudo das imagens na mídia. Bakhtin entende que a linguagem permeia toda a atividade humana e que o enunciado é ferramenta essencial para que a comunicação se estabeleça entre os atores que lançam mão da língua.

[...] Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. [...] (BAKHTIN, 2003, p. 261).

9 O gênero fotojornalístico de notícias pode ser dividido em *spot news* e notícias em geral (*general news*).

10 *Features* compõem o gênero que designa as imagens fotográficas com grande força visual. As *Features* reduzem a importância do texto verbal para complementar a informação e, assim, geram significados por elas mesmas.

11 O retrato possui dois subgêneros: o primeiro se divide em retrato individual ou de grupo; já o segundo é dividido em retrato ambiental e não ambiental. De acordo com o autor, as *mug shots* são um típico específico de retrato individual não ambiental.

12 As *picture stories* incorporam, segundo o autor, os subgêneros das fotorreportagens e das foto-ensaios podendo, assim, incluir todas as categorias anteriores porque são um conjunto de fotografias que narram um fato.

Sendo assim, os gêneros do discurso são, para Bakhtin (2003, p. 262), “tipos relativamente estáveis de enunciados” que nascem dentro de campos de utilização da língua. Bakhtin ainda ressalta a diferença fundamental entre gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos), sendo que os gêneros primários são diálogos do cotidiano, bilhetes, cartas privadas. Já o gênero secundário atua em um ambiente mais elaborado e sistematizado, incluindo romances, pesquisas científicas, textos artísticos e jornalísticos que nascem dos gêneros primários e com eles se relacionam.

No caso deste estudo, os retratos fotográficos poderiam ser relacionados e mesmo interpretados como gêneros secundários, uma vez que são enunciados visuais portadores de sentidos complexos, que emitem um sentido para um leitor/receptor e que provoca neste leitor uma ação responsiva. O retrato fotográfico é um enunciado já dito, pois é um gênero consagrado na história da arte tanto pelo seu uso na pintura como, também, na fotografia. Para o fotojornalismo, é o retrato a maneira pela qual o repórter fotográfico representa um personagem em determinado contexto, tendo como função primordial a transmissão de informações sobre o retratado e sobre o discurso por ele proferido. Então, enquanto a imagem representa o retratado no momento em que fala, o conteúdo de seu discurso fica a cargo do texto verbal, através dos títulos, legendas e o corpo textual da reportagem. Assim, a harmonia entre esses elementos composicionais formam uma complexa relação entre os enunciados verbais e visuais que estruturam a matéria jornalística impressa.

Dentre as 30 fotos analisadas foi observada a presença de dois gêneros fotojornalísticos em particular: notícias (e sua subdivisão em notícias em geral) e retrato (e um tipo particular de retratos chamado de *mug shots*).

O subgênero de retratos, *notícias em geral*, está relacionado a coberturas de [...] entrevistas coletivas, reuniões políticas nacionais e internacionais, atividades diplomáticas, congressos, cerimônias protocolares, manifestações pacíficas, bolsa de valores, comícios, campanhas eleitorais, ciência e tecnologia, artes e espetáculos, desfiles de moda, festas de sociedade, desporto [...]. (SOUSA, 2004, p. 91).

Tal subgênero se caracteriza por conceder um planejamento mínimo para o repórter fotográfico. Geralmente o profissional já sabe com antecedência o que esperar dos eventos, a partir da reunião de pauta, o que facilita sobremaneira seu trabalho. Já as *mug shots* significam, conforme ressalta Sousa (2004a, p. 98-99) “to make faces”¹³, que nada mais são que fotografias feitas do rosto do retratado realçando sua expressão e personalidade, em um plano fechado, em que a face do personagem preenche todo o espaço do quadro fotográfico.

No Jornal *O Progresso* (Tab. 2), 23 fotos são classificadas como sendo do gênero de notícias e somente 7 são *mug shots*, lembrando que entre essas sete, quatro são repetidas, conforme a Figura 1.

Tab. 2 – Classificação dos gêneros fotojornalísticos, segundo Jorge Pedro Sousa.

Gêneros fotojornalísticos		
Data	Notícia em geral	Retrato <i>mug shots</i>
1/10/2006		x
2/10/2006	x	
3/10/2006	x	
5/10/2006	x	
6/10/2006	x	

13 Em tradução livre quer dizer fazer faces, mais conhecida como “boneco”, no jargão jornalístico brasileiro.

8/10/2006	x	
14/10/2006	x	
29/10/2006	x	
30/10/2006	x	
31/10/2006	x	
02/11/2006	x	
25/11/2006	x	
06/12/2006		x
08/12/2006		x
13/12/2006	x	
16/12/2006	x	
17/12/2006	x	
21/12/2006	x	
23/12/2006	x	
27/12/2006		x
31/12/2006		x
03/01/2007	x	
07/01/2007		x
09/01/2007	x	
10/01/2007	x	
17/01/2007	x	
24/01/2007	x	
25/01/2007	x	
26/01/2007		x
27/01/2007	x	

Fonte: elaborada pelos autores.

Dentre todas as capas, optou-se por uma que apresentasse o político Jackson Lago (Fig. 3) em uma imagem do gênero notícias em geral, para que sejam aplicados os métodos de Roland Barthes (1990), tendo em vista identificar o sentido conotado da mensagem fotojornalística. Barthes destaca que a mensagem fotográfica deve ser entendida como linguagem que possui duas mensagens: a denotada, caracterizada pelo sentido literal da mensagem visual e que dispensa um código para que a cena seja compreendida pelo leitor; e a conotada, que opera no campo da cultura (tanto do produtor da imagem como do receptor) em que os valores e as crenças são determinantes para a leitura e interpretação desse tipo de mensagem. A mensagem conotada, segundo Barthes (1990, p. 13), “é constituída por uma reserva de estereótipos (esquemas, cores, grafismos, gestos, expressões, agrupamentos de elementos)”. Em outras palavras, a mensagem denotada da fotografia atua apenas com os dados visíveis da realidade que foram representados no quadro fotográfico, despertando uma leitura imediata da cena fotografada, uma vez que não exige de código para que a imagem seja entendida. Já a conotada¹⁴ fornece um segundo sentido à cena, um significado implícito, indireto, que necessita dos códigos culturais de uma dada sociedade para indicar uma leitura possível.

14 Barthes (1990) destaca que os elementos provocadores de sentido da fotografia jornalística são divididos em dois grupos. O primeiro composto pela trucagem, pose e objetos. A trucagem é caracterizada pela modificação dos personagens e objetos da fotografia, tanto para suprimir como para inserir elementos na cena. A pose do sujeito, com suas expressões faciais e gestos do corpo, também é um elemento portador de significados. Os objetos em primeiro ou segundo planos da fotografia, que geralmente estão ao redor do retratado, podem incorporar novos sentidos e sugerir ao leitor uma interpretação. O segundo grupo é composto pela fotogenia, esteticismo e sintaxe. Entende-se por fotogenia o enaltecimento que o fotógrafo concede lamina um personagem da cena usando os artifícios da iluminação, impressão e tiragem, em uma espécie de embelezamento do retratado. Já o esteticismo ocorre quando, nas palavras do autor, “é para significar-se ela própria como arte (caso do ‘pictorialismo’ do início do século), ou para impor um significado habitualmente mais sutil e mais complexo do que aqueles permitidos por outros procedimentos de conotação”. E, por fim, a sintaxe, que nada mais é do que uma construção narrativa em sequência, em que várias fotografias encadeadas pretendem contar uma história.

Fig. 2 – Capa do Jornal O Progresso de 08 de dezembro de 2006.

o progresso
EXPRESSÃO REGIONAL

Imperatriz (MA), sexta-feira, 08 de dezembro de 2006 - Nº 12.780 - ANO 37 - Venda avulsa: R\$ 1,50 - Maranhão, Piauí e Tocantins

PF prende 11 acusados de fraude no INSS P1c1

Marcelo Miranda reafirma compromisso com construção da ponte Esporte

As desbarbadas na tarde de ontem no aeroporto. Prefeito Renato Moreira, o governador eleito de Tocantins, Marcelo Miranda, afirma ter compromisso com a construção da ponte que liga os estados do Maranhão e Tocantins, a partir das cabedias de Imperatriz e São Miguel (percurso da Bela Vista). "Semos dois estados em busca de desenvolvimento e a ponte unirá o rio Tocantins à faixa de extrema importância", afirma Marcelo. P1c1

Ildon Marques e MP assinam termo de ajustamento de conduta

O Ministério Público contestou a quebra de integridade na elaboração do Plano Diretor na gestão do ex-prefeito Ildon Fernandes. P2c1

Ministério da Saúde e prefeituras iniciam plano para combater o beribéri no Maranhão P1c1

Oito secretarias e 18 gerências serão extintas

As secretarias de Saúde, o governador João Jackson Lago vai 27 uma reunião importante com o conselho político, formado por integrantes da Frente de Libertação do Maranhão, impulsionado pelo município de projeto de administração, já em fase final de votação. Um dos pontos de discussão que será transformado em legislação Assembleia Legislativa para ser votado ainda neste processo deve do governador João Jackson Lago, é a redução pela extinção de algumas de secretarias de governo. Hoje elas são 53, sendo 19 pertencentes regionais e 34 estaduais. P1c1

OAB-MA quer créditos para pagamento de precatórios

O presidente da Seccional maranhense do Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Carlos Ode, em audiência com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Euclides Maranhão, externou sua preocupação com o pagamento dos precatórios devidos pelo estado no exercício 2006, uma vez que até o momento o Executivo Estadual não depositou os créditos para pagamento dos precatórios inscritos neste exercício orçamentário. P2c2

Mais de 4,5 mil precatórios serão julgados no Dia da Classificação

No Maranhão serão de 4,5 mil precatórios inscritos em 2006, no Dia da Classificação, no 1º de Janeiro, no Conselho do Tribunal de Justiça do Estado. A abertura oficial da classificação será às 9 horas, no 1º de Janeiro, no Conselho do Tribunal de Justiça do Estado Maranhão, em IMAMA. P1c1

Esporte

Imperatriz pode ganhar vaga na Copa do Brasil

O Imperatriz pode ser vice-campeão maranhense de 2006. Para que isso possa acontecer, o São Paulo precisa conquistar o título de campeão paulista, derrotando o Mine no final da temporada "Pepê". Caso isso aconteça, o Imperatriz fica com uma das vagas do Maranhão para a Copa do Brasil de 2007. P1c2

LIF comemora 35 anos

O presidente da Liga Imperatrizense de Futebol (LIF), Eusebio Batista Filho, programou para hoje uma grande festa para comemorar os 35 anos de existência da entidade. A festa começa às 20h no salão social do CT de Amparo, com vários convidados. P1c2

PÁGINA DA ACH
Projeto "Conciliar ilegal" realiza **matúrio** P1c2

Provisão de tempo para Imperatriz

S. A. & CIA.
Imperatriz tem jeito? O leitor responde P2c2

Fonte: Digitalização a partir do original no arquivo da Academia Imperatrizense de Letras.

Fig. 3 – Ampliação do canto esquerdo inferior da Capa do Jornal.



Fonte: Recorte da peça noticiosa elaborada pelos autores.

No retrato de Jackson Lago (Fig. 2), que pode ser associado ao subgênero notícia em geral, o plano utilizado foi o primeiro plano, com o personagem cobrindo a maior parte do quadro fotográfico. A composição feita pelo fotógrafo foi bem próxima, e tanto o lado esquerdo do ombro, como uma pequena parte das mãos foram levemente tiradas do quadro, opção que poderia ser tanto do fotógrafo como do diagramador.

O formato vertical da imagem privilegia o retrato individual, pois destaca a figura central sem deixar que outros elementos atrapalhem a mensagem. A simetria é outra característica dessa fotografia, porque equilibra os elementos da cena. Com o equilíbrio, a sensação que o leitor tem é de calma e tranquilidade, ainda que o texto remeta para uma notícia de cortes de funcionários e colaboradores do antigo governo.

O que chama atenção é o fato de Jackson Lago estar olhando para as mãos, com um olhar baixo. Como a imagem está acompanhada de um título *Oito Secretarias e 18 gerências serão extintas* é possível intuir uma certa lamentação pelos cortes, sobretudo pelo olhar baixo já citado. Pela data da matéria, 08 de dezembro de 2006, é sabido que Jackson ainda não tinha tomado posse do cargo e o fato de as secretarias e gerências serem extintas significaria uma dificuldade para o futuro governador escolher os secretários aliados, que o teriam ajudado durante o período de eleição.

O retrato em si representa a figura de Jackson Lago sereno, no momento em que faz um discurso diante do microfone. O título sugere uma redução dos cargos públicos e, conseqüentemente, uma redução dos gastos com folha salarial. Essa é uma leitura possível da notícia (foto e título da matéria) e direciona para um sentido de reestruturação das secretarias.

Apesar de a fotografia estar em preto e branco, os traços de Jackson Lago estão bem destacados pela luz contrastada do *flash*, que provocou uma sombra atrás do pedetista. A sombra é um elemento que dá um clima de mistério e forma o duplo do personagem político na parede ao fundo. Esse fato permite inferir que o fotógrafo não ajustou a iluminação correta do instantâneo. O fundo da foto apresenta ainda três bandeiras, permitindo deduzir que, provavelmente, o futuro governador está em algum gabinete ou auditório.

A peça noticiosa está no quadrante inferior esquerdo da capa do jornal, o que leva o leitor a entender que a matéria não seria a principal, pois nos quadrantes superiores – que são os espaços mais valorizados e vistos da capa – foram diagramadas duas outras matérias acompanhadas também de fotografias que, assim, dividem a atenção entre as 3 fotografias estampadas na capa do periódico, diminuindo a relevância da notícia do governador.

Considerações finais

Jackson Lago, ao vencer a eleição de 2006, foi um ponto de inflexão na conjuntura política maranhense. A sua representação no jornal *O Progresso*, como o próprio editor citou em entrevista, buscou mostrar uma autoridade, um personagem político importante na época.

O jornal recorreu ao uso das fotografias como notícias para a representação do personagem no período das eleições. Conforme demonstraram os resultados das urnas, Imperatriz foi um colégio eleitoral de grande influência a favor do pedetista, o que de fato confirmou a preferência da sociedade local pelo candidato em questão. *O Progresso* refletiu a opção de Imperatriz com a transmissão da mensagem visual favorável de Jackson Lago. Quer pelo número de

fotografias estampadas nas capas, quer pelas escolhas das fotografias que esteticamente favoreciam plasticamente o personagem.

Entretanto, a informação visual ficou restrita a retratos individuais ou de grupos, além da reutilização da mesma fotografia em várias edições, sugerindo uma dependência de fontes externas para a obtenção das fotografias. Outra questão é a fragilidade informativa das imagens fotográficas, pois são instantâneos que não aplicam todas as possibilidades técnicas e estéticas do fotojornalismo, o que aumenta a dependência da fotografia em relação a informação verbal a ela associada, como foi visto na Tabela 1. Além disso, metade das fotografias não foi acompanhada de legendas, fato que reduz consideravelmente a capacidade de interpretação da notícia pelos leitores do *O Progresso*.

Outra consideração que não pode deixar de ser citada é a falha enorme do jornal em não ter um profissional especializado em fotojornalismo, sobrecarregando o repórter em duas funções. A falta de cuidado com as legendas, a ausência do crédito do fotógrafo e a repetição de fotos mostram claramente a falta que um editor de fotografia faz para o periódico.

As 30 capas do jornal no período delimitado apresentaram Jackson Lago de forma positiva, do que se pode concluir que o jornal divulgou uma imagem otimista do personagem. Entre os gêneros analisados o que mais teve presença foi o notícias em geral, que é caracterizado por fotografias de pautas previamente estabelecidas.

Enfim, o que se pode concluir, provisoriamente, é a urgência em ampliar a discussão sobre a fotografia na imprensa maranhense. A discussão sobre o papel da imagem no jornalismo é fundamental para se entender parcialmente a conjuntura política local e, também, as opções ideológicas da imprensa, bem como a linha editorial do veículo e suas relações com o poder.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: _____. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 11-25.
- BATISTA, Ernesto. Jackson Lago. *O Progresso*, Caderno Política, Imperatriz, 29 out. 2006.
- BIBLIOTECA DA UNISINOS. *Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo-RS, 2012.
- BORGES, Arleth Santos. Morte e Vida do Sarneísmo. *O Imparcial*, Caderno Especial Novo Governador Jackson Lago, São Luís, 01 de jan. 2007.
- CARTIER-BRESSON, Henri. *Henri Cartier-Bresson*. Texto de Jean Clair. Tradução de André Telles. São Paulo: Cosac Naify, 2011. 144 p. 64 ils. (Coleção Photo Poche, 1).
- GURAN, Milton. *Linguagem Fotográfica e Informação*. 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.
- KUNTZEL, Carlos A. *Projeto gráfico: personalidade do impresso*. Campo Grande, 2003. 183 p.
- LIMA, Ivan. *A fotografia é a sua linguagem*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- _____. *Fotojornalismo brasileiro: realidade e linguagem*. Rio de Janeiro: Fotografia Brasileira, 1989.
- SANCHES, Edmilson. *Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos: 1852–2002*. 59 ed. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. *Fotojornalismo: Introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004(a).

_____. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia para estudantes de graduação*. Florianópolis : Letras contemporâneas, 2004(b).

TASSINARI, Alberto. O instante radiante. In: MAMMI, Lonrezo; SCHWARCZ, Lilia M. (org). *8 X fotografia: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 9-33.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Votação por município 2006 2º turno*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/votacao-por-municipio-2006>. Acesso dia 11 de abril de 2013.

*Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional
conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.*

TÍTULO	O PAPEL DE <i>O PROGRESSO</i> O jornal como <i>corpus</i> de pesquisas nas áreas de Jornalismo e Comunicação
ORGANIZADORES	Marcos Fábio Belo Matos Marco Antônio Gehlen
PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA	Francisco Batista Freire Filho
FORMATO	155 x 220 mm
PÁGINAS	267
TIPOGRAFIA	Adobe Garamond Pro CORPO Balham e Aquiline Two TÍTULOS
EDIÇÃO	1ª edição - Maio de 2023

The logo consists of the letters 'ABEU' in a stylized, white, sans-serif font. The letters are composed of horizontal lines of varying lengths, creating a sense of depth and movement. Below the logo, the text 'Associação Brasileira das Editoras Universitárias' is written in a smaller, white, sans-serif font.
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ISBN 978-65-5363-292-9

